

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Termo de Referência 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	RENATA LOBO DE PAULA BARROS ZANIN	24/06/2026 08:18 (v 0.20)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	511/2026	25389.000274/2025-89

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de manejo de resíduos de serviço de saúde dos Grupos A, B, D e E, conforme RDC nº 222/2018 - ANVISA, compreendendo as etapas: coleta externa, transporte externo, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, com fornecimento de coletores e embalagens, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Unidade de Pagamento	Quantidade Anual	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
RESÍDUOS GRUPO A, D e E							
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor <b>240 litros CINZA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável				51.500	R\$ 15,92	R\$ 68.336,25	R\$ 820.035,05
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor metálica de <b>1,2m³ CINZA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável				15.300	R\$ 75,41	R\$ 96.146,24	R\$ 1.153.754,88
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor de <b>5m³ CINZA - SEM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável				222	R\$ 1.231,17	R\$ 22.776,67	R\$ 273.320,09
	19380	Serviço	Coletor Coletado				

Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor de <b>5m³ CINZA</b> - COM TAMPA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável				95	R\$ 1.231,17	R\$ 9.746,77	R\$ 116.961,30
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor de <b>30m³ CINZA</b> - para Resíduo do Grupo D - Não reciclável				106	R\$ 1.981,71	R\$ 17.505,08	R\$ 210.060,92
Coleta, Transporte, Tratamento por AUTOCLAVAGEM e Destinação Final Coletor <b>240 litros BRANCO</b> para Resíduo do Grupo A				57.000	R\$ 38,70	R\$ 183.840,60	R\$ 2.206.087,19
<b>Especificação</b> <b>RESÍDUOS GRUPO A e B - INCINERAÇÃO</b>	<b>CATSER</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade anual</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total Mensal</b>	<b>Valor Total Anual</b>
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A1 (Risco 4)</b>	19380	Serviço	Kg de Resíduo	600	R\$ 12,49	R\$ 624,30	R\$ 7.491,57
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A2 - Carcaças (outros resíduos provenientes de animais)</b>				8.000	R\$ 12,02	R\$ 8.012,92	R\$ 96.155,09
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A3 - Peças anatômicas (membros) do ser humano</b>				1.000	R\$ 12,49	R\$ 1.040,50	R\$ 12.485,95
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A4 - Filtros de ar e gases aspirados de áreas contaminadas</b>				10.500	R\$ 12,31	R\$ 10.767,55	R\$ 129.210,62
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de				50	R\$ 13,13	R\$ 54,70	R\$ 656,43

Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A5</b> - Órgãos, tecidos e fluidos orgânicos de alta infectividade para príons							
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de <b>Resíduos Grupo B - Químicos</b>				100.000	R\$ 12,65	R\$ 105.450,96	R\$ 1.265.411,52
<b>Especificação - Resíduos Outros Tratamentos</b>	<b>CATSER</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade anual</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total Mensal</b>	<b>Valor Total Anual</b>
Coleta, Transporte e Destinação Final para COMPOSTAGEM INDUSTRIAL - Resíduo do <b>Grupo D Reciclável "ORGÂNICO"</b> (em BOMBONA 50l AZUL/PRETA)	19380	Serviço	Kg de Resíduo	80.000	R\$ 11,41	R\$ 76.074,73	R\$ 912.896,80
Coleta, Transporte e Destinação Final para COMPOSTAGEM INDUSTRIAL - Resíduo do <b>Grupo D Reciclável "PODA E CAPINA"</b> (em coletor de 30ms)			Coletor Coletado	170	R\$ 4.713,68	R\$ 66.777,18	R\$ 801.326,14
Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos para Aterro Classe I - <b>Resíduo do Grupo B - (Amianto, resíduos mercuriais e sólidos contaminados)</b>			Kg de Resíduo	9.300	R\$ 13,33	R\$ 10.328,25	R\$ 123.939,02
Coleta, Transporte e Tratamento por Coprocessamento - <b>Resíduo do Grupo B - (Tintas e outros solventes, cartuchos e toners, medicamentos vencidos e/ou de uso, sólidos contaminados, ácidos e bases fortes)</b>			Kg de Resíduo	8.500	R\$ 18,49	R\$ 13.099,89	R\$ 157.198,64
Coleta, Transporte e Destinação Final de <b>Resíduo do Grupo B - Lâmpadas Fluorescentes e Similares</b>			Unidade	8.000	R\$ 12,81	R\$ 8.541,72	R\$ 102.500,69
Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos para Estação de							

Tratamento de Despejos Industriais (ETDI) - Resíduo do <b>Grupo B - Ácidos e bases fortes</b>			Kg de Resíduo	1.000	R\$ 22,71	R\$ 1.892,39	R\$ 22.708,62
Coleta, transporte, tratamento (gases e cilindros) e disposição final - Resíduo do <b>Grupo B - Gases inflamáveis; gases não inflamáveis, não tóxicos e gases tóxicos</b>			Kg de Resíduo	250	R\$ 252,88	R\$ 5.268,33	R\$ 63.220,00
Coleta, transporte, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final - <b>Resíduo do Grupo B - (Resíduos não identificados)</b>	19380		Kg de Resíduo	250	R\$ 252,88	R\$ 4.166,67	R\$ 50.000,00
<b>Especificação - Coletores e Embalagens</b>	<b>CATSER</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade anual</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total Mensal</b>	<b>Valor Total Anual</b>
Barricas de Papelão - Capacidade 50L				4.590	R\$ 63,69	R\$ 24.362,21	R\$ 292.346,48
Saco reforçado para resíduo tóxico, cor laranja e capacidade de 100L				1.500	R\$ 3,21	R\$ 401,45	R\$ 4.817,36
Saco de Ráfia - 60cm(largura) x 90cm (altura)				1200	R\$ 5,98	R\$ 597,81	R\$ 7.173,70
Bombonas de 20 litros com tampa removível				420	R\$ 187,55	R\$ 6.564,34	R\$ 78.772,12
Bombonas de 50 litros com tampa removível				1324	R\$ 224,88	R\$ 24.812,16	R\$ 297.745,96
Bombonas de Polietileno - Tampa Fixa - Capacidade 10 Litros				840	R\$ 56,66	R\$ 3.966,34	R\$ 47.596,06
Bombonas de Polietileno - Tampa Fixa - Capacidade 20 Litros				2.700	R\$ 76,58	R\$ 17.229,66	R\$ 206.755,95
Bombonas de Polietileno - Tampa Fixa - Capacidade 50 Litros				1.200	R\$ 147,33	R\$ 14.733,42	R\$ 176.801,05

Pallet de Contenção 2 tambores	19380	Serviço	Unidade	6	R\$ 818,70	R\$ 409,35	R\$ 4.912,19
Pallet de Contenção 4 tambores				8	R\$ 1.548,31	R\$ 1.032,21	R\$ 12.386,51
Filme Stretch (rolo)				3	R\$ 89,82	R\$ 22,45	R\$ 269,45
Lona plástica, cor preta, largura: 4m e comprimento: 100m e 200 micras (rolo)				3	R\$ 960,00	R\$ 240,00	R\$ 2.880,01
ALUGUEL de Coletor 240 litros CINZA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável				187	R\$ 101,15	R\$ 1.576,29	R\$ 18.915,42
ALUGUEL de Caçamba metálica de 1,2ms CINZA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável				71	R\$ 249,72	R\$ 1.477,50	R\$ 17.730,05
ALUGUEL de Caçamba de 5ms CINZA - COM TAMPA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável				2	R\$ 440,96	R\$ 73,49	R\$ 881,92
ALUGUEL de Caçamba de 30ms CINZA - para Resíduo do Grupo D - Não reciclável				2	R\$ 1.096,87	R\$ 182,81	R\$ 2.193,73
ALUGUEL de Coletor 240 litros BRANCO para Resíduo do Grupo A				320	R\$ 101,15	R\$ 2.697,39	R\$ 32.368,64
ALUGUEL de Coletor 500 litros BRANCO para Resíduo do Grupo A4 - Filtro Hepa				5	R\$ 322,42	R\$ 134,34	R\$ 1.612,11
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 810.964,94</b>	<b>R\$ 9.731.579,24</b>
<b>Estimado 5% do custo global da proposta para a execução de serviços extras e aquisição de itens não listados, conforme disposto no Item 5.3.3.9.1 do Termo de Referência</b>						<b>R\$ 40.548,25</b>	<b>R\$ 486.578,96</b>
<b>CUSTO TOTAL</b>						<b>R\$ 851.513,18</b>	<b>R\$ 10.218.158,20</b>

### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de atividades primordiais que influenciam diretamente a boa execução das funções da Instituição e sua interrupção pode afetar o atingimento dos objetivos institucionais, a saúde pública e ao meio ambiente. Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 2010, é de responsabilidade do gerador o gerenciamento dos resíduos gerados. Portanto, a prestação do serviço é imprescindível e a descontinuidade no todo, ou em parte, acarretará sérios danos sociais e financeiros à Fiocruz, além do descumprimento ao que preconiza a legislação vigente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

#### **Prazo de vigência**

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – DECOR/CGU/AGU e no artigo 6º e seus incisos da Instrução Normativa nº1/2010 da SLTI/MPOG, visando a efetiva aplicação dos critérios, ações ambientais e socioambientais promovidos pela Administração Pública:

4.1.1 A fiscalização da execução do contrato será realizada pela Administração, com foco no cumprimento das obrigações técnicas e das práticas ambientais sustentáveis. O acompanhamento dar-se-á por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que permitirá a aferição periódica da conformidade dos serviços, contemplando indicadores objetivos de sustentabilidade, segurança, controle de insumos e qualidade da execução, em consonância com o disposto neste Termo de Referência e na legislação vigente.

4.1.2 A contratada deverá adotar práticas ambientais sustentáveis com vistas à redução dos impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços, devendo observar as seguintes ações, com respectivas formas de comprovação obrigatórias, fundamentadas em legislação específica:

**a) Cadastro Técnico Federal (CTF/APP):** A empresa deverá possuir Cadastro Técnico Federal para sua atividade potencialmente poluidora, em atendimento à Instrução Normativa nº 13, de 23/08/2021;

**b) Plano de Atendimento à Emergências (PAE):** A contratada deve apresentar, anualmente, a sua revisão do PAE, documento fundamental para a prevenção, resposta e mitigação de possíveis eventos críticos relacionados às

atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos. Constando nele, deve estar o Plano de Mitigação para possíveis acidentes/incidentes. O documento atende a normas aplicáveis como a Resolução CONAMA nº 358/2005, a RDC ANVISA nº 222/2018, bem como as normas da ABNT e legislações estaduais e municipais pertinentes;

**c) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) atualizado:** A contratada deve apresentar, anualmente, a sua revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, responsabilizando-se pelo recolhimento, transporte e descarte final adequada de todo o material por ela gerado, durante a execução dos serviços, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA;

**d) Aspectos e Impactos Ambientais:** A Contratada deverá conhecer os aspectos ambientais relacionados as atividades executadas nos Campi Fiocruz e deve adotar práticas de gestão ambientalmente responsáveis, garantindo que a coleta, transporte e destinação final de seus resíduos seja realizado de maneira a mitigar impactos ambientais, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e o Decreto nº 10.936/22;

**e) Campanhas de Educação Ambiental:** Elaborar e promover campanhas de educação e conscientização sobre a importância da correta destinação de seus resíduos, redução do consumo matérias-primas, de energia elétrica e de água, durante a vigência do contrato, tanto para seus funcionários quanto para a comunidade atendida, em alinhamento com as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99);

**f) Uso de Veículos Dentro dos Limites de Emissão:** Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16/11/2018 e Resolução CONAMA 492, de 20/12/2018;

**g) Uso de Veículos Dentro dos Limites de Ruído:** Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes;

**h) Uso de Veículos com Combustíveis Renováveis:** A fim de promover a mobilidade sustentável e a redução das emissões de gases do efeito estufa, a Lei nº 14.993/24 institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano. Deve-se priorizar o uso de biodiesel, que é produzido a partir de fontes renováveis e reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa e poluentes. Além disso, o diesel de baixo teor de enxofre (ULSD) e o diesel sintético são alternativas viáveis, pois ambos oferecem uma queima mais limpa e eficiente, contribuindo para a proteção ambiental e a eficiência energética. Essas opções sustentáveis são compatíveis com motores diesel convencionais, facilitando a transição sem a necessidade de grandes investimentos em infraestrutura;

**i) Programa de Manutenção Preventiva e Corretiva:** A contratada deve apresentar, anualmente, plano de manutenções preventivas e corretivas, de acordo com normas técnicas e regulamentações específicas e a fim de diminuir as probabilidades de paralisação dos serviços;

**j) Relatórios de Sustentabilidade:** A contratada deve apresentar, anualmente, relatórios detalhando as ações de sustentabilidade implementadas, os resultados obtidos e as metas futuras, garantindo transparência e compromisso com a responsabilidade ambiental, conforme exigido pela legislação;

**k) Atendimento às leis e normas ambientais, tais como:**

- Atender no que couber às determinações da Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Atender o que couber a determinação do órgão ambiental (Inea): NOP – INEA 45; NOP – INEA 48; NOP-Inea-008 e NOP-Inea-35;
- Atender no que couber as determinações das Resoluções CONAMA: 357/2005, 430/2011 e 498/2020;
- Acompanhar e divulgar legislações e normas permanentes bem como a atualização referente ao objeto do contrato;

- No tocante à manipulação do lodo seco, deverá haver sua classificação segundo a ABNT NBR 10.004/2024 para que seja definida sua correta destinação final.

**l) Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO:** Todos os equipamentos, ferramentas e máquinas utilizados na contratação devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas ABNT, além de respeitar requisitos ambientais para obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO- de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**m) Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:** Será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados “normas técnicas” e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, conforme Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962;

4.1.3 A contratação proposta encontra-se devidamente alinhada ao **Plano de Logística Sustentável (PLS) de Infraestrutura da Cogic/Fiocruz**, uma vez que incorpora diretrizes e critérios de sustentabilidade previstos no referido plano, especialmente no que se refere à racionalização do uso de recursos, à promoção de eficiência operacional e à mitigação de impactos ambientais associados às atividades de infraestrutura.

### Indicação de marcas ou modelos

4.2 Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes ~~marcas~~, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar, em seu Item 5 – Levantamento de Mercado, tópico soluções operacionais específicas, como seguem:

4.2.1 **Coletor de 240L:** Fabricado em polipropileno com proteção UV, sem pedal, rodas de 300 mm, modelo americano, garantindo resistência a sol, chuva e variações climáticas. Nas cores cinza e branco, com serigrafia “Resíduos Não Recicláveis”, “Resíduos Infectantes e Perfurocortantes” e suas respectivas simbologias. Este modelo assegura durabilidade e manutenção da qualidade operacional nas condições adversas das Unidades.

4.2.2 **Coletores de 500L:** Fabricado em PEAD (Polietileno de Alta Densidade), sem pedal na cor branca, com serigrafia “Resíduos Infectantes” e sua respectiva simbologia.

#### MODELO ARTE:



4.2.2.1 Os coletores plásticos (comuns e infectantes) deverão ser identificados por serigrafia.

4.2.3 **Coletor de 1.200 L:** Fabricado em ferro, com dobradiças reforçadas, destinado a áreas de grande geração de resíduos, por meio de pintura com Stencil, com identificação “Resíduos Não Recicláveis” e a respectiva simbologia. As dobradiças reforçadas são fundamentais para assegurar a durabilidade do equipamento, especialmente em ambientes submetidos a uso intenso e condições adversas, prevenindo danos ou desprendimento das tampas. Dessa forma, garante-se a contenção adequada dos resíduos, a segurança no armazenamento e a redução da necessidade de substituições frequentes.

#### MODELO ARTE:





4.2.3.1 Os coletores metálicos de 1,2 ms, 5 ms e 30 ms deverão ser identificados por meio de pintura com stencil.

### Subcontratação

4.3 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.4 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.4.1 Coleta externa e o transporte externo dos resíduos dos Grupos A, D e E;

4.4.2 Tratamento dos Resíduos do Grupo A e E (biológicos/infectantes) por autoclavagem.

4.5 Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.5.1 Disposição em aterro Classe I e II;

4.5.2 Disposição em compostagem industrial;

4.5.3 Tratamento por Incineração;

4.5.4 Coleta, transporte, tratamento e destinação final do Grupo B;

4.5.5 Coleta, transporte, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final - Resíduo do Grupo B - (Resíduos não identificados).

4.6 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.9.1 Sem prejuízo das demais responsabilidades, a Contratada deverá de comprometer a não subcontratar empresas prestadoras de serviços que sejam: inidôneas, que não respeitem as garantias legais dos trabalhadores, que utilizem mão-de-obra infantojuvenil; façam uso de mão de obra escrava ou análogo a escravidão e; que não adotem práticas sustentáveis em seus negócios;

4.9.2 A Fiocruz/RJ poderá em qualquer momento inspecionar, monitorar os trabalhos subcontratados, e o cumprimento de suas obrigações;

4.9.3 A contratada fica obrigada a enviar a Fiocruz/RJ toda a informação que lhe seja solicitada de suas Subcontratadas (documentos, relatórios, livros de ocorrência, livre acesso às instalações).

### **Garantia da contratação**

4.10 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação.

4.11 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.11.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.11.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.11.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.11.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.11.5 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.11.6 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.12 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.13 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.14 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.15 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.15.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.16 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.16.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.16.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.16.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.17 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.18 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.19 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.20 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.20.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.20.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.21 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.21.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.21.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.22 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.23 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.24 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.25 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.26 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 14h, devendo o agendamento ser efetuado previamente por e-mail ([residuos@fiocruz.br](mailto:residuos@fiocruz.br)) ou pelo telefone (21) 2209 2175.

4.27 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.28 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.28.1 O interessado deverá apresentar, no momento da vistoria, o formulário de declaração formal impresso e previamente preenchido, a ser assinado pelo servidor designado para esse fim.

4.29 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.30 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **Instalação de escritório**

#### **4.31 Base Operacional e Tratamento Térmico:**

4.31.1 Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços que a CONTRATADA mantenha base operacional e usina de tratamento térmico em funcionamento no Estado do Rio de Janeiro, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.31.2 Com base na pesquisa de mercado realizada durante o Estudo Técnico Preliminar será permitido que a empresa contratada para o tratamento dos gases e aerossóis tenha base operacional fora do Estado do Rio de Janeiro, devido a restrição de opções de tratamento.

### **Condição para a assinatura do contrato**

4.32 Como condição para a assinatura do contrato, a contratada deverá comprovar:

4.32.1 Registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CRQ (Conselho Regional de Química) ou CRBio (Conselho Regional de Biologia), na jurisdição da sua sede (biólogo ou engenheiro ambiental/químico/sanitarista).

4.32.2 Registro de Responsabilidade Técnica do responsável pelo funcionamento do sistema de tratamento térmico da usina da contratada, devidamente habilitado no órgão profissional competente (ART), de acordo com a resolução CONAMA nº 306/2002.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: Em até 30 dias da assinatura do contrato.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 Coleta externa: Retirada dos resíduos dos pontos geradores, de acordo com os fluxos definidos no ANEXO 10 – Rotina de Coleta;

5.1.2.2 Transporte Externo: Os resíduos coletados serão transportados em veículos adequados, devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente, com compartimentos estanques, sinalização de segurança e equipe treinada, em conformidade com as normas da ANTT e da ABNT (NBR 13221 – Transporte de Resíduos). A frequência do transporte está definida, observando a rotina estabelecida no ANEXO 10, conforme o volume gerado.

5.1.2.3 Tratamento: Quando aplicável, os resíduos deverão ser submetidos a processos de tratamento específicos, como: descontaminação, trituração, reciclagem, autoclavagem, incineração, Estação de Tratamento de Resíduos Industriais (ETDI) e coprocessamento de acordo com sua classificação e legislação vigente. A escolha da tecnologia deverá priorizar soluções que reduzam o impacto ambiental e atendam às normas da ABNT e às resoluções do CONAMA;

5.1.2.4 Destinação final: Encaminhamento dos resíduos para disposição final ambientalmente adequada, priorizando reciclagem, reutilização e coprocessamento, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

5.1.2.5 Controle e rastreabilidade: Licenciamento Ambiental, Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), Certificados de Destinação Final, Relatórios mensais de destinação, contendo quantitativos por tipos de resíduos, Ordem de Serviço e Ticket de Pesagem.

### 5.1.3 Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1 Coleta externa: Diariamente, a depender do tipo de resíduo, conforme horários previamente estabelecidos pela Administração;

5.1.3.2 Transporte Externo: Diariamente, a depender do tipo de resíduo, conforme horários previamente estabelecidos pela Administração;

5.1.3.3 Tratamento: O tratamento dos resíduos deverá ser realizado no mesmo dia da coleta, de forma imediata após o transporte em conformidade com as normas técnicas aplicáveis a cada tecnologia empregada. O processamento deverá ocorrer em base operacional devidamente licenciada e localizada no Estado do Rio de Janeiro, assegurando a rastreabilidade integral da destinação e o atendimento às exigências legais e ambientais, devidas exceções pormenorizadas no ETP.

5.1.3.4 Destinação final: Os resíduos deverão ser encaminhados, após eventual tratamento, diretamente para disposição final ambientalmente adequada, sendo vedada a utilização de áreas de transbordo, garantindo o atendimento à legislação ambiental vigente e a rastreabilidade da destinação. O tratamento deverá ocorrer em base operacional devidamente licenciada e localizada no Estado do Rio de Janeiro, devidas exceções pormenorizadas no ETP.

5.1.3.5 Controle e rastreabilidade: A contratada deverá apresentar à Fiocruz, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o Relatório de Medição de Serviço Mensal, contendo: os serviços efetivamente executados, ticket de pesagem, recebimento de todos os MTR gerados pela Fiocruz no mês, o Certificado de Destinação Final dos Resíduos (CDF) – o período deve abranger todos os dias do mês de referência e deve incluir todos os MTRs utilizados neste período- e o Certificado de Tratamento de Resíduos Perigosos, conforme ANEXO 4. O pagamento dos serviços prestados somente será realizado mediante comprovação da destinação final, atestada pela entrega do Certificado de Destinação Final – CDF.

## Local e horário da prestação dos serviços

### 5.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

#### 5.2.1 CAMPIS COM ROTINA REGULAR:

5.2.1.1 Campus Manguinhos, na Av. Brasil, 4365 - Manguinhos / RJ, 21040-360;

5.2.1.2 Campus IFF, na Av. Rui Barbosa, 716 - Flamengo / RJ, CEP 22.250-020;

5.2.1.3 Campus Hélio Fraga, na Estrada de Curicica, 2000 - Jacarepaguá / RJ, CEP 22.710-552;

5.2.1.4 Campus Ineru, na Estrada da Covanca, 66 - Tanque / RJ, CEP 22.735-020;

5.2.1.5 Campus Mata Atlântica, na Estr. Rodrigues Caldas, 3400 - Curicica / RJ, CEP 22713-375;

5.2.1.6 Hospital Federal da Lagoa, na Rua Jardim Botânico, 501 - Lagoa / RJ, 22470-050.

5.2.1.7 Centro Tecnológico em Diagnostico (CTD), na Estrada Mapuá, 491 - Taquara, RJ, CEP 22.713-320

#### 5.2.2 CAMPIS COM COLETAS PONTUAIS:

5.2.2.1 Campus Maré, na Av. Brasil, 4.036 - Maré / RJ, CEP: 21040-361;

5.2.2.2 Campus Farmanguinhos, na Av. Comandante Guarany, 447 -Jacarepaguá, RJ, CEP 22.775-903;

5.2.2.3 Palácio Itaboraí, na Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Valparaíso, Petrópolis, RJ, CEP 25.655-030;

5.2.2.4 Planta Santa Cruz (Biomanguinhos), na Avenida Antônio Ermírio de Moraes, 1351 – Santa Cruz, RJ, CEP 23.565-225;

5.2.2.5 Planta São Cristóvão, na Rua Melo e Sousa, 142 - São Cristóvão, RJ, CEP 20.941-110;

5.2.2.6 Planta Xerém (FAP), na Rua Capitão Guynemer, 1625 – Xerém - Duque de Caxias, RJ, CEP: 25250-615

5.2.3 Cabe ressaltar que, na hipótese de inclusão de novos campi vinculados à Fiocruz, a Contratada poderá ser acionada, caso necessário, para a realização de alteração qualitativa no contrato inicialmente pactuado.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: Conforme a programação estabelecida no ANEXO 10 – Rotina de Coleta, que define os dias, turnos e horários de realização das atividades. A periodicidade estabelecida poderá ser ajustada, a qualquer tempo, em razão de necessidades Institucionais ou de adequações operacionais, devendo a contratada atender às alterações solicitadas, sem prejuízo da continuidade e qualidade dos serviços.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

#### **5.3.1.1 ACONDICIONAMENTO:**

5.3.1.1.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar coletores com capacidade de 240 litros, 500 litros, 1,2 ms, 5 ms e 30 ms, a serem utilizados nos abrigos de resíduos para armazenamento dos resíduos dos Grupos A, D e E, nas quantidades especificadas no Anexo 13 - Planilha de Composição de Preços, aba Coletores e Embalagens, sob a rubrica Aluguel de Coletores Fixos, sem prejuízo de eventuais acréscimos futuros.

5.3.1.1.2 O quantitativo total de coletores de 240 litros, 500 litros e 1,2 ms indicado na Planilha de Composição de Preços contempla margem de reserva para assegurar a adequada execução dos serviços. Todavia, o pagamento será realizado mensalmente apenas sobre os coletores efetivamente entregues e em uso nos campi da Fiocruz. Ficam excluídas dessa margem de reserva as caçambas de 5 ms e 30 ms, cujo fornecimento será integralmente vinculado às quantidades especificadas.

5.3.1.2 A CONTRATANTE considera necessário contemplar coletas eventuais de resíduos em coletores de 5 ms e 30 ms, a serem disponibilizados em todos os campi da Fiocruz que não possuem esses coletores de forma fixa, como, por exemplo, o Instituto Fernandes Figueira, Hélio Fraga e Palácio Itaboraí, entre outros, conforme listado no item **5.2.2**. Ressalta-se que os referidos coletores não permanecerão instalados de forma permanente nas dependências da CONTRATANTE. A estimativa da quantidade de coletas eventuais encontra-se indicada no Anexo 13 - Planilha de Composição de Preços, aba Resíduos A, D e E.

5.3.1.3 A CONTRATADA deverá fornecer, sob demanda e quando solicitada pela CONTRATANTE, embalagens para o acondicionamento de resíduos, especificações descritas no ANEXO 11 - ESPECIFICAÇÃO COLETORES E EMBALAGENS a serem utilizadas no cumprimento do objeto deste Termo de Referência, as quais deverão atender integralmente às normas e legislações vigentes. As quantidades estimadas encontram-se especificadas no Anexo 13 - Planilha de Composição de Preços, aba Coletores e Embalagens.

5.3.1.4 A CONTRATADA deve fornecer as embalagens para o acondicionamento de resíduos do Grupo B, no prazo de até 7(sete) dias corridos após a solicitação da Contratante.

5.3.1.5 A CONTRATADA deve fornecer as embalagens para o acondicionamento de resíduos do Grupo A, no prazo de 01 (um) dia útil após a solicitação da Contratante.

5.3.1.6 Os paletes de contenção poderão ser entregues pela Contratada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a solicitação da Contratante.

5.3.1.7 Os coletores fixos disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso, sem ferrugem acentuada, sem defeitos estruturais aparentes, com perfeita mobilidade, livres de vazamentos ou quaisquer outros problemas que possam comprometer a saúde e a segurança dos trabalhadores, da população ou do meio ambiente.

5.3.1.8 A empresa CONTRATADA deverá se comprometer a realizar a manutenção de todos os coletores, fornecendo, se necessário, apenas as peças de reposição correspondentes a tampas e rodas. Recondicionamento

dos coletores com massa corrida, pintura ou qualquer outra intervenção similar não será aceito. Em caso de necessidade de substituição, os coletores deverão ser imediatamente substituídos por outros novos, de mesmas características técnicas, garantindo a integridade, segurança e funcionalidade operacional dos equipamentos.

5.3.1.9 A CONTRATADA deverá realizar a alocação, a manutenção e a retirada dos coletores, tanto em caráter preventivo quanto corretivo, devendo, ao final, deixar o local em condições análogas ao momento de sua chegada. Tais procedimentos deverão ser realizados sempre que solicitado pela contratante.

## 5.3.2 DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS POR TIPO DE RESÍDUO

### 5.3.2.1 RESÍDUO DO GRUPO A e E

- RESÍDUO DO GRUPO A - Subgrupo A1 e A4
- RESÍDUO DO GRUPO E

#### a) COLETA

A coleta de Resíduos do Grupo A – Subgrupo A1, A4 (exceção dos Filtros) e E, armazenados em coletores de 240L na cor branca, será realizada diariamente pela CONTRATADA sendo acompanhada, orientada e auxiliada, durante todo o percurso pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic de segunda-feira a sábado. Esta equipe será responsável pelo preenchimento do Anexo 5 – Ordem de Serviço e pela emissão do Manifesto de Resíduos no sistema do INEA, de acordo com o quantitativo coletado.

Aos domingos e feriados, haverá coleta apenas em alguns pontos previamente informados pela fiscalização do contrato, não sendo acompanhada pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic. Na sexta-feira, tomando como base a quantidade de coletores disponíveis, o Manifesto de Resíduos será gerado pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic e entregue ao Serviço de Segurança da Cogic/Fiocruz, para ser recolhido pelo motorista da CONTRATADA. Toda a responsabilidade da realização do serviço de coleta ficará a cargo da empresa contratada.

A remoção destes resíduos ocorre 2 (duas) vezes ao dia, de segunda-feira a sexta-feira. Aos sábados, domingos e feriados acontece 1 (uma) vez ao dia, pela manhã, nos pontos de armazenamento externo, indicados no Anexo 1 – Distribuição de Coletores Externos, até a unidade de tratamento externo da contratada e posterior destinação final, utilizando técnicas e equipamentos que garantam a preservação de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana e com as legislações e normas vigentes.

Caso haja necessidade, por motivos alheios ou de força maior, os resíduos deste Grupo poderão ser encaminhados para a Incineração. Tais medidas mais restritivas poderão ser adotadas a fim preservar a saúde do trabalhador, da população e do meio ambiente.

A contratada deverá realizar a coleta dos resíduos do Grupo A utilizando veículo em conformidade com o especificado no Anexo 12 - ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS COLETORES, de acordo com a natureza do resíduo. A cada coleta, será efetuada vistoria por meio do formulário de fiscalização diária (Anexo 6), o qual deverá ser assinado por um integrante da equipe de coleta da contratada e pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic no momento da execução do serviço.

Os dias e horários de coleta estão discriminados no Anexo 10 – Rotina de Coleta. Cabe ressaltar que os mesmos poderão ser alterados pela fiscalização do contrato a qualquer momento em função de alterações na rotina interna da Instituição. Caso isso ocorra, a contratada será previamente notificada.

#### b) TRANSPORTE

- MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) conforme NOP 35 (Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos) e;

- Ficha de emergência conforme a NBR-7503 (Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência – padronização).

O serviço de transporte externo deverá seguir o que preconiza a ABNT NBR 13221: 2017 que fixa as diretrizes para o transporte de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública, dentre outras legislações tais como:

- Regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos instituídos pelo Decreto nº 96.044 de 18 de maio de 1988 e alterada pelo Decreto 4097/2002 de 23 de janeiro de 2002;
- Resolução ANTT 5998/2022;
- NBR 13221:2017 - Transporte terrestre de resíduos;
- NBR-7500 - Armazenagem e manuseio de materiais.;
- NBR-7503 - Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência - padronização.

**NBR 13221:2017 NBR-9735** - Conjunto de equipamentos de emergência no transporte:

A contratada deverá fornecer veículos VAZIOS e HIGIENIZADOS para a coleta dos resíduos infectantes (Grupo A1, A4 e E) no Campus Manguinhos. NÃO SERÁ PERMITIDO que os veículos iniciem a coleta nesses locais com resíduos de outros clientes da empresa.

Para os demais *Campi* (IFF, Hélio Fraga, Mata Atlântica e Ineru) a exigência de veículo EXCLUSIVO não será necessária em virtude de a quantidade de resíduo ser menor. Os veículos deverão contar com um plano de MANUTENÇÃO (preventiva e corretiva) e, antes do início da coleta deverão passar por HIGIENIZAÇÃO.

Os veículos da contratada deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a execução do contrato, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores ou da população e do meio ambiente.

#### c) TRATAMENTO

Todos os resíduos Grupo A - Subgrupo A1, A4 (exceção dos Filtros) e E coletados na Fiocruz deverão seguir diretamente para a unidade de tratamento térmico da contratada a fim de inativar a carga microbiana, utilizando as melhores técnicas disponíveis e de acordo com a legislação em vigor.

Os resíduos descritos no parágrafo acima, já coletados pela contratada, deverão passar por tratamento térmico por **AUTOCLAVAGEM**. Após serem autoclavados, os resíduos deverão seguir diretamente para disposição final ambientalmente adequada, conforme preconiza a RDC 222/2018.

Esta ação será realizada tendo em vista que os resíduos destes grupos são disponibilizados nos pontos de coleta externos (abrigos) sem a devida comprovação da inativação da carga microbiana preconizada pela legislação.

A contratada deverá possuir em sua usina de esterilização, autoclave em perfeito funcionamento, que suporte tratar, no mínimo, a quantidade estimada de coletores previsto neste documento. Além disso, deverá manter em seu quadro de pessoal um responsável técnico devidamente qualificado e habilitado nas áreas de meio ambiente, química ou ciências biológicas para operar o equipamento.

A contratada deverá comprovar o tratamento térmico e a destinação dos resíduos por meio do envio do ANEXO 4 - CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS, assinado pelo responsável técnico legalmente habilitado da contratada atestando ter cumprido as condicionantes da licença ambiental cujos dados constarão no referido certificado.

#### d) DISPOSIÇÃO FINAL



A contratada deverá destinar os Resíduos do Grupo A - Subgrupo A1, A4 e E tratados em sua unidade de tratamento térmico, em local ambientalmente adequado, a saber, Aterro Sanitário licenciado em consonância com as exigências legais dos órgãos ambientais competentes;

§ 1º O Aterro Sanitário indicado para disposição final dos resíduos, conforme estabelece a Portaria Comlurb nº 2-N de 29/01/2019, será o CTR Seropédica. Caso haja revogação da referida portaria ou a contratada tenha sede fora do Município do Rio de Janeiro ou a contratada venha a indicar outro local para disposição final dos resíduos ou até mesmo em situação de Emergência, a contratante deverá ser imediatamente consultada e caberá a ela a decisão sobre o local mais adequado para este fim;.

§ 2º Não será permitida a utilização de áreas de transbordos para a disposição dos resíduos, como também que o resíduo pernoite em qualquer outro lugar;

§ 3º É expressamente proibido o reaproveitamento ou a comercialização dos resíduos coletados;

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os Resíduos do Grupo A – Subgrupo A1, A4 (exceção dos Filtros) e E, o valor será calculado por coletor de resíduos que venham a ser coletados nos Pontos de Distribuição de Coletores Externos..

### 5.3.3 RESÍDUO DO GRUPO A - Subgrupo A2 e A3

#### a) COLETA

A coleta de Resíduos do Grupo A – Subgrupo A2 e A3 previamente acondicionados pela contratante em sacos vermelhos, tratados termicamente, refrigerados e dispostos em bombonas será realizada semanalmente, às 4ª feiras, pela contratada, sendo acompanhada, orientada e auxiliada, durante todo o percurso, pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic. Esta equipe será responsável pelo preenchimento do Anexo 5 – Ordem de Serviço e pela emissão do Manifesto de Resíduos no sistema do INEA, de acordo com o quantitativo coletado.

A remoção destes resíduos será feita nos pontos de armazenamento internos indicados no Anexo 2, na presença do gerador e da Equipe Técnica de Resíduos da contratante, até a Unidade de Tratamento Térmico da contratada ou da subcontratada e posterior destinação final, utilizando técnicas e equipamentos que garantam a preservação de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana e com as legislações e normas vigentes.

A contratada deverá realizar a coleta dos resíduos do Grupo A utilizando veículo em conformidade com o especificado no Anexo 12 - ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS COLETORES, de acordo com a natureza do resíduo. A cada coleta, será efetuada vistoria por meio do formulário de fiscalização diária (Anexo 6), o qual deverá ser assinado por um integrante da equipe de coleta da contratada e pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic no momento da execução do serviço.

A solicitação formal da coleta será efetuada através de correio eletrônico da Fiocruz com no mínimo de 1 (um) dia de antecedência à data da solicitação contendo o número de bombonas a serem coletadas e o número de bombonas novas para reposição.

Esta coleta deverá iniciar no Campus Manguinhos e após a finalização o veículo deverá seguir imediatamente para os demais *Campi* da Fiocruz. Os dias e horários de coleta estão discriminados no Anexo 10 – Rotina de

Coleta. Cabe ressaltar que os mesmos poderão ser alterados pela fiscalização do contrato a qualquer momento em função de alterações na rotina interna da Instituição. Caso isso ocorra, a contratada será previamente notificada.

A contratada deverá fornecer bombonas plásticas de Polietileno (PE) ou Polipropileno (PP), com tampa removível e capacidade de 50 litros, especificação completa constam no Anexo 11, a serem utilizadas no cumprimento do objeto deste Termo de Referência e que deverão atender as normas e legislações referentes ao transporte terrestre de cargas perigosas. A entrega das bombonas será no momento da coleta para reposição imediata no posto de coleta. Os endereços e divisões dos postos de coleta estão discriminados no Anexo 2.

A contratada deve disponibilizar uma balança em pleno funcionamento, higienizada e devidamente calibrada, com certificado acreditado por laboratório credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), para efetuar a pesagem dos resíduos no ato de cada coleta. A balança deve possuir autonomia de energia, ou seja, não depender de conexão elétrica para seu perfeito funcionamento. O equipamento deverá ser previamente testado nas instalações da contratada antes do início da prestação dos serviços. O laudo de calibração deverá ser apresentado à contratante no início do contrato e revalidado anualmente.

#### b) TRANSPORTE

Para transporte externo, são necessários os seguintes documentos acompanhando o veículo:

- MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) conforme NOP 35 (Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos) e;
- Ficha de emergência conforme a NBR-7503 (Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência – padronização).

O serviço de transporte externo deverá seguir o que preconiza a ABNT NBR 13221:2017 que fixa as diretrizes para o transporte de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública, dentro outras legislações como:

- Regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos instituídos pelo Decreto nº 96.044 de 18 de maio de 1988 e alterada pelo Decreto 4097/2002 de 23 de janeiro de 2002.
- Resolução ANTT 5998/2022.
- NBR 13221:2017 - Transporte terrestre de resíduos
- NBR-7500 - Armazenagem e manuseio de materiais.
- NBR-7503 - Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência - padronização
- NBR 13221:2017 NBR-9735 - Conjunto de equipamentos de emergência no transporte.

A contratada deverá fornecer veículos VAZIOS e HIGIENIZADOS para a coleta dos Resíduos do Grupo A – Subgrupo A2 e A3. NÃO SERÁ PERMITIDO que os veículos iniciem a coleta com resíduos de outros clientes da contratada. Os veículos deverão contar com um plano de MANUTENÇÃO (preventiva e corretiva) e, antes do início da coleta deverão passar por HIGIENIZAÇÃO.

Os veículos da contratada deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a execução do contrato, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores ou da população e do meio ambiente.

#### c) TRATAMENTO

Os resíduos do Grupo A – Subgrupo A2 e A3 coletados na Fiocruz contendo microrganismos com alto risco de transmissibilidade, alto potencial de letalidade ou que representem risco caso sejam disseminados no meio

ambiente, deverão seguir diretamente para a unidade de tratamento térmico da contratada ou da subcontratada, para ser submetido a processo de tratamento com redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação.

O tratamento térmico utilizado nestes Subgrupos de Resíduos é a **INCINERAÇÃO** e o serviço deverá ser executado no mesmo dia da coleta, nas instalações da contratada ou da subcontratada. O incinerador utilizado para o tratamento térmico dos resíduos deverá ter capacidade compatível com o volume gerado pela FIOCRUZ e possuir as seguintes características:

- ter capacidade mínima de incineração de 100 Kg/h
- o forno deve atingir a temperatura mínima de queima de 800 °C.;
- possuir um lavador de gases tipo grade líquida a fim de reter eventuais particulados provenientes do processo de incineração;
- as dimensões mínimas da boca do forno compatíveis com as dimensões máximas das bombonas a receberem o tratamento térmico.

As bombonas não poderão ser amassadas, cortadas, nem modificadas de qualquer forma, manual ou mecanicamente em nenhuma hipótese, para que entrem no forno incinerador. Deverão entrar inteiras (íntegras), na forma em que foram recebidas pela contratada.

O tratamento aplicado ao resíduo será de total responsabilidade da contratada. Periodicamente, esta etapa será acompanhada pelo fiscal do contrato e/ou sua equipe de fiscalização técnica, sendo a visita registrada através de lista de verificação, Anexo 3.

As instalações da contratada ou da subcontratada, bem como a destinação final, devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais deles, atender aos critérios técnicos estabelecidos na DZ-1314 do INEA e com a resolução Nº. 316 de 29 de outubro de 2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

O local do tratamento térmico deverá estar localizado no Estado do Rio de Janeiro, em um raio máximo de até 100 (cem) km da cidade do Rio de Janeiro, conforme exposto no item 4.38 (Instalação de Base Operacional e Tratamento Térmico) deste Termo de Referência e deverá ter área coberta para o recebimento dos resíduos.

A contratada deverá comprovar o tratamento térmico e a destinação dos resíduos por meio do envio do ANEXO 4 - CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS, assinado pelo responsável técnico legalmente habilitado da contratada atestando ter cumprido as condicionantes da licença ambiental cujos dados constarão no referido certificado bem como: local, data, hora, equipamento, identificação do operador, volume do resíduo tratado, número da licença de operação do forno.

#### d) DISPOSIÇÃO FINAL

As instalações do local de destinação final, devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais dos mesmos e preconizada na Lei Federal Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

As cinzas decorrentes do tratamento dos resíduos deverão ser armazenadas em local coberto, protegido de intempéries para posterior disposição final em aterro sanitário licenciado.

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os Resíduos do Grupo A – Subgrupo A2 e A3, o valor será calculado por bombonas novas fornecidas e por quilograma bruto de resíduo a ser incinerado.

#### 5.3.4 RESÍDUO DO GRUPO A - Subgrupo A4 - FILTRO

##### a) COLETA

A coleta de Resíduos do Grupo A – Subgrupo A4 - Filtro (Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares) previamente acondicionados pela contratante em saco branco leitoso, conforme preconiza a RDC 222/2018 será realizada semanalmente, às 4ª feiras, pela contratada, sendo acompanhada, orientada e auxiliada, durante todo o percurso, pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic. Esta equipe será responsável pelo preenchimento do Anexo 5 – Ordem de Serviço e pela emissão do Manifesto de Resíduos no sistema do INEA, de acordo com o quantitativo coletado.

A remoção destes resíduos será feita nos pontos de armazenamento internos indicados no Anexo 2, na presença do gerador e da Equipe Técnica de Resíduos da contratante, até a Unidade de Tratamento Térmico da contratada ou da subcontratada e posterior destinação final, utilizando técnicas e equipamentos que garantam a preservação de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana e com as legislações e normas vigentes.

A contratada deverá realizar a coleta dos resíduos do Grupo A utilizando veículo em conformidade com o especificado no Anexo 12 - ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS COLETORES, de acordo com a natureza do

resíduo. A cada coleta, será efetuada vistoria por meio do formulário de fiscalização diária (Anexo 6), o qual deverá ser assinado por um integrante da equipe de coleta da contratada e pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic no momento da execução do serviço.

A solicitação formal da coleta será efetuada através de correio eletrônico da Fiocruz com no mínimo de 1 (um) dia de antecedência à data da solicitação contendo o número de bombonas a serem coletadas e o número de bombonas novas para reposição.

Esta coleta deverá iniciar no Campus Manquinhos e após a finalização o veículo deverá seguir imediatamente para os demais *Campi* da Fiocruz. Os dias e horários de coleta estão discriminados no Anexo 10 – Rotina de Coleta. Cabe ressaltar que os mesmos poderão ser alterados pela fiscalização do contrato a qualquer momento em função de alterações na rotina interna da Instituição. Caso isso ocorra, a contratada será previamente notificada.

A contratada deve disponibilizar uma balança em pleno funcionamento, higienizada e devidamente calibrada, com certificado acreditado por laboratório credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), para efetuar a pesagem dos resíduos no ato de cada coleta. A balança deve possuir autonomia de energia, ou seja, não depender de conexão elétrica para seu perfeito funcionamento. O equipamento deverá ser previamente testado nas instalações da contratada antes do início da prestação dos serviços. O laudo de calibração deverá ser apresentado à contratante no início do contrato e revalidado anualmente.

##### b) TRANSPORTE

Para transporte externo, são necessários os seguintes documentos acompanhando o veículo:

- MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) conforme NOP 35 (Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos) e;
- Ficha de emergência conforme a NBR-7503 (Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência – padronização).

O serviço de transporte externo deverá seguir o que preconiza a ABNT NBR 13221: 2017 que fixa as diretrizes para o transporte de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública, dentro outras legislações como:

- Regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos instituídos pelo Decreto nº 96.044 de 18 de maio de 1988 e alterada pelo Decreto 4097/2002 de 23 de janeiro de 2002.
- Resolução ANTT 5998/2022.
- NBR 13221:2017 - Transporte terrestre de resíduos
- NBR-7500 - Armazenagem e manuseio de materiais.
- NBR-7503 - Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência - padronização
- NBR 13221:2017 NBR-9735 - Conjunto de equipamentos de emergência no transporte.

A contratada deverá fornecer veículos VAZIOS e HIGIENIZADOS para a coleta dos Resíduos do Grupo A – Subgrupo A4 - Filtro. NÃO SERÁ PERMITIDO que os veículos iniciem a coleta com resíduos de outros clientes da contratada. Os veículos deverão contar com um plano de MANUTENÇÃO (preventiva e corretiva) e, antes do início da coleta deverão passar por HIGIENIZAÇÃO.

Os veículos da contratada deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos ou quaisquer

outros defeitos que venham a comprometer a execução do contrato, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores ou da população e do meio ambiente.

#### c) TRATAMENTO

O tratamento térmico utilizado neste Subgrupo de Resíduo será a **INCINERAÇÃO** e o serviço deverá ser executado no mesmo dia da coleta, nas instalações da contratada ou da subcontratada. O incinerador utilizado para o tratamento térmico dos resíduos deverá ter capacidade compatível com o volume gerado pela FIOCRUZ e possuir as seguintes características:

- ter capacidade mínima de incineração de 100 Kg/h
- o forno deve atingir a temperatura mínima de queima de 800 °C.;
- possuir um lavador de gases tipo grade líquida a fim de reter eventuais particulados provenientes do processo de incineração;
- as dimensões mínimas da boca do forno compatíveis com as dimensões máximas das bombonas a receberem o tratamento térmico.

Os filtros não poderão ser amassados, cortados, nem modificados de qualquer forma, manual ou mecanicamente em nenhuma hipótese, para que entrem no forno incinerador. Deverão entrar inteiros (íntegros), na forma em que foram recebidos pela contratada.

O tratamento aplicado ao resíduo será de total responsabilidade da contratada. Periodicamente, esta etapa será acompanhada pelo fiscal do contrato e/ou sua equipe de fiscalização técnica, sendo a visita registrada através de lista de verificação, Anexo 3.

As instalações da contratada ou da subcontratada, bem como a destinação final, devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais deles, atender aos critérios técnicos estabelecidos na DZ-1314 do INEA e com a resolução Nº. 316 de 29 de outubro de 2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

O local do tratamento térmico deverá estar localizado no Estado do Rio de Janeiro, em um raio máximo de até 100 (cem) km da cidade do Rio de Janeiro, conforme exposto no item 4.38 (Instalação de Base Operacional e Tratamento Térmico) deste Termo de Referência e deverá ter área coberta para o recebimento dos resíduos.

A contratada deverá comprovar o tratamento térmico e a destinação dos resíduos por meio do envio do ANEXO 4 - CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS, assinado pelo responsável técnico legalmente habilitado da contratada atestando ter cumprido as condicionantes da licença ambiental cujos dados constarão no referido certificado bem como: local, data, hora, equipamento, identificação do operador, volume do resíduo tratado, número da licença de operação do forno.

#### d) DISPOSIÇÃO FINAL

As instalações do local de destinação final, devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais dos mesmos e preconizada na Lei Federal Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

As cinzas decorrentes do tratamento dos resíduos deverão ser armazenadas em local coberto, protegido de intempéries para posterior disposição final em aterro sanitário licenciado.

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os

Resíduos do Grupo A – Subgrupo A4 (Filtro), o valor será calculado por quilograma bruto de resíduo a ser incinerado.

### 5.3.5 RESÍDUO DO GRUPO A (Subgrupo A5)

#### a) COLETA

A coleta de Resíduos do Grupo A – Subgrupo A5 previamente acondicionados pela contratante em sacos vermelhos, tratados termicamente e dispostos em bombonas será realizada pela contratada sendo acompanhada, orientada e auxiliada, durante todo o percurso, pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA /Cogic. Esta equipe será responsável pelo preenchimento do Anexo 5 – Ordem de Serviço e pela emissão do Manifesto de Resíduos no sistema do INEA, de acordo com o quantitativo coletado.

A periodicidade dos serviços será conforme a necessidade de descarte dos resíduos em dia e horário acordado entre a fiscalização e a contratada. A coleta será acompanhada pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic, nos pontos de geração, na presença do gerador para serem encaminhados para tratamento (INCINERAÇÃO) a ser realizado no mesmo dia da coleta, nas instalações da contratada ou da subcontratada.

A contratada deverá realizar a coleta dos resíduos do Grupo A utilizando veículo em conformidade com o especificado no Anexo 12 - ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS COLETORES, de acordo com a natureza do resíduo. A cada coleta, será efetuada vistoria por meio do formulário de fiscalização diária (Anexo 6), o qual deverá ser assinado por um integrante da equipe de coleta da contratada e pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic no momento da execução do serviço.

A solicitação formal da coleta será efetuada através de correio eletrônico da Fiocruz com no mínimo de 1 (um) dia de antecedência à data da solicitação contendo o número de bombonas a serem coletadas e o número de bombonas novas para reposição.

Esta coleta deverá iniciar no Campus Manquinhas e após a finalização o veículo deverá seguir imediatamente para os demais *Campi* da Fiocruz. Os dias e horários de coleta estão discriminados no Anexo 10 – Rotina de Coleta. Cabe ressaltar que os mesmos poderão ser alterados pela fiscalização do contrato a qualquer

momento em função de alterações na rotina interna da Instituição. Caso isso ocorra, a contratada será previamente notificada.

A contratada deverá fornecer bombonas plásticas de Polietileno (PE) ou Polipropileno (PP), com tampa removível e capacidade de 50 litros, especificação completa constam no Anexo 11, a serem utilizadas no cumprimento do objeto deste Termo de Referência e que deverão atender as normas e legislações referentes ao transporte terrestre de cargas perigosas. A entrega das bombonas será no momento da coleta para reposição imediata no posto de coleta. Os endereços e divisões dos postos de coleta estão discriminados no Anexo 2.

A contratada deve disponibilizar uma balança em pleno funcionamento, higienizada e devidamente calibrada, com certificado acreditado por laboratório credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), para efetuar a pesagem dos resíduos no ato de cada coleta. A balança deve possuir autonomia de energia, ou seja, não depender de conexão elétrica para seu perfeito funcionamento. O equipamento deverá ser previamente testado nas instalações da contratada antes do início da prestação dos serviços. O laudo de calibração deverá ser apresentado à contratante no início do contrato e revalidado anualmente.

#### b) TRANSPORTE

Para transporte externo, são necessários os seguintes documentos acompanhando o veículo:

- MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) conforme NOP 35 (Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos) e;
- Ficha de emergência conforme a NBR-7503 (Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência – padronização).

O serviço de transporte externo deverá seguir o que preconiza a ABNT NBR 13221: 2017 que fixa as diretrizes para o transporte de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública, dentro outras legislações como:

- Regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos instituídos pelo Decreto nº 96.044 de 18 de maio de 1988 e alterada pelo Decreto 4097/2002 de 23 de janeiro de 2002.
- Resolução ANTT 5998/2022.
- NBR 13221:2017 - Transporte terrestre de resíduos
- NBR-7500 - Armazenagem e manuseio de materiais.
- NBR-7503 - Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência - padronização
- NBR 13221:2017 NBR-9735 - Conjunto de equipamentos de emergência no transporte.

A contratada deverá fornecer veículos VAZIOS e HIGIENIZADOS para a coleta dos Resíduos do Grupo A – Subgrupo A5. NÃO SERÁ PERMITIDO que os veículos iniciem a coleta com resíduos de outros clientes da contratada. Os veículos deverão contar com um plano de MANUTENÇÃO (preventiva e corretiva) e, antes do início da coleta deverão passar por HIGIENIZAÇÃO.

Os veículos da contratada deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a execução do contrato, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores ou da população e do meio ambiente.

#### c) TRATAMENTO

Os resíduos do Grupo A – Subgrupo A5 (órgãos, tecidos e fluidos orgânicos de alta infectividade para príons, de casos suspeitos ou confirmados, bem como quaisquer materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, suspeitos ou confirmados, e que tiveram contato com órgãos, tecidos e fluidos de alta

infectividade para príons) coletados na Fiocruz contendo microrganismos com alto risco de transmissibilidade, alto potencial de letalidade ou que representem risco caso sejam disseminados no meio ambiente, deverão seguir diretamente para a Unidade de Tratamento Térmico da contratada ou da subcontratada.

O tratamento térmico utilizado neste Subgrupo de Resíduos é a **INCINERAÇÃO** e o serviço deverá ser executado no mesmo dia da coleta, nas instalações da contratada ou da subcontratada. O incinerador utilizado para o tratamento térmico dos resíduos deverá ter capacidade compatível com o volume gerado pela FIOCRUZ e possuir as seguintes características:

- ter capacidade mínima de incineração de 100 Kg/h
- o forno deve atingir a temperatura mínima de queima de 800 °C.;
- possuir um lavador de gases tipo grade líquida a fim de reter eventuais particulados provenientes do processo de incineração;
- as dimensões mínimas da boca do forno compatíveis com as dimensões máximas das bombonas a receberem o tratamento térmico.

As bombonas não poderão ser amassadas, cortadas, nem modificadas de qualquer forma, manual ou mecanicamente em nenhuma hipótese, para que entrem no forno incinerador. Deverão entrar inteiras (íntegras), na forma em que foram recebidas pela contratada.

O tratamento aplicado ao resíduo será de total responsabilidade da contratada. Periodicamente, esta etapa será acompanhada pelo fiscal do contrato e/ou sua equipe de fiscalização técnica, sendo a visita registrada através de lista de verificação, Anexo 3.

As instalações da contratada ou da subcontratada, bem como a destinação final, devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais deles, atender aos critérios técnicos estabelecidos na DZ-1314 do INEA e com a resolução Nº. 316 de 29 de outubro de 2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

O local do tratamento térmico deverá estar localizado no Estado do Rio de Janeiro, em um raio máximo de até 100 (cem) km da cidade do Rio de Janeiro, conforme exposto no item 4.38 (Instalação de Base Operacional e Tratamento Térmico) deste Termo de Referência e deverá ter área coberta para o recebimento dos resíduos.

A contratada deverá comprovar o tratamento térmico e a destinação dos resíduos por meio do envio do ANEXO 4 - CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS, assinado pelo responsável técnico legalmente habilitado da contratada atestando ter cumprido as condicionantes da licença ambiental cujos dados constarão no referido certificado bem como: local, data, hora, equipamento, identificação do operador, volume do resíduo tratado, número da licença de operação do forno.

#### d) DISPOSIÇÃO FINAL

As instalações do local de destinação final, devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais dos mesmos e preconizada na Lei Federal Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

As cinzas decorrentes do tratamento dos resíduos deverão ser armazenadas em local coberto, protegido de intempéries para posterior disposição final em aterro sanitário licenciado.

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os Resíduos do Grupo A - Subgrupo A5, o valor será calculado por bombonas novas fornecidas e por quilograma bruto de resíduo a ser incinerado.



### **a) COLETA**

A coleta de Resíduos do Grupo B será realizada conforme periodicidade descrita no ANEXO 10 – Rotina de Coleta, iniciando às 9h e não excedente às 15h, sendo acompanhada, orientada e auxiliada, durante todo o percurso, pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic.

A contratada deverá realizar a coleta dos resíduos do Grupo B utilizando veículo em conformidade com o especificado no Anexo 12 - ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS COLETORES, de acordo com a natureza do resíduo. A cada coleta, será efetuada vistoria por meio do formulário de fiscalização diária (Anexo 6), o qual deverá ser assinado por um integrante da equipe de coleta da contratada e pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic no momento da execução do serviço.

A Contratada deverá realizar a pesagem dos resíduos, por tipo de classificação, em cada campi e nos respectivos pontos de coleta, conforme Anexo 2 – POSTOS DE COLETA GRUPO B, bem como a contagem das lâmpadas fluorescentes e similares no ponto de coleta. Novos pontos poderão ser incorporados em função do aumento da demanda da Instituição ou da construção de novos abrigos de resíduos. Tanto a pesagem quanto a contagem serão acompanhadas pela Equipe Técnica de Resíduos da Contratante/GRSA-Cogic, responsável pelo preenchimento do Anexo 5 – Ordem de Serviço e pela emissão do Manifesto de Resíduos no sistema do INEA, de acordo com o quantitativo coletado.

A contratada deve disponibilizar uma balança em pleno funcionamento, higienizada e devidamente calibrada, com certificado acreditado por laboratório credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), para efetuar a pesagem dos resíduos no ato de cada coleta. A balança deve possuir autonomia de energia, ou seja, não depender de conexão elétrica para seu perfeito funcionamento. O equipamento deverá ser previamente testado nas instalações da contratada antes do início da prestação dos serviços. O laudo de calibração deverá ser apresentado à contratante no início do contrato e revalidado anualmente. Além disso, a contratada deverá fornecer todos os demais equipamentos, por exemplo, paleteira, e materiais necessários para a coleta e movimentação segura dos resíduos.

### **b) TRANSPORTE**

Para transporte externo, são necessários os seguintes documentos acompanhando o veículo:

- MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) conforme NOP 35 (Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos) e;
- Ficha de emergência conforme a NBR-7503 (Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência – padronização).

O serviço de transporte externo deverá seguir o que preconiza a ABNT NBR 13221: 2017 que fixa as diretrizes para o transporte de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública, dentro outras legislações como:

- Regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos instituídos pelo Decreto nº 96.044 de 18 de maio de 1988 e alterada pelo Decreto 4097/2002 de 23 de janeiro de 2002.
- Resolução ANTT 5998/2022.
- NBR 13221:2017 - Transporte terrestre de resíduos
- NBR-7500 - Armazenagem e manuseio de materiais.
- NBR-7503 - Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência - padronização
- NBR-9735 - Conjunto de equipamentos de emergência no transporte.
- NBR 14.619:2025 - Transporte terrestre de produtos perigosos – Incompatibilidade química

A contratada deverá fornecer veículos VAZIOS e HIGIENIZADOS para a coleta dos Resíduos do Grupo B. NÃO SERÁ PERMITIDO que os veículos iniciem a coleta com resíduos de outros clientes da contratada. Os veículos deverão contar com um plano de MANUTENÇÃO (preventiva e corretiva) e, antes do início da coleta deverão passar por HIGIENIZAÇÃO.

Os veículos da contratada deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a execução do contrato, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores ou da população e do meio ambiente.

Para o transporte de resíduos é previsto que a contratada utilize veículo fechado com plataforma elevatória, mantendo a identificação de transporte de carga apropriada de acordo com a Resolução 5998/2022 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a ABNT NBR 7500 - Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos.

Para o transporte de lâmpadas fluorescentes e similares tubulares, a Contratada deve dispor de embalagens apropriadas, como caixas de transporte ou outros materiais, de tal forma a garantir a integridade da carga até o receptor final.

O veículo deverá apresentar capacidade compatível com a demanda de resíduos a qual foi previamente solicitada pela contratante. Além disso, o veículo deve ser licenciado para o transporte dos resíduos, de acordo com as suas características.

A contratada deverá possuir dentro do veículo o conjunto de equipamentos para emergências, acidente ou avaria que, deve estar disponível no veículo no dia da coleta e acompanhar todo o trajeto do resíduo do ponto de coleta até o local de tratamento/destinação, seguindo a ABNT NBR 9735, 13221 e Resolução 5998/2022 da ANTT e demais resoluções relacionadas que deverá apresentar todos os itens de segurança atendendo a Lei nº 9503/1997, ao Decretos nº 96.044/1988 e Decretos nº 4.097/2002. No caso de emergências de pequeno porte durante a execução dos serviços, incluindo também a coleta externa, a Contratada será responsável pela contenção, remoção e limpeza da área atingida. Caso necessário for, em virtude da dimensão do sinistro, a Contratada será responsável por acionar as autoridades competentes.

O conjunto de equipamentos para situações de emergência, acidente ou avaria durante o transporte terrestre deve atender a ANBT NBR 9735:2025 e contar com os seguintes itens: 1 capacete de segurança, 1 par de botas de borracha, 1 par de luvas de PVC, 1 máscara semi facial com filtro VO, 4 placas "perigo afaste-se", 1 pá ou enxada antifaiscante, 1 lanterna anti explosão, 8 mantas de contenção, 4 cordões de contenção, vermiculita (5 Kg), 4 cones zebraados preto e amarelo 50cm, quatro cones de segurança laranja e branco 75cm, um extintor de incêndio (CO<sub>2</sub> 5-B:C) com a carga de 6 Kg ou extintor de pó (2A:20-B:C ou 20-B:C) com a carga de 4 Kg; um par de calços; jogo de ferramentas (um alicate universal; uma chave de fenda ou Philips, uma chave apropriada para a desconexão de cabo de bateria) e um rolo de fita zebraada.

O baú do veículo utilizado para o transporte dos resíduos deverá ser higienizado em local licenciado pelo órgão ambiental competente. Devem ser respeitados os padrões estabelecidos para lançamento de efluentes pela Norma Técnica (NT) 202 R-10/1986 e Diretriz (DZ) 215 R-4/2007 ambas do INEA.

## **c) TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL**

### **• INCINERAÇÃO - Grupo B (Químicos)**

Devido à natureza das atividades desenvolvidas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), há uma geração significativa de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) classificados no Grupo B, conforme definido pela Resolução RDC nº 222/18 da ANVISA. Esses resíduos apresentam riscos químicos e, em muitos casos,

também riscos biológicos associados, exigindo métodos eficazes que garantam o tratamento de ambos os riscos.

Considerando o perfil dos resíduos gerados nas unidades da Fiocruz, bem como os riscos associados à sua composição, a incineração representa a alternativa tecnicamente mais adequada. O tratamento térmico por INCINERAÇÃO deverá ser executado no mesmo dia da coleta, nas instalações da contratada ou da subcontratada, conforme os critérios exigidos pela Resolução CONAMA 316/2002, ABNT NBR 11175/1990, RDC ANVISA nº 222/18 e NOP-INEA-35 e demais legislações pertinentes e vigentes.

A Contratada deverá ainda obedecer aos seguintes critérios:

- Capacidade de tratamento do incinerador deverá ser compatível com a demanda de geração de resíduos da contratante;
- O forno deve atingir a temperatura mínima de queima de 800 °C.;
- As dimensões mínimas da boca do forno compatíveis com as dimensões máximas das bombonas a receberem o tratamento térmico.

As instalações do local de destinação final, devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais dos mesmos e preconizada na Lei Federal Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

As cinzas provenientes do processo de incineração devem ser dispostas em Aterro Classe I ou encaminhadas para coprocessamento, se autorizado pelo órgão ambiental. A Contratada deve comprovar a disposição final das cinzas por meio do envio do ANEXO 4 - CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS.

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os Resíduos do Grupo B, o valor será calculado por embalagens novas fornecidas e por quilograma bruto de resíduo a ser incinerado.

• **COPROCESSAMENTO - Grupo B (cartucho, toner, tintas, solventes, sólido contaminado, medicamentos vencidos e/ou desuso, ácidos e bases fortes)**

No gerenciamento de resíduos, os materiais pertencentes ao Grupo B, gerados em laboratórios de pesquisa e áreas correlatas, frequentemente apresentam riscos químicos e biológicos associados. Por essa razão, continuarão seguindo a indicação técnica tendo sua destinação final por meio da incineração. No entanto, certos resíduos classificados como Grupo B, conforme a RDC nº 222/2018, e simultaneamente como resíduos classe I (perigosos), segundo a ABNT NBR 10.004:2024, podem ser tratados por tecnologias mais eficientes do ponto de vista econômico e ambiental. Dentre essas alternativas, o coprocessamento se destaca como uma solução vantajosa em relação à disposição em aterros com alto grau de esgotamento e à própria incineração, que pode gerar subprodutos residuais.

Resíduos como cartuchos e toners de impressoras provenientes das áreas administrativas, materiais sólidos contaminados com tintas, solventes e derivados, bem como tintas e solventes oriundos das atividades de manutenção dos *campi*.

Conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar, a blendagem para coprocessamento poderá ser empregada em situações de descarte de pequenos volumes de ácidos e bases inorgânicas.

Além disso, em conformidade com as diretrizes da Resolução CONAMA nº 499/2020, da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Decreto Federal nº 10.388/2020, os medicamentos vencidos e/ou em desuso provenientes dos serviços de farmácia dos hospitais e ambulatorios dos Campi também terão como destino o coprocessamento, assegurando a destinação ambientalmente adequada desses resíduos.

Todos os resíduos citados devem ser encaminhados para coprocessamento no mesmo dia da coleta.

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os Resíduos do Grupo B, o valor será calculado por embalagens novas fornecidas e por quilograma bruto de resíduo a ser Coprocessado.

- **Disposição Final em ATERRO CLASSE I - Grupo B (Amianto, resíduos mercuriais e sólidos contaminados)**

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por ser uma instituição centenária, possui em seu histórico a geração de resíduos contendo amianto, especialmente telhas e caixas d'água provenientes das atividades de reforma, manutenção e demolições de suas edificações.

De acordo com a ABNT NBR 10.004:2024 e a Resolução CONAMA nº 348/2004, esses resíduos são classificados como Classe I – Perigosos, em razão da presença de fibras de asbesto, substância tóxica e com elevado potencial cancerígeno. Dada a inexistência de tecnologias de tratamento economicamente viáveis e ambientalmente seguras para este tipo de material, a disposição final em aterro classe I é solução tecnicamente recomendada.

Em relação aos resíduos mercuriais, os laboratórios das unidades da Fiocruz geram predominantemente mercúrio metálico, compostos e sólidos fixados com mercúrio. Ademais, a Resolução ANVISA RDC nº 145 /2017 proíbe a utilização de dispositivos contendo coluna de mercúrio, como termômetros e esfigmomanômetros, em serviços de saúde, além de estabelecer diretrizes para o descarte adequado desses resíduos sólidos. Tais resíduos, também classificados como Classe I – Perigosos, devido à toxicidade e ao potencial de bioacumulação do mercúrio, devem igualmente ser encaminhados para Aterro Classe I.

Adicionalmente, resíduos sólidos contaminados classificados como perigosos, que não possam ser submetidos a processos de tratamento térmico, como incineração ou coprocessamento, devem, como última alternativa, ser destinados à disposição final em aterro classe I. Os resíduos devem ser encaminhados para disposição final no mesmo dia da coleta.

A Contratada deve comprovar o tratamento e a disposição final dos resíduos por meio do envio do ANEXO 4 - CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS.

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os Resíduos do Grupo B, o valor será calculado por embalagens novas fornecidas e por quilograma bruto de resíduo a ser encaminhado para Aterro Classe I.

- **Descontaminação e Reciclagem - Grupo B (lâmpadas fluorescentes e similares)**

A geração de resíduos de lâmpadas fluorescentes e similares na Fiocruz ocorre em decorrência das atividades de manutenção predial e de equipamentos, abrangendo diversos tipos, como lâmpadas halógenas, fluorescentes, vapor de sódio, vapor misto, vapor metálico, ultravioleta (UV), LED, dentre outras que contêm componentes que apresentam periculosidade. Esses resíduos, classificados como perigosos, exigem destinação final ambientalmente adequada, conforme legislação vigente.

As lâmpadas inservíveis, estejam elas intactas ou quebradas, devem ser encaminhadas para processos de descontaminação, quando aplicável, visando à remoção de substâncias tóxicas como o mercúrio. Os componentes que apresentarem viabilidade técnica e econômica devem ser reciclados, respeitando os critérios de segurança e sustentabilidade.

O tratamento e a destinação final devem ser realizados nas instalações da contratada ou de sua subcontratada, devidamente autorizadas pelos órgãos ambientais competentes, devendo os resíduos serem encaminhados ao receptor no mesmo dia da coleta.

A Contratada deverá comprovar a destinação completa dos materiais, como vidro, plástico, metais ferrosos, metais não ferrosos e componentes eletrônicos, por meio do envio do ANEXO 4 - CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS.

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os Resíduos do Grupo B, o valor será calculado por unidades de lâmpadas a serem encaminhadas para descontaminação e/ou reciclagem.

- **ETDI - Grupo B (ácidos e bases fortes)**

Ácidos e bases fortes, quando gerados em elevadas concentrações, demandam tratamento físico-químico especializado devido às suas características corrosivas, reativas e de alta periculosidade.

Com base em critérios técnicos e em conformidade com práticas estabelecidas em contratos anteriores, o tratamento físico-químico de ácidos e bases fortes também pode ser realizado em Estações de Tratamento de Resíduos Industriais (ETDI) devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

Quando aplicável, a execução de pré-tratamentos, tais como a neutralização, será de responsabilidade da Contratada, que deverá executar e assegurar a adequada condução dessa etapa do processo.

Os resíduos devem ser encaminhados para a destinação final no mesmo dia da coleta.

A Contratada deverá comprovar a destinação dos resíduos por meio do envio do ANEXO 4 - CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS.

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os Resíduos do Grupo B, o valor será calculado por embalagens novas fornecidas e por quilograma bruto de resíduo a ser encaminhado para ETDI.

- **DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA - Grupo B (Gases inflamáveis; Gases não inflamáveis, não tóxicos e Gases tóxicos)**

Cilindros e aerossóis contendo gases inflamáveis, gases não inflamáveis e não tóxicos, bem como gases tóxicos, são classificados como resíduos perigosos, conforme estabelecido na ABNT NBR 10.004:2024 e na Resolução ANTT nº 5.998/2022. Essa classificação se aplica mesmo quando os recipientes estiverem despressurizados, devido ao risco residual associado à possibilidade de gases remanescentes nas embalagens.

O tratamento deve contemplar o descarregamento dos gases contidos nos recipientes, bem como tratamento desses gases e das suas embalagens, que dependerá da natureza química e demais características do produto. Todos os métodos de tratamento devem ser previamente aprovados pela Contratante, com base em critérios técnicos, ambientais e legais.

Todo o processo deverá ser documentado por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), certificado de Destinação Final (CDF) e demais relatórios técnicos, garantindo a rastreabilidade ambiental da operação e a conformidade com as obrigações legais.

A Contratada deve comprovar a destinação final completa do resíduo coletado, gases e seus recipientes, por meio do envio do ANEXO 4 - CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS.

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os Resíduos do Grupo B, o valor será calculado por quilograma bruto de resíduo a ser encaminhado para Destinação Final adequada.

#### • **CARACTERIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, BENEFICIAMENTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS NÃO IDENTIFICADOS**

A maior parte dos resíduos químicos gerados pelos laboratórios e áreas correlatas da Instituição são encaminhados para tratamento incineração, pois já se tem conhecimento sobre a natureza química de sua composição, suas propriedades físico-químicas e o grau de periculosidade. No entanto, muitos desses resíduos carecem de identificação específica, como frascos contendo líquidos de composição desconhecida, recipientes que perderam a rotulagem original ou sólidos contaminados por substâncias químicas não identificadas, entre outros.

Diante disso, torna-se necessária a contratação de serviço especializado para caracterização, classificação, beneficiamento e tratamento de resíduos não identificados.

A caracterização, classificação e o beneficiamento são essenciais para avaliar as características principais do resíduo, bem como seus riscos, possibilitando a definição da tecnologia de tratamento mais adequada e da destinação final ambientalmente correta. Entre as informações técnicas necessárias destacam-se:

- Grau de pH (ácido ou básico);
- Miscibilidade em água e com solvente orgânico;
- Potencial de Oxidação-Redução;
- Natureza do resíduo (origem em linha de pesquisa, uso hospitalar ou outra atividade específica).

A Contratada ou subcontratada será responsável pela coleta, transporte, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final dos resíduos não identificados.

Todo o processo deverá ser documentado por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), certificado de Destinação Final (CDF) e demais relatórios técnicos, garantindo a rastreabilidade ambiental da operação e a conformidade com as obrigações legais.

A Contratada deve comprovar a destinação final completa dos resíduos não identificados, por meio do envio do ANEXO 4 - CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS.

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os Resíduos do Grupo B, o valor será calculado por quilograma bruto de resíduo a ser encaminhado para Destinação Final adequada, conforme observação 1.

Obs 1: O manifesto de transporte de resíduos será emitido pela CONTRATANTE e o tipo de tecnologia declarada no documento será de Beneficiamento/Triagem, para que os resíduos sejam valorizados e assim encaminhados para o tratamento. A Contratada deve ser previamente comunicada sobre as opções de

tratamento disponíveis e avaliará tecnicamente os aspectos ambientais e econômicos para a escolha da solução. Cabe ressaltar que, a CONAMA 499/2020 limita o envio de resíduos de serviço de saúde para coprocessamento.

Obs 2: A contratada ou subcontratada deverá segregar os resíduos para que sejam destinados e assim emitir um novo Manifesto de Transporte de Resíduos como gerador, onde deverá inserir no campo observação, que os resíduos são exclusivamente da Fiocruz e o número de MTR de origem, conforme observação 1. A empresa deverá retornar com o CDF no prazo máximo de 90 dias, conforme Resolução CONEMA nº079 de 07-03-2018.

### 5.3.7 RESÍDUO DO GRUPO D

#### a) COLETA -

- **GRUPO D - RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS**

A coleta de Resíduos do Grupo D – Não Recicláveis, armazenados em coletores de 240L e 1,2ms na cor cinza, será realizada diariamente pela contratada, sendo acompanhada, orientada e auxiliada, durante todo o percurso, pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic de segunda-feira a sábado. Esta equipe será responsável pelo preenchimento do Anexo 5 – Ordem de Serviço e pela emissão do Manifesto de Resíduos no sistema do INEA, de acordo com o quantitativo coletado.

Aos domingos e feriados, haverá coleta apenas em alguns pontos previamente informados pela fiscalização do contrato, não sendo acompanhada pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic. Na sexta-feira, tomando como base a quantidade de coletores disponíveis, o Manifesto de Resíduos será gerado pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic e entregue ao Serviço de Segurança da Cogic/Fiocruz, para ser recolhido pelo motorista da contratada. Toda a responsabilidade da realização do serviço de coleta ficará a cargo da empresa contratada.

Com relação aos coletores de 5ms (vidro, entulho, madeira, lã de vidro) e 30ms (poda/capina/varrição ou resíduos diversos) a contratada realizará a coleta com acompanhamento da Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic, respeitando os horários e dias indicados na Planilha Rotina de Coleta (Anexo 10).

A contratada deverá realizar a etapa de remoção destes resíduos nos pontos de armazenamento externo, indicados no Anexo 1 – Distribuição de Coletores Externos, utilizando técnicas e equipamentos que garantam a preservação de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana e com as legislações e normas vigentes.

A contratada deverá realizar a coleta dos resíduos do Grupo A utilizando veículo em conformidade com o especificado no Anexo 12 - ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS COLETORES, de acordo com a natureza do resíduo. A cada coleta, será efetuada vistoria por meio do formulário de fiscalização diária (Anexo 6), o qual deverá ser assinado por um integrante da equipe de coleta da contratada e pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic no momento da execução do serviço.

Os dias e horários de coleta estão discriminados no Anexo 10 – Rotina de Coleta. Cabe ressaltar que os mesmos poderão ser alterados pela fiscalização do contrato a qualquer momento em função de alterações na rotina interna da Instituição. Caso isso ocorra, a contratada será previamente notificada.

- **GRUPO D – LODO**

Considerando a Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto, ETE/Manguinhos e ETE/CTV (Bio-Manguinhos) e a necessidade anual da raspagem do lodo seco no leito de secagem e sua correta destinação final, a contratada deverá realizar a etapa de remoção dos resíduos do Grupo D - LODO, devidamente acompanhado do laudo, conforme NBR 10004.

Não é de responsabilidade da contratada a raspagem do lodo seco, mas sim a disponibilização e retirada dos coletores, com capacidade de 5 ms, onde serão acondicionados os resíduos.

O processo ocorrerá nas dependências do Campus Manguinhos – Fiocruz, em dia e horário acordado entre a fiscalização e a contratada, com posterior encaminhamento ao aterro sanitário Classe II juntamente com laudo da análise do laboratório representando o tipo de resíduo deste processo.

As caçambas destinadas ao acondicionamento do lodo deverão ser pesadas individualmente, para garantir o controle do quantitativo coletado da Unidade de Biomanguinhos. A pesagem individual aplicar-se-á exclusivamente às caçambas de lodo, não sendo exigida para as demais caçambas de 5ms.

Os dias e horários de coleta estão discriminados no Anexo 10 – Rotina de Coleta. Cabe ressaltar que os mesmos poderão ser alterados pela fiscalização do contrato a qualquer momento em função de alterações na rotina interna da Instituição. Caso isso ocorra, a contratada será previamente notificada.

A contratada deverá coletar os resíduos do Grupo D com veículo conforme especificado no Anexo 12 - ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS COLETORES, obedecendo a característica do resíduo.

#### • **GRUPO D – ORGÂNICO**

A coleta de Resíduos do Grupo D – Reciclável (ORGÂNICO), oriundo de alimentação, previamente acondicionados pela CONTRATANTE em bombonas de 50 litros, será realizada quinzenalmente pela CONTRATADA, sendo acompanhada, orientada e auxiliada, durante todo o percurso, pela Equipe Técnica de Resíduos do GRSA/Cogic. Esta equipe será responsável por preencher a OS durante a coleta e emitir o MTR por meio do sistema do INEA de acordo com o quantitativo de resíduos coletados.

A contratada deverá realizar a etapa de remoção destes resíduos nos pontos de armazenamento externos, indicados no Anexo I – Distribuição de Coletores Externos para destinação final ambientalmente adequada. A contratada deverá recolher as bombonas que estiverem com resíduo e para cada bombona recolhida, deve

deixar uma bombona vazia e higienizada, para que a CONTRATANTE possa armazenar os resíduos para a próxima coleta.

Para os resíduos de poda, capina e varrição, a CONTRATADA deverá dispor de caçamba de 30ms, que ficará estacionada em local indicado pela Fiscalização, e será recolhida para o pátio de compostagem industrial sempre que solicitado pela Fiscalização.

Para o recolhimento da caçamba de 30ms, a CONTRATADA deverá deixar uma vazia para levar a cheia. Desta forma, não causará transtorno para a comunidade dos campi Fiocruz com o acúmulo de resíduos em local inadequado.

A contratada deverá coletar os resíduos do Grupo D com veículo conforme especificado no Anexo 12 - ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS COLETORES, obedecendo a característica do resíduo.

Os dias e horários de coleta estão discriminados no Anexo 10 – Rotina de Coleta. Cabe ressaltar que os mesmos poderão ser alterados pela fiscalização do contrato a qualquer momento em função de alterações na rotina interna da Instituição. Caso isso ocorra, a contratada será previamente notificada.

#### **b) TRANSPORTE**



O serviço de transporte externo deverá seguir o que preconiza a ABNT NBR 13221:2017, que fixa as diretrizes para o transporte terrestre de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública.

A contratada deverá fornecer veículos VAZIOS e HIGIENIZADOS para a coleta dos Resíduos do Grupo D – Recicláveis para o campus Manguinhos. NÃO SERÁ PERMITIDO que os veículos iniciem a coleta com resíduos de outros clientes da empresa.

Para os demais Campi (IFF, Hélio Fraga, Mata Atlântica e Ineru) a exigência de veículo EXCLUSIVO não será necessária em virtude de a quantidade de resíduo ser menor. Os veículos deverão contar com um plano de MANUTENÇÃO (preventiva e corretiva) e antes do início da coleta deverão passar por HIGIENIZAÇÃO.

Os veículos da contratada deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a execução do contrato, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores ou da população e do meio ambiente.

#### d) DISPOSIÇÃO FINAL

A contratada deverá destinar os resíduos coletados do Grupo D – Reciclável em local ambientalmente adequado, a saber, Compostagem Industrial, local licenciado e em consonância com as exigências legais dos órgãos ambientais competentes.

A CONTRATADA deverá encaminhar os resíduos coletados do Grupo D – Orgânico para compostagem termofílica em escala industrial, assegurando a transformação dos resíduos orgânicos em composto rico em nutrientes, adequado para utilização em agricultura, jardinagem e reflorestamento. O processo deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com as exigências dos órgãos ambientais competentes, promovendo uma destinação final sustentável e alinhada ao princípio da economia circular.

O pagamento dos serviços prestados no mês somente será efetuado mediante comprovação da destinação final pela contratada, por meio da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF, sendo que, para os Resíduos do Grupo D, o valor será calculado por embalagens novas fornecidas e quilograma bruto de resíduo a ser encaminhado para Compostagem Industrial dos resíduos Orgânicos.

### 5.3.8 SERVIÇOS E ITENS NÃO LISTADOS

5.3.8.1 Considerando a impossibilidade de prever, de forma exata, todas as tipologias de resíduos que possam demandar tratamento ao longo da execução contratual, e visando resguardar a plena continuidade dos serviços e a isonomia entre os licitantes, deverá ser incluído na proposta um valor adicional correspondente a **5% (cinco por cento)** do custo global. Esse montante destina-se a cobrir eventuais demandas extraordinárias, decorrentes da geração de resíduos não contemplados nesta contratação, que possam surgir em razão da natureza das atividades da Fiocruz, instituição centenária e de reconhecida complexidade.

5.3.8.2 A utilização desse valor deverá ser previamente justificada pela contratada e autorizada expressamente pela fiscalização do contrato antes da execução dos serviços. Caso seja necessária a utilização, parcial ou total, desse montante, a contratada deverá apresentar, no mínimo, três orçamentos, com base na tabela SINAP ou em outra referência equivalente, para análise e autorização da fiscalização quanto ao uso dos recursos e à execução dos serviços.

### 5.3.9 CARACTERÍSTICA DA MÃO DE OBRA

5.3.9.1 A contratada deverá coletar os resíduos dos Grupos A, B, D e E com veículo conforme especificado no anexo 12 - ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS COLETORES, obedecendo as características de cada tipo de resíduo.

5.3.9.2 A contratada será responsável por quaisquer atos praticados por seus funcionários e prepostos /responsável técnico, bem como procedimentos dos mesmos.

5.3.9.3 Os profissionais que atuarão na coleta e transporte dos resíduos de serviço de saúde do Grupo A, B, D e E deverão obedecer às condições específicas de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) conforme requisitos da ABNT NBR 12810:2016 e NR-6, sob responsabilidade da contratada.

#### 5.3.9.4 MOTORISTAS:

5.3.9.4.1 Os motoristas dos veículos de resíduos deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria correspondente ao veículo e ao tipo de serviço a ser executado, além de atender as normas e legislações referentes ao transporte terrestre de cargas perigosas, sob responsabilidade da contratada, quando couber.

5.3.9.4.2 Os motoristas deverão apresentar-se adequadamente uniformizados com traje mínimo (calça comprida, camisa ou camiseta com mangas curta ou comprida, calçados fechados) e identificados conforme requisitos da ABNT NBR 9735, cujo fornecimento será de responsabilidade da contratada.

5.3.9.4.3 Deverá haver EPI's disponíveis para o motorista, em caso de acidentes ou emergências ambientais, adequados ao risco dos resíduos transportados, conforme requisitos da ABNT NBR 12810: 2016 e NR-6, sob responsabilidade da contratada.

5.3.9.4.4 Deverão cooperar com a logística de coleta desenvolvida pela Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental /COGIC/Fiocruz, bem como, assinar manifestos e outros comprovantes da realização da coleta.

5.3.9.4.5 O motorista NÃO poderá executar e tampouco auxiliar o manejo dos resíduos.

#### 5.3.10 AJUDANTES:

5.3.10.1 A contratada deverá disponibilizar, impreterivelmente, no mínimo 02 ajudantes.

5.3.10.2 Deverão apresentar-se adequadamente uniformizados com traje mínimo (calça comprida, camisa ou camiseta com mangas curta ou comprida, calçados fechados) e identificados conforme requisitos da ABNT NBR 9735, cujo fornecimento será de responsabilidade da contratada.

5.3.10.3 Deverão ser devidamente qualificados e treinados para a função a desempenhar, com ênfase em manejo de resíduos sólidos de serviços de saúde, sob responsabilidade da contratada.

5.3.10.4 Deverá haver EPI's disponíveis para os ajudantes, em caso de acidentes ou emergências ambientais, adequados ao risco dos resíduos transportados, conforme requisitos da ABNT NBR 12810:2016 e NR-6, sob responsabilidade da contratada.

5.3.10.5 A contratada deverá apresentar comprovação de treinamento destes profissionais sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.

#### 5.3.11 MANUTENÇÃO:

5.3.11.1 A contratada se compromete a realizar a instalação e a manutenção dos coletores de resíduos bem como o fornecimento e instalação de peças de reposição, assegurando ainda a substituição.

5.3.11.2 A contratada se compromete a realizar a manutenção dos veículos, tanto em caráter preventivo quanto corretivo. Também deverá fornecer e instalar peças de reposição, assegurando ainda a substituição por outros veículos de iguais características em caso de necessidade de troca.

5.3.11.3 O abastecimento de combustível do veículo coletor será de inteira responsabilidade da contratada. Obrigatoriamente o mesmo deverá estar plenamente abastecido no ato da coleta, evitando-se que haja interrupções por falta de combustível durante o percurso da retirada dos resíduos de seus locais de geração até o destino final.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1 A contratada deverá disponibilizar, no momento da coleta, uma balança eletrônica digital do tipo plataforma, em pleno funcionamento e devidamente higienizada, para a pesagem dos resíduos. O equipamento deve possuir capacidade mínima de 500 kg, com divisão de 100g, estar calibrado e certificado por laboratório credenciado ao INMETRO. A balança deverá ser previamente testada nas instalações da contratada e contar com bateria suficiente para a realização do serviço, dispensando o uso de energia elétrica nas dependências da Contratante.

5.4.2 Embalagens conforme especificações descritas no ANEXO 11- ESPECIFICAÇÃO COLETORES E EMBALAGENS.

5.4.3 Coletes (descriminados como ALUGUEL) conforme especificações descritas no ANEXO 11- ESPECIFICAÇÃO COLETORES E EMBALAGENS.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 O serviço de coleta será executado proporcionalmente à geração de resíduos. Dessa forma, somente o serviço que for efetivamente prestado será pago mediante apresentação de Ordem de Serviço, conforme Anexo 5, devidamente preenchida e assinada.

5.5.2 A Fiocruz deverá ter acesso ao sistema de rastreamento dos veículos da Contratada, abrangendo todo o percurso desde a coleta até a destinação final dos resíduos. O acesso ao rastreamento permitirá à Fiocruz monitorar, em tempo real, as rotas e os horários de coleta e transporte, assegurando que todas as etapas do processo sejam realizadas conforme o planejado. Essa medida garante maior transparência e controle sobre a operação, permitindo acompanhar o trajeto dos resíduos e prevenir eventuais desvios ou irregularidades.

5.5.3 O quantitativo de coletores, embalagens e peso (Kg) foram dimensionados de acordo com as necessidades da Fiocruz na ocasião da elaboração deste Termo de Referência, conforme Planilha de Custos - Anexo 13. Sendo assim, poderá sofrer alteração no decorrer do contrato, tanto para mais quanto para menos, dependendo das necessidades futuras da contratante.

5.5.4 Considerando a complexidade do gerenciamento de resíduos na Fiocruz/RJ, é obrigatória a utilização de coletores no modelo europeu, que apresentam características técnicas superiores, garantindo maior durabilidade, segurança e eficiência no manejo dos resíduos.

5.5.5 A contratada deverá apresentar sua proposta com cotação discriminada, conforme Planilha de Custos - Anexo 13, com o valor unitário de cada produto ou serviço. Ressalta-se que a cotação deverá seguir a ordem constante da planilha.

5.5.6 Os quantitativos discriminados na Planilha de Custos são números estimados de serviços a serem executados que visam chegar ao valor global das propostas que classificará as participantes, entretanto, somente os serviços efetivamente executados pela contratada serão pagos mensalmente.

5.5.7 Devido à complexidade do gerenciamento de resíduos nos campi da Fiocruz/RJ e ao compromisso institucional com o manejo seguro e correto, é obrigatória a utilização de VEÍCULOS EXCLUSIVOS para coleta e transporte. Essa medida assegura a rastreabilidade, a conformidade legal e a eficiência operacional, evitando misturas de resíduos, garantindo coleta contínua e protegendo a saúde pública e o meio ambiente.

5.5.8 A contratada deve fornecer embalagens NOVAS e homologadas para o transporte de produtos perigosos. A comprovação da aprovação ao processo de avaliação da conformidade deve estar indicada por meio da marcação estabelecida no item 6.1.3 da Resolução ANTT nº 5.998/22 e do Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO.

5.5.9 A contratada deverá garantir a habilitação, capacitações e treinamentos necessários aos profissionais para que realizem as atividades às quais foram designados, bem como promover cursos de reciclagem/atualização dos profissionais anualmente. A listagem de participação dos colaboradores da contratada sobre o curso/treinamento (conteúdo programático, carga horária, período, Instituição, endereço onde serão realizados, assinatura de presença etc.) deverá ser encaminhada à equipe de fiscalização do contrato para ciência. A contratante reserva-se o direito de indicar, com base na experiência adquirida com a fiscalização da prestação dos serviços, a realização de cursos específicos ou treinamentos, objetivando o aprimoramento das atividades.

5.5.10 O abastecimento e a manutenção dos veículos e equipamentos ficarão, exclusivamente, a cargo da contratada, sendo que em caso de paralisações, a contratada deverá substituí-los imediatamente.

Todas as taxas, seguros, impostos, multas, cursos, treinamentos etc, são de responsabilidade da contratada;

5.5.11 Deverão ser previstos os custos de despesas administrativas operacionais com a mobilização de distribuição dos coletores nos pontos de coletas externos nos Campi atendidos conforme Anexo 1 para o fiel cumprimento do contrato.

5.5.12 As normas aqui previstas, bem como suas atualizações, revisões, normas complementares ou normas substitutas que entrem em vigor durante o período da prestação do serviço deverão ser seguidas pela contratada por todo o período de vigência do contrato.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.13 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Uniformes**

5.14 Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.14.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário: Os uniformes, EPI's e EPC's necessários aos trabalhadores que irão prestar serviço devem ser fornecidos pela contratada conforme as atividades descritas neste TR e de acordo com a legislação vigente, Norma Regulamentadora nº 6, do Ministério do Trabalho, Norma Brasileira 9735/2016, da ABNT e Resolução ANTT 5232/2016, garantindo-lhes sua segurança, além de providenciar o rigoroso treinamento de seus profissionais na execução dos serviços a serem desenvolvidos e seus aspectos de riscos.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.15 Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.15.1 Mobilização - A Contratada deverá realizar, no início da execução contratual, a mobilização com a distribuição e posicionamento dos coletores nos pontos de coleta externos de cada campi atendido, conforme definido no Anexo 1, assegurando o pleno cumprimento das obrigações contratuais.

5.15.2 Desmobilização - A desmobilização somente poderá ocorrer após a mobilização efetiva da nova empresa contratada, em datas e prazos previamente acordados com a Fiocruz, ficando vedada a retirada antecipada dos coletores ou qualquer atraso que comprometa a continuidade dos serviços.

5.15.3 Responsabilidades compartilhadas - A Contratada deverá articular-se com a nova empresa e com a Fiscalização da Fiocruz para definir o cronograma de transição, garantindo que, em nenhuma hipótese, a Instituição permaneça sem coletores fixos disponíveis para o acondicionamento adequado dos resíduos.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço.

6.8 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### Rotinas de Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1 Relatório de Medição de Serviço Mensal – mensalmente, a Fiscalização Técnica realizará a conferência do relatório de medição de serviços encaminhado pela Contratada, para posterior aprovação da Gestão do Contrato.

6.16.2 O avaliador da execução do serviço será o fiscal do contrato.

6.16.3 A logística dos serviços será definida pelo Fiscal do Contrato ou pela equipe de fiscalização por ele designada. O planejamento das atividades deverá ser entregue aos técnicos das áreas atendidas, os quais deverão repassar as orientações aos operadores e motoristas, assegurando o cumprimento integral das determinações expedidas.

6.16.4 A contratante realizará registro fotográfico, sempre que achar conveniente, das etapas de campo;

6.16.5 A contratante deverá, ao longo do mês, dar ciência para demais providências à contratada, através de e-mail ou outra forma de comunicação escrita, caso haja ocorrências. Ao final, as mesmas serão consolidadas no Relatório Circunstanciado.

6.16.6 A contratada, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a fiscalização do contrato para solucionar as falhas apontadas.

6.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.19 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.21 Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo 7 deste Termo de Referência.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 A avaliação por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), realizadas pela fiscalização do contrato, poderá descontar mensalmente da empresa contratada as alíquotas descritas no Anexo 7 (TABELA 1 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS) do valor total da fatura pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, chegando assim a um valor final de fatura a liberar;

7.4.2 O modelo de formulário utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) nas dependências da Fiocruz poderá ser atualizado, revisto ou sofrer adequações quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a contratada e contratante durante a execução contratual.

7.4.3 A FISCALIZAÇÃO irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificada desconformidade contínua na prestação do serviço com base na qualidade exigida.

7.4.4 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela Fiscalização do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.4.5 A CONTRATADA deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a Fiscalização do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

7.4.6 Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados.

7.4.7 A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO do contrato para solucionar as falhas apontadas que foram causa de desconto na fatura anterior.

## Recebimento

7.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, estiverem executados em sua totalidade, considerando cumulativamente:

- o cumprimento do cronograma de execução dos serviços, incluindo coleta, transporte, tratamento e destinação final, conforme estabelecido no item 5.1.3 do Termo de Referência;
- a realização do tratamento e da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, mediante apresentação do Certificado de Destinação Final (CDF) e demais documentos correlatos;
- a apresentação do Relatório de Medição de Serviço Mensal, contendo a totalidade dos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs), certificados de tratamento e demais registros operacionais, conforme previsto no item 5.1.3.5 (Controle e rastreabilidade);
- o atendimento integral aos critérios de desempenho estabelecidos na Medição de Resultados (IMR).

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

7.23 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade;
- II. a data da emissão;
- III. os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV. o período respectivo de execução do contrato;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.32 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

7.33.1 A utilização do índice de correção monetária IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo justifica-se por ser o indicador oficial adotado pelo Banco Central do Brasil para aferição da variação da inflação e o mais adequado para atualização monetária de contratos administrativos que envolvem serviços sem vínculo com insumos específicos ou tarifas públicas. Além disso, trata-se de índice de ampla aceitação em contratações públicas, conforme recomendações da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), por refletir de forma geral o comportamento dos preços ao consumidor na economia brasileira.

### **Forma de pagamento**

7.34 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36.2 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.37 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37.1 A utilização do índice de correção monetária IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo justifica-se por ser o indicador oficial adotado pelo Banco Central do Brasil para aferição da variação da inflação e o mais adequado para atualização monetária de contratos administrativos que envolvem serviços sem vínculo com insumos específicos ou tarifas públicas. Além disso, trata-se de índice de ampla aceitação em contratações públicas, conforme recomendações da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), por refletir de forma geral o comportamento dos preços ao consumidor na economia brasileira.

7.38 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.40 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.41 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.42 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43 O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.44 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.44.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.44.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.44.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.45 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

### 8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e”, “f” e “g” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3.1 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “h” de 0,01% (um centésimo por cento) a 20% (vinte) por cento do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1 As penalidades às quais forem pertinentes e se registra no subitens **8.2.4.1, 8.2.4.3, 8.2.4.3.1, 8.2.4.4 ao 8.2.4.7**, se condicionam às indicações demandadas na Portaria nº 01, de 24 de fevereiro de 2026, emitida pela **Diretoria Executiva da Fundação Oswaldo Cruz**, que regulamenta, no âmbito da Fiocruz, os procedimentos para apuração de responsabilidades em casos de infrações cometidas durante os processos licitatórios e nas etapas posteriores à sessão competitiva, além de definir critérios para a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade sob a PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### **Regime de Execução**

9.2 O regime de execução do objeto será por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: Não será aceita a participação de cooperativa, haja vista a natureza do objeto da licitação e as exigências técnicas, operacionais e de responsabilidade contratual envolvidas na execução dos serviços objeto da pretensa contratação.

9.11.1 Considerando a especificidade do objeto da presente licitação, que compreende a execução continuada de serviços técnicos especializados de manejo de resíduos de serviço de saúde dos Grupos A, B, D e E, conforme RDC nº 222/2018 - ANVISA, compreendendo as etapas: coleta externa, transporte externo, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, bem como a necessidade de rastreabilidade e controle operacional rigoroso, é imprescindível assegurar a existência de estrutura organizacional com responsabilidade direta, clara e centralizada sobre a execução do objeto. A participação de sociedades cooperativas, em razão de sua forma de organização e autonomia dos cooperados, pode comprometer a uniformidade, a rastreabilidade e o controle técnico da execução contratual, não atendendo às exigências operacionais estabelecidas.

9.11.2 Ademais, o objeto exige qualificação técnica e responsabilidade formal por ações que envolvem riscos sanitários, ambientais e à saúde pública, demandando que a contratada possua equipe técnica própria, registro nos órgãos competentes, capacidade de resposta imediata e padronização de condutas em todas as unidades atendidas. Tais requisitos não se compatibilizam com o modelo de gestão de cooperativas, o que justifica sua exclusão, com base no interesse público, na segurança da execução e no princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, sem prejuízo ao disposto na legislação infraconstitucional aplicável.

9.12. Não será permitida a participação de Consórcio de empresas, pois a natureza técnica e especializada dos serviços de manejo de resíduos de serviços de saúde dos Grupos A, B, D e E, conforme a RDC nº 222/2018 da ANVISA, envolve riscos sanitários, ambientais e ocupacionais relevantes e exigem responsabilidade técnica, ambiental e legal única e integral por todas as etapas da execução, desde a coleta até a destinação final.

9.13 A participação de consórcios poderia fragmentar a responsabilização por eventuais danos, irregularidades ou acidentes envolvendo os resíduos, dificultando a gestão, a fiscalização e a apuração de responsabilidades. Ademais, o valor estimado da contratação é compatível com a atuação de empresa individualmente habilitada, não se justificando a formação de consórcios. A medida assegura maior controle administrativo e eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes formulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% valor total estimado da contratação para 12 (doze) meses.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Registro no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** e/ou Registro do **Conselho Regional de Química (CRQ)** e/ou Registro no **Conselho Regional de Biologia (CRBio)** em plena validade.

### Qualificação Técnico-Operacional

9.33 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso



9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1 Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação de serviços de manejo de resíduos de serviço de saúde dos Grupos A, B, D e E, conforme a RDC ANVISA nº 222/2018, compreendendo as etapas de coleta externa, transporte externo, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final ambiental adequada, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

**9.33.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos descritos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência, para os serviços de manejo de resíduos de serviço de saúde dos Grupos A, B, D e E, conforme RDC nº 222/2018 - ANVISA.**

9.33.1.3. CERTIFICADOS:

9.33.1.3.1 Certificado de Credenciamento emitido pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana – Comlurb, onde atesta que a CONTRATADA está credenciada para a coleta e transporte de resíduos do Grupo A, Grupo D e Grupo E; no município do Rio de Janeiro, conforme Lei Municipal nº 3.273/01;

9.33.1.3.2 Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais de acordo com Instrução Normativa IBAMA n.º 31, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009.

9.33.1.3.3 Certificado de Condutores de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos, através do curso MOPP;

9.33.1.4 ATESTADOS:

9.33.1.4.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante, comprovando o desempenho na PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DO GRUPO A (SUBGRUPO A1, A2, A3, A4 e A5), GRUPO B (QUÍMICOS), GRUPO D (NÃO RECICLÁVEIS e ORGÂNICOS) e GRUPO E (PERFUROCORTANTE), segundo a RDC nº 222/2018 da ANVISA, em conformidades com o Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.33.1.4.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, nos termos do subitem 10.8 do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

9.33.1.5. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, serão aceitos diferentes atestados de serviços e o seu somatório executados de forma concomitante, a fim de equivaler a uma única contratação, nos termos do subitem 10.9, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

9.33.1.6. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, entregando dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, nos termos do subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

9.33.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33.5 LICENÇAS:

9.33.5.1 Licença de Operação dos serviços de coleta, transporte e tratamento de Resíduos Grupo A, B e Grupo E, dos serviços de coleta, transporte de resíduos Grupo D emitida pelo INEA, SMAC ou outras prefeituras dentro do Estado do Rio de Janeiro, de acordo Decreto Estadual 42159 de 02/12/2009, Anexo 1 e Art 8º da Lei Complementar Federal 140/2011 e Resolução CONEMA 42/2012;

9.33.5.2 Licença de Operação (LO) dos Aterros Classe I e II no qual os resíduos da CONTRATANTE serão dispostos, garantindo que o mesmo está apto a receber resíduos dos Grupos: (A), Grupo (B), Grupo (D) e Grupo (E);

9.33.5.3 Licença de Operação (LO) do forno incinerador concedida pelo INEA;

9.33.5.4 Licença de Operação para a atividade de incineração de resíduos de serviço de saúde e sua destinação final, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente INEA da empresa subcontratada, se for o caso.

9.33.5.5 Licença de Operação (LO) do local de lavagem/higienização dos veículos da CONTRATADA utilizados neste contrato; a licença de Operação emitida por órgão competente deve estar válida sem condicionantes a cumprir. Caso ela tenha sido emitida a título precário, com condicionantes de validade exarados na própria, a CONTRATADA deverá apresentar cópia de publicação em D.O (Diário Oficial) da baixa de condicionantes feita pelo órgão competente responsável pela emissão do documento, atestando assim o cumprimento das exigências que impliquem na validação definitiva da referida licença.

9.33.5.5.1 Caso a licença de operação esteja vencida e venha a ser apresentado o protocolo de renovação requerido ao órgão competente (INEA, SMAC ou outras prefeituras do Estado do Rio de Janeiro) com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, a empresa deverá apresentar uma declaração do órgão atestando que o processo se encontra ainda em análise, **devendo tal** declaração ser reapresentada anualmente, ou até a emissão da nova licença que regularize a validade do empreendimento.

9.33.5.5.2 Esta declaração do órgão deve estar atualizada ao ano em que ocorre o processo licitatório.

#### 9.33.6 OUTROS DOCUMENTOS:

9.33.6.1 Cópia controlada do procedimento interno para atendimento a emergências ambientais (PAE) que mostre o sistema adotado em caso de acidente durante tratamento e/ou transporte dos resíduos.

9.33.6.2 Cópia controlada do PGRS e/ou PGRSS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e/ou Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde).

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### Qualificação Técnico-Profissional

9.36. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.36.1 No mínimo 01 (um) Atestado Profissional de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CRQ (Conselho Regional de Química) ou CRBio (Conselho Regional de Biologia), acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico) – nesse caso, será admitida a apresentação de atestados em nome de profissionais responsáveis técnicos ou integrantes do quadro técnico da empresa licitante, em conformidade com o disposto na Resolução 1.025/2009 do CONFEA – fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e que comprove a execução, referente a prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.

9.36.2 Registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CRQ (Conselho Regional de Química) ou CRBio (Conselho Regional de Biologia), na jurisdição da sua sede, demonstrando possuir biólogo ou engenheiro ambiental/químico/sanitarista em seu quadro técnico.

9.36.3 Registro de Responsabilidade Técnica do responsável pelo funcionamento do sistema de tratamento térmico da usina da contratada, devidamente habilitado no órgão profissional competente (ART), de acordo com a resolução CONAMA nº 306/2002.

9.36.3.1 .Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pelos serviços para os quais foram indicados.

9.37. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.38. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 10.218.158,20 (dez milhões, duzentos e dezoito mil cento e cinquenta e oito reais e vinte centavos).

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Subunidade: Coordenação de Serviços Operacionais;
- Projeto: 0032.2000.565 .00031 - Proc: 274/2025-89 - Serviço de manejo de resíduos de serviço de saúde do Grupo A, B, D e E, com fornecimento de coletores, embalagens e análise laboratorial. Coleta externa, transporte externo, tratamento e disposição final ambientalmente adequada;
- Iniciativa/Programa Temático: 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.
- Ação Orçamentária: 2000 Administração da Unidade de Custeio;

- Finalidade: 565 Gestão Administrativa;
- Programa de Trabalho: 10122003220000033;
- Fonte de Recurso: 1002000000 - LOA Corrente;
- Natureza de Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica;
- Sub-item: 339039-75 - Serv. de Incineração, Destruição e Demolição;
- Classe: 942;
- PDM: 24708;
- DFD: 02/2026;
- Contratação: 511/2026;

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações constantes neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I

Observamos que todos os itens e texto do ANEXO I, "Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato", foram excluídos tendo em vista a não utilização do referido Anexo motivado pela necessidade da elaboração de um Instrumento Formal de Contrato, para a pretensa contratação pela especificações, obrigações e responsabilização do futuro contratado para execução do objeto.

## 14. ANEXO II

### ANEXO II

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20....

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. ANEXO III

ATESTADO DE VISTORIA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO para Contratação de serviços contínuos de manejo de resíduos de serviço de saúde dos Grupos A, B, D e E, conforme RDC nº 222/2018 - ANVISA, compreendendo as etapas: coleta externa, transporte externo, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, com fornecimento de coletores e embalagens, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, que a licitante representada legalmente por (nome completo) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, instalada no endereço \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, compareceu nesta data, no Campus Fiocruz Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ e tomou conhecimento das condições ambientais e técnicas que condicionam a prestação dos serviços alvo desta contratação.

Durante a vistoria supracitada, a empresa inspecionou o local a ser executado os serviços e o uso dos equipamentos a serem disponibilizados.

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e declaramos capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante Legal]

\_\_\_\_\_  
[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Nota: A empresa deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência da assinatura de seu representante como representante legal

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 08:18:14.

**JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 16:52:13.*

**RENATA LOBO DE PAULA BARROS ZANIN**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 16:43:35.*

## DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

**Estudo Técnico Preliminar 75/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 25389.000274/2025-89

**2. Descrição da necessidade**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para avaliar as soluções existentes quanto à coleta, tratamento e destinação final de resíduos, considerando as necessidades operacionais, logísticas e ambientais envolvidas. Esta etapa visa identificar práticas adequadas e sustentáveis para o gerenciamento dos resíduos gerados, com foco na eficiência, conformidade legal e minimização de impactos negativos ao meio ambiente

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, bem como embasar a elaboração do Termo de Referência, conforme previsto no parágrafo único do artigo 1º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 (ETP Digital).

**Justificativa:**

A Fundação Oswaldo Cruz, vinculada ao Ministério da Saúde, abriga atividades que incluem o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; a fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; a informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos e serviços de saúde e a implementação de programas sociais.

A Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA), que faz parte da Coordenação de Serviços Operacionais (CSO), vinculada à Coordenação-Geral de Infraestrutura, é responsável pela gestão ambiental dos Campi da Fiocruz, atuando a fim de garantir a sustentabilidade na infraestrutura ambiental da Instituição, e sob o tripé da sustentabilidade ambiental, minimizando os impactos ambientais negativos gerados pelas atividades finalísticas da Instituição, trazendo benefícios diretos para o meio ambiente urbano e para a saúde dos territórios vulnerabilizados do entorno.

A GRSA realiza inúmeras atividades pautando-se em preceitos de sustentabilidade ambiental que englobam tanto os aspectos legais quanto acadêmico-conceituais no que diz respeito a uma cultura de comportamento sustentável. Todas as atividades realizadas pela Fundação devem buscar seguir as premissas da sustentabilidade, sendo executadas de forma ambientalmente correta, economicamente viável e socialmente justa.

O gerenciamento de resíduos na Fiocruz segue as normas técnicas e legislações vigentes, como a RDC nº 222/2018 da Anvisa e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010. O gerenciamento de resíduos vai além da simples coleta dos resíduos, sendo um processo técnico, contínuo e essencial para preservar o meio ambiente.

A gestão adequada de resíduos sólidos nos serviços de saúde é um componente fundamental da segurança sanitária, da proteção ambiental e da conformidade regulatória. Dada a complexidade e diversidade de atividades desenvolvidas, torna-se necessário estabelecer diretrizes comuns para o gerenciamento dos resíduos de forma a respeitar as exigências da legislação vigente, preservar a saúde coletiva e garantir a sustentabilidade institucional com à especificidade operacional local, sem comprometer os princípios de segregação na fonte, destinação ambientalmente adequada e rastreabilidade.

O processo de gerenciamento deve iniciar pelo planejamento e identificação das áreas geradoras de resíduos, a partir de um diagnóstico, considerando os diferentes ambientes institucionais, como

laboratórios, unidades hospitalares, áreas administrativas, setores de produção, almoxarifados e serviços de apoio. Cada local deve ser avaliado quanto ao tipo, quantidade e frequência de geração de resíduos, estabelecendo-se rotinas de segregação e acondicionamento compatíveis com as classificações normativas.

A sustentabilidade se tornou palavra-chave em todas atividades humanas, não somente no setor privado como também no setor público. Em relação ao setor público o desenvolvimento econômico sustentável se reveste de grande importância, constituindo-se também um dos princípios basilares nas aquisições e contratações públicas, conforme dispõe a nova lei de licitações e contratos, Lei nº 14.133/2021.

Cumpra-se observar que, na falta da prestação deste serviço por negligência da Administração, algumas perguntas devem ser respondidas: Quem irá se responsabilizar pelo acúmulo dos resíduos gerados e não tratados nos diversos Campi? Quem será responsabilizado em casos de acidentes ou mortes de pacientes devido a riscos de epidemias e contaminações por falta da coleta, transporte e tratamento destes resíduos?

Diante de tais motivos, justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada, de forma a garantir a continuidade e a regularidade dos serviços, assegurando o adequado gerenciamento dos resíduos e o atendimento às exigências dos órgãos ambientais que rotineiramente fiscalizam as instalações da Fiocruz.

As atuais exigências ambientais e sanitárias aplicáveis ao gerenciamento de resíduos sólidos, aliadas à necessidade de garantir a segurança ocupacional, a integridade das instalações e a proteção da saúde pública, justificam que a contratação dos serviços ocorra de forma contínua e por execução indireta. Tal medida assegura a regularidade das atividades essenciais de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, prevenindo riscos biológicos, químicos e ambientais, além de garantir a conformidade com as normas vigentes e a manutenção das condições operacionais adequadas nos diversos campi da Fiocruz.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA)	RENATA LOBO DE PAULA BARROS ZANIN

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. A solução deverá observar os critérios de sustentabilidade constantes do Guia de Contratações Sustentáveis da Controladoria Geral da União – CGU;
2. A escolha da melhor solução deverá considerar e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação;
3. A escolha da melhor solução deverá assegurar e garantir a boa execução da contratação sempre embasados nos princípios norteadores da legalidade, eficiência e sustentabilidade;
4. A escolha da melhor solução deverá garantir que a contratação atenda às necessidades da Administração de forma segura, eficiente e sustentável.
5. A escolha da melhor solução deverá proporcionar um ambiente limpo e saudável para os trabalhadores, estudantes, pesquisadores e aos pacientes que são atendidos na Fiocruz, cumprindo as Legislações Municipais, Estaduais e Federais que norteiam o controle e descarte dos resíduos gerados pela Instituição.

### 5. Levantamento de Mercado

No processo de elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, realizou-se análise comparativa de contratações similares efetuadas por órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de identificar modelos de prestação de serviços, composições de custos e parâmetros de mensuração adotados em contextos equivalentes.

Para isso, foram consultados editais, Termos de Referência e contratos disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal (COMPASNET), bem como em bases de transparência de instituições federais, estaduais e municipais (Processos SEI). A análise teve como finalidade compreender as práticas predominantes de contratação para serviços de gerenciamento, coleta, transporte e destinação de resíduos de serviços de saúde.

Durante esse levantamento, observou-se que não há padronização absoluta nos critérios de mensuração e pagamento do serviço, variando-se conforme a estrutura operacional, logística disponível e maturidade da gestão ambiental de cada entidade contratante. Em síntese, verificou-se que:

- Parte dos órgãos adota o modelo de pagamento por peso (R\$/kg), baseado no controle da massa total dos resíduos efetivamente coletados e destinados, sendo a pesagem realizada no ato da coleta, por meio de balança calibrada e disponibilizada pela própria empresa contratada, com emissão de comprovante ou registro de pesagem para conferência e rastreabilidade.
- Outras instituições utilizam pagamento por volume (R\$/m³), especialmente quando o acondicionamento e a logística são orientados por capacidade de transporte;
- Algumas entidades remuneram o serviço por coletor, contentor ou ponto de coleta atendido.

Essa variação observada demonstra que a definição do critério de mensuração deve considerar as características e condições operacionais específicas da unidade contratante, conforme orienta o Guia Nacional de Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (SEGES/ME, 2021), garantindo coerência técnica entre o critério de pagamento e a forma real de execução do serviço.

A análise comparativa (benchmarking) realizada atende ao disposto no art. 18 e art. 24 da Lei nº 14.133/2021, que determinam que o planejamento da contratação deve ser fundamentado em estudos que permitam identificar a solução que proporcione melhor relação custo-benefício à Administração.



## **Contratações Analisadas (Benchmarking Público):**

### **Hospital Federal de Bonsucesso (HFB)**

- **Processo Sei nº:** 33374.156513/2019-01
- **Contrato:** 09/2022
- **Objeto:** contratação de serviços de de Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Saúde dos Tipos “A”, “B”, “D” e “E”, produzidos no Hospital Federal de Bonsucesso

### **Farmanguinhos (Fiocruz)**

- **Processo Sei nº:** 25387.000011 /2025-90
- **Contrato nº** 00003/2025
- **Objeto:** Contratação Emergencial de serviço de manejo integrado resíduos Classe II, grupo D (comum), englobando acondicionamento, coleta, transporte, armazenamento e destinação final dos resíduos comuns gerados no Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos/ FIOCRUZ.

### **Hospital Federal de Ipanema (HFI)**

- **Processo SEI nº:** 33401.109741/2019-18
- **Pregão Eletrônico nº** 28/2021
- **Contrato:** 07/2022
- **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde dos tipos A, B, D e E.

### **Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)**

- **Processo Licitatório:** 0000009-83.2024.4.02.8000
- **Pregão Eletrônico nº** 90004/2025
- **Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) - resíduos pertencentes ao Grupo A, Grupo B e Grupo E - produzidos pela Divisão de Atenção à Saúde (DISAU) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), com fornecimento de material adequado para armazenamento a cada tipo de resíduo no setor.

### **Hospital Federal da Lagoa (HFL)**

- **Processo SEI nº:** 33408.054406/2024-64
- **Processo SEI nº:** 33408.054406/2024-64
- **Processo SEI nº:** 33408.082025/2023-94
- **Modalidade:** Pregão Eletrônico
- **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde dos tipos A, B, D e E.

### **Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro**

- **Processo SEI nº:** 080002/004273/2024
- **Objeto:** Contratação de serviço de coleta diária, transporte, tratamento e disposição final de resíduos pertencentes aos grupos A (resíduos com a possível presença de agentes biológicos), B (resíduos químicos, incluindo lâmpadas, revelador e fixador de raio-X, películas de raio-X, pilhas, baterias, etc..), grupo D (resíduos comuns) e grupo E (materiais perfurocortantes), provenientes das Unidades sob a gestão da Fundação Saúde/RJ.

### **Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM)**

- **Processo SEI nº:** 350010/025598/2024
- **Objeto:** contratação de uma empresa especializada em coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Saúde (RSS) dos Grupos A (Biológico), B (Químico) e E (Perfurocortante), com comodato de equipamentos (contêineres, caçambas, bombonas e demais equipamentos necessários).

### **Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE**

- **Processo SEI nº:** 33433.011611/2018-80
- **Objeto:** Contratação de empresa especializada e credenciada para prestação de Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento, Destinação e Disposição Final de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde pertencentes ao GRUPO A (resíduos biológicos), GRUPO D (resíduos comuns) e GRUPO E (resíduos perfurocortantes), gerados no HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO – HFSE.

- **Processo SEI nº:** 25410.003343/2022-49
- **Contrato nº** 89/2023
- **Objeto:** Contratação de serviços de empresa especializada e credenciada para prestação os serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde pertencentes aos GRUPO A (resíduos infectantes) e GRUPO E (resíduos perfurocortantes), gerados no Instituto Nacional de Câncer – INCA.

Em virtude da complexidade da gestão dos resíduos gerados na Fiocruz, devido sua continuidade, temporalidade, volume e tipologia, assim como sua infraestrutura, faz-se necessário contratar empresa especializada visando o manejo e descarte ambientalmente correto.

Presentemente, a Fiocruz possui três contratos em vigor relacionados à gestão de resíduos, com objetos que estão aqui descritos de forma resumida:

1. Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos dos **Grupos A, D e E;**
2. Tratamento de resíduos químicos (**Grupo B**) por incineração, com fornecimento de embalagens.
3. Destinação final ambientalmente adequada de resíduos do **Grupo B (coprocessamento, análise laboratorial de resíduos não identificados, aterro Classe I e fornecimento de embalagens).**

Os dois primeiros contratos possuem prazo de execução de 60 meses, encerrando-se em 01/02/2026. A continuidade desses serviços é essencial, não sendo permitida descontinuidade. O terceiro contrato possui prazo superior, mas também utiliza tecnologias distintas. Diante disso, buscou-se verificar se o mercado possui capacidade para unificação de todos os contratos, garantindo eficiência operacional e econômica.

O Estudo Técnico Preliminar analisou os cenários para atender à necessidade exposta no **item 2** deste documento e verificou as opções, soluções e se a demanda possui empresas especializadas para atender à Coordenação de Serviços Operacionais, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, padronização e as normas reguladoras.

Em função da Fiocruz ser um grande gerador de resíduos de serviço de saúde e que imperiosamente precisa cumprir as regulamentações sanitárias e ambientais vigentes nas esferas Municipal, Estadual e Federal, a única solução encontrada é a contratação de empresa especializada para o Serviço de Coleta externa, transporte externo, tratamento e destinação final de resíduos.

No que se refere às alternativas existentes no mercado, verifica-se que a única solução viável é a terceirização da prestação dos serviços contínuos de coleta externa, transporte externo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a RDC nº 222/2018/ANVISA. Isso porque a Fundação Oswaldo Cruz não dispõe de quadro funcional especializado, nem de metodologias ou tecnologias próprias para a execução dessas atividades, o que inviabiliza a utilização de recursos humanos ou meios internos da Administração.

Considerando as disposições da RDC nº 222/2018/ANVISA e demais legislações correlatas, o objeto da solução foi definido como serviço de manejo de resíduos de serviços de saúde dos Grupos A, B, D e E, por englobar todas as etapas exigidas pela regulação: coleta externa, transporte externo, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, com fornecimento de coletores e embalagens. O uso do termo “manejo” assegura a conformidade integral com as normas sanitárias e ambientais vigentes, reforçando a responsabilidade institucional da Fiocruz em garantir a segurança sanitária, a rastreabilidade dos resíduos e a proteção ambiental, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Foram analisadas alternativas com execução direta e indireta do objeto:

**1. Execução direta:** a contratada realiza integralmente todos os serviços de coleta externa, transporte externo, tratamento e destinação final;

**2 Execução indireta (subcontratação):** a contratada principal realiza etapas de coleta externa e transporte externo e tratamento por autoclave e subcontratando etapas especializadas, como incineração, coprocessamento, aterro classe I e II, caracterização, classificação, beneficiamento, compostagem industrial, ETDI, descontaminação de lâmpadas e/ou reciclagem, tratamento de gases e o fornecimento de embalagens, assim como a coleta e o transporte de resíduos do Grupo B e dos gases inflamáveis; gases não inflamáveis, não tóxicos e gases tóxicos, garantindo a execução integral do objeto.

A oferta no mercado de potenciais prestadores dos serviços de COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE é ampla, visto que no mercado existem diversas empresas que oferecem este tipo de serviço.

A seguir são apresentadas algumas das soluções de mercado disponíveis para o coleta, transporte e tratamento dos resíduos do Grupo A, B, D e E, conforme abaixo:

Empresas	Coleta externa								Transporte Externo	Tratamento								
	Grupo A					Grupo B	Grupo D	Grupo E		Autoclavagem	Aterro Classe I	Incineração	Compostagem industrial	Coprocessoamento	Tratamento de gases	ETDI	Caracterização, classificação e beneficiamento	Descontaminação de lâmpadas
	A1	A2	A3	A4	A5													
Aborgama / Bgreen	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x								
AM Consultoria																x		
Bulbless															x			
Ciclo orgânico												x						
Chemical Solus																x		
Contecom														x				
Ecofire															x			
Idea Cíclica																		x
Maia Ambiental												x		x				
Organossolo													x					
Orizon												x			x			
Renove	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x						
Rodocon	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x								
Saniplan																	x	
Servioeste	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x								
Solvi Essencis												x			x			

Trata-se de um serviço especializado e de elevada complexidade, mas que não configura um limitador à participação, dado que o mercado conta com diversas empresas aptas a fornecer tais serviços. Dessa forma, os requisitos da contratação mantêm-se essenciais à garantia da qualidade, sem caráter restritivo, assegurando que os serviços prestados atendam às normas legais e padrões técnicos exigidos.

Não obstante, visando identificar a aplicação de novas tecnologias, verificou-se que o mercado dispõe de soluções para medição de resíduos por quilograma, mediante sistema de balança incorporado à estrutura dos veículos de coleta, permitindo aferir o peso em cada ponto de coleta.

Contudo, além de ainda se tratar de tecnologia pouco disseminada no segmento, identificou-se fragilidade operacional relevante: balanças embarcadas estão suscetíveis à descalibragem decorrente das vibrações e deslocamentos durante o transporte, comprometendo a precisão da medição e, consequentemente, a confiabilidade dos registros. Diante dessas limitações e considerando as exigências legais e normativas, optou-se por manter, nesta contratação, a medição dos resíduos do Grupo D (não recicláveis) e dos Grupos A e E (destinados à autoclavagem) com base na quantidade de coletores efetivamente coletados em cada ponto de coleta — independentemente de estarem parcial ou totalmente cheios —, garantindo maior confiabilidade, promovendo a ampla competição e assegurando economicidade, eficácia, eficiência, padronização e aderência às práticas de mercado.

RESÍDUOS GRUPO A, D e E		
Descrição	Valores	
	Quantidade Anual	Unidade de Medida
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor <b>240 litros CINZA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	51.500	Coletor Coletado
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor metálica de <b>1,2m³ CINZA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	15.300	Coletor Coletado
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor de <b>5m³ CINZA</b> - SEM TAMPA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	222	Coletor Coletado
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor de <b>5m³ CINZA</b> - COM TAMPA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	95	Coletor Coletado
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor de <b>30m³ CINZA</b> - para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	106	Coletor Coletado
Coleta, Transporte, Tratamento por AUTOCLAVAGEM e Destinação Final Coletor <b>240 litros BRANCO</b> para Resíduo do Grupo A e E	57.000	Coletor Coletado
<b>Estimativa mensal do custo Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Grupo D (ATERRO CLASSE II) e Grupo A e E (AUTOCLAVAGEM)</b>		

Considerando que não há, atualmente, empresas no mercado capazes de oferecer, de forma integral, todos os serviços demandados, a adoção da subcontratação configura-se como solução técnica, operacional e economicamente viável. Nesse modelo, etapas específicas, como incineração, coprocessamento, compostagem industrial, caracterização, classificação, beneficiamento, ETDI, descontaminação de lâmpadas e/ou reciclagem, Aterro Classe I e II, fornecimento de embalagens e transporte e tratamento de gases, podem ser executadas por empresas especializadas, garantindo a execução integral do objeto com segurança, eficiência e sem restrição à competitividade do certame.

A subcontratação deve ser estruturada de modo que o contratado principal mantenha total responsabilidade legal e contratual sobre os serviços executados por terceiros, assegurando a qualidade e a conformidade com as normas aplicáveis. Esse modelo permite integrar ao processo empresas com expertise específica, garantindo que todos os resíduos sejam tratados de acordo com os padrões legais, ambientais e sanitários vigentes.

RESÍDUOS GRUPO A e B - INCINERAÇÃO		
Descrição	Valores	
	Quantidade Anual	Unidade de Medida
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A1</b> (Risco 4)	600	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A2</b> - Carcaças (outros resíduos provenientes de animais)	8.000	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A3</b> - Peças anatómicas (membros) do ser humano	1.000	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A4</b> - Filtros de ar e gases aspirados de áreas contaminadas	10.500	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A5</b> - Órgãos, tecidos e fluidos orgânicos de alta infectividade para prions	50	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo B - Químicos</b>	100.000	Kg de Resíduo
<b>Estimativa mensal do custo Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Grupo A e B - INCINERAÇÃO</b>		

OBS: A previsão de tratamento por incineração para resíduos do Subgrupo A1 foi mantida na planilha de custos como medida preventiva para situações excepcionais. Embora a RDC ANVISA nº 222/2018 estabeleça a autoclavagem como método de tratamento aplicável a esses resíduos, existem circunstâncias específicas em que essa tecnologia pode não ser suficiente ou viável.

Em cenários de emergência sanitária, como a ocorrência de novas variantes virais de elevada transmissibilidade (a exemplo do que ocorreu durante a pandemia de Covid-19), alguns resíduos do Subgrupo A1 podem não receber o adequado pré-tratamento na fonte geradora, o que eleva significativamente o risco biológico. Nesses casos, adota-se o acondicionamento em bombonas rígidas de 50 litros e o encaminhamento direto para incineração, método que assegura a destruição térmica completa da carga infectante, eliminando potenciais riscos de disseminação.

Adicionalmente, conforme a ABNT NBR 10.004:2024, tais resíduos mantêm a classificação como Resíduos Perigosos Classe I, em razão de suas propriedades de infectividade, devendo ser tratados por métodos que assegurem a neutralização plena do risco. A incineração, nesse contexto, constitui alternativa tecnicamente justificada e normativamente aceita para garantir a destinação final ambientalmente adequada.

Assim, a rubrica em questão não substitui o tratamento por autoclavagem como procedimento-padrão, mas constitui uma estratégia de contingência, garantindo a manutenção da biossegurança, a proteção da saúde pública e o atendimento às boas práticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em situações extremas.

Resíduos Outros Tratamentos		
Descrição	Valores	
	Quantidade Anual	Unidade de Medida
Coleta, Transporte e Destinação Final para <b>COMPOSTAGEM INDUSTRIAL</b> - Resíduo do Grupo D Reciclável " <b>ORGÂNICO</b> " (em BOMBONA 50l AZUL/PRETA)	80.000	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte e Destinação Final para <b>COMPOSTAGEM INDUSTRIAL</b> - Resíduo do Grupo D Reciclável " <b>PODA E CAPINA</b> " (em coletor de 30m³)	170	Coletor Coletado
Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos para Aterro Classe I - <b>Resíduo do Grupo B - (Amianto, resíduos mercuriais e sólidos contaminados)</b>	9.300	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte e Tratamento por Coprocessamento - <b>Resíduo do Grupo B - (Tintas e outros solventes, cartuchos e toners, medicamentos vencidos e/ou deuso, sólidos contaminados, ácidos e bases fortes)</b>	8.500	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte e Destinação Final de <b>Resíduo do Grupo B - Lâmpadas Fluorescentes e Similares</b>	8.000	Unidade
Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos para Estação de Tratamento de Despejos Industriais (ETDI) - <b>Resíduo do Grupo B - Ácidos e bases fortes</b>	1.000	Kg de Resíduo
Coleta, transporte, tratamento (gases e cilindros) e disposição final - <b>Resíduo do Grupo B - Gases inflamáveis; gases não inflamáveis, não tóxicos e gases tóxicos</b>	250	Kg de Resíduo
Coleta, transporte, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final - <b>Resíduo do Grupo B - (Resíduos não identificados)</b>	250	Kg de Resíduo
<b>Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final de Resíduos - OUTROS TRATAMENTOS</b>		

Cabe destacar que as atividades passíveis de subcontratação correspondem a uma parcela restrita e complementar do objeto, não comprometendo a execução central do contrato, que continuará a ser realizada diretamente pelo contratado principal, preservando-se a unidade e a integridade do objeto.

Ao contratar serviços de coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada de resíduos, é essencial ressaltar que as empresas especializadas contratadas devem realizar a destinação final, necessariamente, operadas por empresas licenciadas e especializadas, que disponham de infraestrutura adequada e expertise técnica para assegurar a conformidade com as regulamentações ambientais e de segurança aplicáveis.

No caso específico dos resíduos destinados a aterros Classe II, a Portaria COMLURB nº 7, de 27 de dezembro de 2024, estabelece diretrizes e procedimentos para a gestão de resíduos sólidos na cidade do Rio de Janeiro. Esta portaria inclui a obrigatoriedade de encaminhar os resíduos gerados no município para o aterro sanitário de Seropédica, garantindo a destinação ambientalmente adequada.

Cumprе destacar que, para a presente contratação, a Fiocruz não admite a utilização de áreas de transbordo para resíduos, devendo o transporte ser realizado de forma direta do ponto de coleta até o local de destinação final autorizado, eliminando riscos de manipulação indevida, extravio ou contaminação e assegurando maior rastreabilidade e controle operacional.

A única restrição identificada para esta contratação, considerando as particularidades da Instituição, é que todos os serviços — incluindo coleta externa, transporte externo, tratamento por autoclavagem, incineração, coprocessamento, ETDI, descontaminação de lâmpadas e/ou reciclagem, caracterização, classificação, beneficiamento, compostagem industrial e disposição em aterro Classe I e II — devem ser realizados por empresas com base operacional no Estado do Rio de Janeiro, sendo flexibilizado apenas o serviço de tratamento de gases, uma vez que não encontramos essa tecnologia disponível no Estado do Rio de Janeiro.

Essa exigência se justifica pela necessidade de acompanhamento presencial das atividades críticas, garantindo que a execução ocorra em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente. A presença de uma base operacional local permite fiscalização contínua, resposta rápida a eventuais ocorrências, redução de custos e mitigação de riscos associados ao transporte de resíduos perigosos, assegurando eficiência, segurança e controle sobre o processo.

Sendo assim, torna-se indispensável a apresentação das licenças ambientais da contratada expedidas pelo INEA, SMAC ou de qualquer órgão fiscalizador dentro do Estado do Rio de Janeiro para transportar Resíduos Perigosos Classe I e Não Perigosos Classe II (Não Inerte Classe IIA e Inerte Classe IIB), conforme ABNT NBR 10004:1-2024.

**Soluções Operacionais Específicas**

Em razão das particularidades estruturais, logísticas e operacionais dos diferentes campi da Fiocruz, bem como da diversidade e complexidade dos resíduos de serviços de saúde gerados, torna-se indispensável estabelecer soluções operacionais específicas na contratação. Tais exigências decorrem de experiências anteriores, de requisitos normativos (RDC nº 222/2018/ANVISA, Resolução CONEMA nº 079/2018, Resolução ANTT nº 5.998/2022, Portaria INMETRO nº 326/2006, ABNT NBR 10004:1-2024, entre outros) e da necessidade de garantir segurança, rastreabilidade,

conformidade legal, eficiência operacional e padronização da gestão de resíduos na Instituição, evitando riscos à saúde pública, ao meio ambiente e à continuidade das atividades institucionais. Ressalta-se que essas Soluções Operacionais Específicas, em alguns casos, são mais rigorosas e distintas das práticas comumente adotadas pelo mercado, justamente para atender às particularidades da Fiocruz e assegurar o cumprimento de seus padrões de excelência e das exigências legais e regulatórias aplicáveis.

- **Justificativa para envio de resíduos orgânicos para compostagem**

Atualmente, os resíduos orgânicos gerados nas unidades da Fiocruz provenientes de alimentação, poda, capina e varrição, são destinados ao aterro sanitário.

Embora essa seja uma forma de disposição ambientalmente controlada, não representa a alternativa prioritária prevista na legislação nacional.

Considerando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e demais instrumentos normativos vigentes, propõe-se alterar a modalidade de contratação de destinação final desses resíduos, direcionando-os para usinas de compostagem industrial devidamente licenciadas, em substituição ao envio direto ao aterro sanitário.

A Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece a prioridade de não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, sendo a disposição final em aterro apenas para os rejeitos, isto é, a parcela que não possui viabilidade técnica ou econômica de reaproveitamento (art. 9º).

O Decreto Federal nº 10.936/2022, que regulamenta a PNRS, reforça essa hierarquia e define que a destinação ambientalmente adequada inclui “o aproveitamento energético, a reciclagem e a compostagem de resíduos orgânicos”.

Além disso:

1. O **art. 36, inciso V** da PNRS determina que os serviços de manejo de resíduos sólidos devem implantar sistemas de compostagem para resíduos orgânicos e articular-se com agentes sociais para o uso do composto produzido;
2. A **Resolução CONAMA nº 481/2017** estabelece critérios técnicos e ambientais para a operação de sistemas de compostagem, garantindo a segurança sanitária e ambiental do processo;
3. O **Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARes)**, aprovado pelo **Decreto nº 11.043/2022**, define como meta o aumento progressivo da fração de resíduos orgânicos encaminhada à compostagem e biodigestão, reduzindo significativamente o envio dessa fração a aterros sanitários.

Dessa forma, a contratação de destinação final via compostagem industrial alinha a Fiocruz ao cumprimento das normas federais e às metas nacionais de sustentabilidade.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz e o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) já reconhecem a fração orgânica não contaminada (como restos alimentares e resíduos de poda e jardinagem) como passível de compostagem.

Assim, a mudança contratual proposta não altera a rotina operacional interna de segregação, mas aprimora a destinação final, tornando-a ambientalmente mais adequada e conforme à legislação. Além disso, contribui para os compromissos institucionais da Fiocruz com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 12 — Consumo e Produção Responsáveis.

- **Justificativa para Pesagem dos Resíduos por Quilograma**

Considerando que parte dos serviços contratados terá como métrica o peso dos resíduos coletados, torna-se indispensável que a contratada realize a pesagem de todos os resíduos por quilograma, discriminados por tipo de classificação, no momento da coleta em cada ponto designado pela Contratante. Essa medida assegura a transparência, rastreabilidade e confiabilidade das informações de massa gerada, além de garantir a correta apuração dos valores a serem faturados.

Para tal, exige-se que a contratada disponibilize balanças digitais tipo plataforma devidamente calibradas e certificadas por laboratório credenciado ao INMETRO, de forma a atender às exigências metrológicas oficiais. Além disso, a contratada deverá fornecer todos os demais equipamentos e materiais necessários para a coleta e movimentação segura dos resíduos. Essa exigência visa resguardar a Fiocruz quanto à fidedignidade dos registros de pesagem, ao mesmo tempo em que garante conformidade legal, segurança operacional e padronização dos procedimentos de gestão dos resíduos de serviços de saúde.

- **Justificativa para Veículo Exclusivo nos campi da Fiocruz/RJ**

Considerando a complexidade do gerenciamento de resíduos nos campi da Fiocruz/RJ e o compromisso institucional com o correto manejo de todos os resíduos gerados, torna-se indispensável a utilização de **veículos exclusivos** para as atividades de coleta e transporte.

É importante destacar que, de acordo com o princípio da responsabilidade do gerador — que responde pelo resíduo desde o “berço ao túmulo” — a Fiocruz deve assegurar processos seguros, rastreáveis e em conformidade com a legislação vigente.

Além disso, a Instituição reafirma seu compromisso com o cumprimento das normas legais, a preservação ambiental e a promoção da Saúde Pública Universal, o que exige que seus procedimentos sejam conduzidos de forma íntegra, transparente e irrepreensível.

A necessidade de utilização de veículos exclusivos para os campi da Fiocruz/RJ é justificada pelos seguintes fatores:

1. **Volume de Resíduos:** Os campi da Fiocruz/RJ geram uma quantidade significativa de resíduos, o que demanda veículos dedicados para garantir a coleta e o transporte de forma contínua e eficiente. A utilização de veículos exclusivos assegura que:
  - a. a coleta ocorra regularmente, sem interrupções;
  - b. não haja mistura de resíduos da Fiocruz com os de outros estabelecimentos;
  - c. seja evitado o acúmulo de resíduos, minimizando riscos ambientais e à saúde pública.
2. **Eficiência Operacional:** O emprego de veículos exclusivos possibilita uma gestão mais eficiente da coleta, com definição de rotas e horários ajustados às necessidades específicas de cada campus. Isso resulta em maior agilidade operacional, otimização de recursos e maior confiabilidade no processo de gerenciamento de resíduos.
3. **Conformidade Legal e Responsabilidade do Gerador:** De acordo com a legislação vigente, o gerador é responsável pelo resíduo desde o “berço ao túmulo”, ou seja, em todas as etapas do seu ciclo de vida — geração, acondicionamento, transporte, tratamento e disposição final. Nesse contexto, a utilização de veículos exclusivos reforça a rastreabilidade, a segurança e a conformidade dos processos de gerenciamento de resíduos da Fiocruz, assegurando práticas alinhadas às normas legais, à preservação ambiental e à proteção da saúde pública.

- **Justificativa para Acesso ao Rastreamento dos Veículos pela Contratante**

A Fiocruz, baseada em experiências de contratações anteriores, verificou a necessidade de a nova contratação possuir o rastreamento dos veículos do contrato até a destinação final garantindo a transparência, a segurança e a eficiência na gestão dos resíduos de serviços de saúde gerados pela Fiocruz.

1. **Transparência e Controle:** O acesso ao rastreamento dos veículos permite à Fiocruz monitorar em tempo real as rotas e os horários de coleta e transporte dos resíduos. Isso assegura que todas as etapas do processo sejam realizadas conforme o planejado, proporcionando maior transparência e controle sobre a operação. A Fiocruz poderá acompanhar o trajeto dos resíduos desde a coleta até a destinação final, garantindo que não haja desvios ou irregularidades
2. **Segurança:** O rastreamento veicular é uma medida de segurança essencial, especialmente no transporte de resíduos perigosos. Em caso de incidentes, como acidentes ou roubos, o sistema de rastreamento permite a localização rápida e precisa dos veículos, facilitando a tomada de ações imediatas para minimizar os riscos e danos. Além disso, o rastreamento ajuda a garantir que os resíduos sejam transportados diretamente para o aterro sanitário, sem a utilização de áreas de transbordo, conforme exigido pelas normas vigentes.
3. **Conformidade com Normas e Regulamentações:** O rastreamento dos veículos garante que todas as operações de coleta e transporte de resíduos estejam em conformidade com as regulamentações sanitárias e ambientais. A Fiocruz poderá verificar se os resíduos estão sendo manuseados e transportados de acordo com as normas estabelecidas, evitando possíveis penalidades e garantindo a proteção do meio ambiente e da saúde pública.
4. **Relatórios e Auditorias:** O sistema de rastreamento permite a geração de relatórios detalhados sobre as atividades de coleta e transporte, incluindo informações sobre os horários, rotas, quilometragem percorrida e tempo de operação dos veículos. Esses dados são essenciais para auditorias e para a avaliação do desempenho da contratada, assegurando que os serviços sejam prestados com qualidade e eficiência.

Dessa forma, a exigência de que a contratante (Fiocruz) tenha acesso ao rastreamento dos veículos da contratada até a destinação final dos resíduos é uma medida indispensável para garantir a transparência, a segurança, a eficiência e a conformidade das operações de gestão de resíduos na Fiocruz.

- **Certificado de Destinação Final (CDF)**

Conforme RESOLUÇÃO CONEMA N°079 de 07-03-2018 os destinadores precisam emitir o Certificado de Destinação Final (CDF) aos geradores para todos os resíduos destinados, em até 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento do resíduo. O CDF é um documento essencial que comprova que os resíduos foram tratados e destinados de acordo com as normas ambientais vigentes.

Para a comprovação da execução dos serviços na Fiocruz e liberação para faturamento, a emissão do Certificado de Destinação Final dos resíduos do mês (Dias 01 a 31) é uma condição indispensável. Este procedimento assegura que os serviços prestados pela contratada estejam em conformidade com as exigências legais e normativas, garantindo que os resíduos foram devidamente tratados e destinados.

Desta forma, o pagamento dos serviços prestados só será realizado mediante comprovação da destinação final pela contratada através da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF. Esta medida é crucial para assegurar a transparência e a responsabilidade na gestão de resíduos, evitando possíveis irregularidades e garantindo que os resíduos sejam tratados de forma adequada e segura.

A emissão do CDF também contribui para a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, pois certifica que os resíduos foram encaminhados para destinação final ambientalmente correta, minimizando os impactos negativos ao meio ambiente.

Além disso, o CDF é uma ferramenta importante para a fiscalização e auditoria dos serviços prestados, permitindo que a Fiocruz acompanhe e verifique a conformidade das operações de gestão de resíduos.

- **Manutenção de Coletores**

Para a adequada execução dos serviços, será necessário disponibilizar um quantitativo de coletores fixos, dimensionado conforme o volume e a tipologia dos resíduos gerados em cada Unidade da Fiocruz. Os coletores deverão ser fornecidos sob regime de aluguel, sendo de inteira responsabilidade da contratada a manutenção preventiva e corretiva, garantindo a continuidade e a segurança da operação.

A empresa contratada deverá se comprometer a realizar a manutenção de todos os coletores, fornecendo, se necessário, apenas as peças de reposição correspondentes a tampas e rodas. Recondicionamento dos coletores com massa corrida, pintura ou qualquer outra intervenção similar não será aceito. Em caso de necessidade de substituição, os coletores deverão ser imediatamente substituídos por outros novos, de mesmas características técnicas, garantindo a integridade, segurança e funcionalidade operacional dos equipamentos.

Essa abordagem assegura que os coletores permaneçam em condições operacionais adequadas, atendendo aos padrões de ergonomia, resistência e conformidade com as normas técnicas aplicáveis, bem como às exigências de rastreabilidade e controle da gestão de resíduos.

- **Justificativa para indicação de marca, modelo ou característica de Coletores**

Dada a complexidade do gerenciamento de resíduos na Fiocruz/RJ, justifica-se a adoção de coletores mais resistentes, no modelo americano, que apresentam características técnicas superiores, assegurando maior durabilidade, resistência e segurança no manejo dos resíduos.

Esse modelo também proporciona melhor ergonomia e compatibilidade com sistemas mecanizados de transporte e manipulação, otimizando o manuseio, reduzindo riscos de acidentes e ampliando a eficiência operacional nas Unidades da Fiocruz/RJ.

Diante disso, propõe-se:

1. **Coletores de 240L**: Fabricado em polipropileno com proteção UV, sem pedal, rodas de 300 mm, **modelo americano**, garantindo resistência a sol, chuva e variações climáticas. Nas cores cinza e branco, com serigrafia “Resíduos Não Recicláveis”, “Resíduos Infectantes” e suas respectivas simbologia. Este modelo assegura durabilidade e manutenção da qualidade operacional nas condições adversas das Unidades.
2. **Coletores de 500L**: Fabricado em PEAD (Polietileno de Alta Densidade), sem pedal na cor branca, com serigrafia “Resíduos Infectantes” e sua respectiva simbologia.

**MODELO ARTE**



**Os coletores plásticos (comuns e infectantes) deverão ser identificados por serigrafia.**

3. **Coletores de 1.200L**: Fabricado em ferro, com **dobradiças reforçadas**, destinado a áreas de grande geração de resíduos, por meio de pintura com Stencil, com identificação “Resíduos Não Recicláveis” e a respectiva simbologia. As dobradiças reforçadas são fundamentais para assegurar a durabilidade do equipamento, especialmente em ambientes submetidos a uso intenso e condições adversas, prevenindo danos ou desprendimento das tampas. Dessa forma, garante-se a contenção adequada dos resíduos, a segurança no armazenamento e a redução da necessidade de substituições frequentes.

**Coletores metálicos de 1.2 ms, 5 ms e 30 ms deverão ser identificados por meio de pintura com stencil.**

OBS: As especificações dos coletores metálicos de 5 ms e 30 ms seguem os padrões usuais de mercado, motivo pelo qual não se faz necessária a definição de marca, modelo ou características específicas.

**MODELO ARTE**



A empresa contratada será responsável por:

- a. Realizar a manutenção preventiva e corretiva de todos os coletores;
- b. Fornecer peças de reposição sempre que necessário (como tampas e rodas);
- c. Realizar a substituição por coletores novos, com as mesmas características, quando houver necessidade.

• **Necessidade de Caracterização, Classificação, Beneficiamento de Resíduos Não Identificados**

No escopo desta contratação, contempla-se a inclusão de serviços de caracterização, classificação, beneficiamento de resíduos não identificados.

A caracterização, classificação e o beneficiamento são essenciais para avaliar as características principais do resíduo, bem como seus riscos, possibilitando a definição da tecnologia de tratamento mais adequada e da destinação final ambientalmente correta. Entre as informações técnicas necessárias destacam-se:

- a. Grau de pH (ácido ou básico);
- b. Miscibilidade em água e com solvente orgânico;
- c. Potencial de Oxidação-Redução;
- d. Natureza do resíduo (origem em linha de pesquisa, uso hospitalar ou outra atividade específica).

Esses parâmetros são determinantes para o direcionamento final, assegurando que a manipulação, o transporte, o tratamento e a disposição dos resíduos sejam executados em conformidade com as normas legais, ambientais e sanitárias vigentes.

Devido a expertise do contrato atual, conforme processo Sei 25389.000352/2022-01, concluiu-se que o formato mais adequado para a execução deste serviço consiste na coleta, transporte, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final desses resíduos, pois trata-se de materiais que carecem de ensaios físico-químicos com o único objetivo de melhor direcioná-los para a melhor destinação final ambientalmente adequada disponível.

• **Transporte externo de resíduos do Grupo B**

No tocante ao transporte externo de resíduos químicos classificados como Grupo B, verificou-se, a partir do benchmarking realizado com contratações de outros órgãos e entidades públicas, que é prática consolidada a terceirização especializada dos serviços de coleta, transporte externo, tratamento e disposição final desses resíduos. Tal modelo permite a adoção de estrutura logística já licenciada e habilitada para o manejo de resíduos perigosos, reduzindo riscos e garantindo conformidade técnica e legal.

A previsão de transporte externo dedicado para resíduos do Grupo B atende às exigências de rastreabilidade, segurança no deslocamento, compatibilidade entre a natureza da carga e a classe de risco declarada, bem como às condições de emergência e prevenção de derramamentos, conforme estabelecem a Resolução ANTT nº 5.998/2022 (transporte de produtos perigosos), a Portaria INMETRO nº 326/2006 (embalagens certificadas), e as normas técnicas ABNT NBR 7500, NBR 15481 e NBR 16725 (rotulagem, acondicionamento e gerenciamento seguro).

Dessa forma, a adoção de empresa contratada para o transporte externo de resíduos químicos (Grupo B) mitiga riscos operacionais, amplia o nível de segurança e assegura a conformidade regulatória em todo o fluxo logístico, em alinhamento ao disposto na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e à RDC ANVISA nº 222/2018, que orienta o gerenciamento integrado dos resíduos de serviços de saúde.

• **Necessidade de Destinação Final de Ácidos e Bases Inorgânicas Concentrados**

A maioria dos resíduos químicos gerados por laboratórios de pesquisa e áreas correlatas é destinada à incineração. No entanto, durante o *benchmarking* com empresas licenciadas para o tratamento por incineração, foi verificado que resíduos de ácidos e bases altamente concentrados podem comprometer a integridade dos sistemas do incinerador, provocar reações indesejadas e gerar subprodutos perigosos. Por esse motivo, tornam-se necessárias soluções alternativas para a destinação adequada.



No contrato atual para a destinação de resíduos de ácidos e bases inorgânicas altamente concentradas, como ácido sulfúrico (98%), ácido nítrico (65%), ácido clorídrico (37%), hidróxido de sódio, entre outros, a solução adotada é o encaminhamento para a Estação de Tratamento de Resíduos Industriais (ETDI).

Entretanto, durante a pesquisa de mercado, a blendagem para coprocessamento foi identificada como uma alternativa viável, embora apresente como fator limitante a quantidade de resíduos ácidos e básicos que podem ser incorporados na formulação do *blend*.

Assim, considerando as alternativas identificadas, a destinação dos resíduos poderá ser realizada tanto por meio de ETDI quanto por blendagem para coprocessamento, cabendo à Contratante avaliar e definir a opção mais adequada com base em critérios econômicos e ambientais.

#### • **Necessidade de Destinação Final de Cilindros com Resíduos de Produtos Químicos**

Em razão da existência de um pequeno passivo de resíduos químicos do Grupo B acondicionados em cilindros — abrangendo gases inflamáveis (Classe 2.1), gases não inflamáveis e não tóxicos (Classe 2.2) e gases tóxicos (Classe 2.3), ainda com produto em seu interior —, torna-se necessária a contratação de serviço especializado para sua destinação final. A contratada deverá dispor de tecnologia e infraestrutura adequadas para a execução de todas as etapas do processo, incluindo coleta externa, transporte externo, descarregamento dos gases, tratamento (tanto dos gases quanto dos cilindros) e/ou disposição final ambientalmente segura, em conformidade com a legislação ambiental vigente e normas técnicas aplicáveis.

Com base no *benchmarking* realizado, verificou-se que a maioria das empresas de gestão de resíduos não possui, em sua licença ambiental, autorização para transporte de gases, sendo, portanto, permitida a subcontratação da coleta, transporte, tratamento e destinação final desses cilindros. Cabe ressaltar que, mesmo neste modelo, a responsabilidade técnica, legal e ambiental permanece integralmente atribuída à contratada principal, garantindo que todos os resíduos sejam manejados de forma segura, eficiente e em conformidade com os padrões ambientais e de segurança da Fiocruz.

#### • **Tratamento de Lâmpadas Fluorescentes e Similares**

O tratamento de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, mercúrio e demais similares deve ser realizado em conformidade com as normas ambientais aplicáveis (Resoluções CONAMA nº 401/2008 e nº 452/2012, além da ABNT NBR 10.004/2024), tendo em vista que estes resíduos são classificados como perigosos (Classe I) devido ao mercúrio metálico presente em sua composição.

As lâmpadas do tipo LED, embora não contenham mercúrio, possuem placas eletrônicas, semicondutores, vidros, plásticos e metais, caracterizando-as como resíduos eletroeletrônicos (REEE). Para assegurar a destinação ambientalmente adequada, foram realizadas consultas às cooperativas parceiras do Programa de Coleta Seletiva Cidadã, que já atendem outros tipos de REEE. Contudo, constatou-se que a estrutura atual dessas cooperativas permite o recebimento apenas de lâmpadas com bulbo de plástico, restringindo o atendimento. Essa limitação inviabiliza o encaminhamento das lâmpadas geradas pela Fiocruz, cuja maioria possui bulbo de vidro, sendo necessário o envio dessas lâmpadas juntamente com as fluorescentes para tratamento e descarte adequado.

O processo de gerenciamento adequado envolve:

- a. Coleta e acondicionamento em embalagens rígidas, invioláveis e devidamente identificadas; Transporte especializado, com veículos licenciados para resíduos perigosos;
- b. Considerando o risco de quebra das lâmpadas durante o transporte, bem como a periculosidade do mercúrio e dos demais componentes perigosos presentes em sua composição, a Contratada deverá disponibilizar embalagens apropriadas e seguras para garantir o transporte adequado até o receptor final;
- c. Para as lâmpadas fluorescentes, tratamento em unidade licenciada, com tecnologias que assegurem a descontaminação e reciclagem dos materiais constituintes (vidro, metais, pó fosfórico e mercúrio).
- d. Para lâmpadas tipo Led, destinação em unidades licenciadas, que realizem a desmontagem, segregação de componentes e envio para cadeias de reciclagem específicas. O tratamento deve priorizar a recuperação de metais e plásticos, assegurando a rastreabilidade documental da destinação final, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais legislações aplicáveis.

As tecnologias usualmente no mercado são:

- a. Trituração em circuito fechado com sistema de exaustão e filtragem, para segregação de materiais e captura do vapor de mercúrio;
- b. Destilação ou retorta térmica, para recuperação do mercúrio metálico em condições seguras;
- c. Reciclagem de vidro e metais após descontaminação.
- d. Todas as operações devem ser realizadas na base operacional da Contratada ou de sua Subcontratada.

#### • **Justificativa para embalagens homologadas para o transporte terrestre de resíduos perigosos**

Os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apresentam características que os classificam como perigosos, conforme os critérios de classificação de resíduos estabelecidos pela NBR 10004-1:2024. Devido aos riscos intrínsecos a esses resíduos, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública e à qualidade ambiental.

Considerando essas propriedades, a utilização de embalagens homologadas se torna indispensável para a segurança e eficácia das etapas do manejo dos RSS, além do atendimento as exigências previstas na legislação vigente, como a RDC nº 222/2018, Resolução ANTT nº 5.998/22 e a Portaria INMETRO nº 326/06.

O uso de embalagens inadequadas durante as etapas de segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, potencializa o risco de acidentes como rupturas, extravasamentos ou derramamentos, especialmente se tratando de resíduos químicos perigosos. Por isso, a adoção de embalagens compatíveis com a natureza dos resíduos gerados constitui um requisito fundamental para a prevenção de acidentes ambientais, além do atendimento às normativas vigentes.

Com base em experiências anteriores de aquisição, observou-se que as embalagens refabricadas e recondicionadas apresentavam uma dispersão significativa de odores, o que resultava em reclamações por parte dos usuários finais, especialmente em laboratórios de referência, que estão sujeitos a auditorias e fiscalizações frequentes pelos órgãos competentes.

Dessa forma, a contratada deve fornecer embalagens NOVAS e homologadas para o transporte de produtos perigosos. A comprovação da aprovação ao processo de avaliação da conformidade deve estar indicada por meio da marcação estabelecida no item 6.1.3 da Resolução ANTT nº 5.998/22 e do Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO.

• **Justificativa para insumos para o gerenciamento adequado de resíduos do Grupo B**

Considerando a necessidade de padronização de acondicionamento, rastreabilidade e segurança operacional, o contrato passa a prever o fornecimento ampliado de insumos técnicos para o manejo adequado dos resíduos dos Grupos A, B, D e E. Atualmente, uma parcela considerável desses materiais são adquiridos em contratações distintas aos contratos que serão unificados.

Tal medida reduz desvios de segregação, promove uniformização operacional entre campi e assegura aderência às normas sanitárias e ambientais vigentes.

**Quadro – Tratamentos por Tipo de Resíduo**

Resíduo	Tratamento
Grupo D (comum)	Aterro Classe II
Grupo D (orgânico)	Compostagem industrial
Grupo D (poda e capina)	Compostagem industrial
Grupo A (Subgrupos A1, A4)	Autoclavagem
Grupo E (Perfurocortante)	Autoclavagem
Grupo A Subgrupos A2, A3, A4 (Filtro Hepa) e A5)	Incineração
Grupo B (riscos químicos e biológicos associados)	Incineração
Grupo B (Medicamentos quimioterápicos, hemoderivados e que tenham contato com agentes biológicos)	Incineração

Grupo B (Demais medicamentos - CONAMA 499/20)	Coprocessamento
Grupo B (Amianto)	Aterro Classe I
Grupo B (Tintas, solventes e derivados)	Coprocessamento
Grupo B (Cartuchos e toners)	Coprocessamento
Grupo B (Sólidos contaminados com riscos biológicos e químicos associados)	Incineração
Grupo B (Sólidos contaminados fixados com tintas, solventes e derivados)	Coprocessamento
Grupo B (Sólidos contaminados de grande porte)	Aterro Classe I
Grupo B (Lâmpadas fluorescentes e similares)	Descontaminação de lâmpadas e/ou reciclagem
Grupo B (Resíduos mercuriais: termômetros, mercúrio metálico, equipamentos e compostos com presença de mercúrio etc.)	Encapsulamento e/ou Aterro Classe I
Grupo B (Ácidos e bases fortes)	ETDI e coprocessamento
Grupo B (Gases e aerossóis)	Descarregamento dos cilindros e destinação final adequada dos gases e cilindros despressurizados
Grupo B (resíduos não identificados)	Caracterização, classificação, beneficiamento e tratamento

### **CONCLUSÃO:**

Ao observar as soluções propostas neste documento, ponderando-se os encargos de cada uma delas, entendemos que o formato mais adequado a ser utilizado na Instituição é o **critério de medição abaixo:**

1. **Pagamento por coletores de resíduos que venham a ser coletados**
2. **Embalagens novas entregues (primeiro uso)**
3. **Kg coletado**
4. **Unidade de Lâmpada Coletada**

Esta metodologia é a mais recomendada por propiciar um maior controle na gestão e fiscalização dos resultados pretendidos, em todas as suas etapas, com ações referentes às tomadas de decisões nos aspectos administrativo, operacional, financeiro, social e ambiental, garantindo um serviço de qualidade.

É imprescindível que os serviços contratados não sofram descontinuidade, uma vez que a interrupção pode acarretar graves implicações, tais como:

- Risco de impacto ao meio ambiente, uma vez que a Fiocruz não possui uma estrutura adequada para o acondicionamento dos resíduos durante grande período de tempo;
- Autuações, por não conformidade com as legislações vigentes, em auditorias e inspeções da ANVISA, OMS, entre outras;
- Impossibilidades de renovações das atuais Licenças Ambientais da Unidade, emitidas pelos órgãos competentes (SMAC, INEA, IBAMA, etc.), assim como a não obtenção de novas Licenças Ambientais;

- Inviabilização de inserção de oportunidades de melhoria, devido dificuldades na aplicação dos procedimentos, inconformidade da organização de dados e rastreabilidade;
- Aplicação de penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, pela não observância da Resolução RDC 222/ANVISA de 28 de março de 2018 estabelece as boas práticas para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e sua inobservância configura infração sanitária sujeita às penalidades;
- Aplicação de penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais, por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

## 6. Descrição da solução como um todo

Conforme descrito no item acima, entendemos que a solução a ser utilizada é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE MANEJO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE DO GRUPO A, B, D e E, CONFORME RDC Nº 222/2018 - ANVISA, COMPREENDENDO AS ETAPAS: COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, CARACTERIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, BENEFICIAMENTO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA, COM FORNECIMENTO DE COLETORES E EMBALAGENS**, através de Pregão Eletrônico, com posterior elaboração do Termo de Referência que deverá conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para atingir a finalidade da licitação.

### Possíveis Subcontratações:

Descrição
Disposição em Aterro Classe I e II
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo B - Químicos</b>
Coleta, Transporte e Destinação Final para <b>COMPOSTAGEM INDUSTRIAL</b> - Resíduo do Grupo D <b>Reciclável "ORGÂNICO"</b> (em BOMBONA 50l AZUL/PRETA)
Coleta, Transporte e Destinação Final para <b>COMPOSTAGEM INDUSTRIAL</b> - Resíduo do Grupo D <b>Reciclável "PODA E CAPINA"</b> (em coletor de 30m³)
Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos para Aterro Classe I - <b>Resíduo do Grupo B - (Amianto, resíduos mercuriais e sólidos contaminados)</b>
Coleta, Transporte e Tratamento por Coprocessamento - <b>Resíduo do Grupo B - (Tintas e outros solventes, cartuchos e toners, medicamentos vencidos e/ou de uso, sólidos contaminados, ácidos e bases fortes)</b>
Coleta, Transporte e Destinação Final do <b>Grupo B ( Lâmpadas Fluorescentes e Similares)</b>
Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos para Estação de Tratamento de Resíduos Industriais (ETDI) - <b>Grupo B (ácidos e bases fortes)</b>
Coleta, transporte, tratamento (gases e cilindros) e disposição final - Grupo B ( <b>gases inflamáveis; gases não inflamáveis, não tóxicos e gases tóxicos</b> )
Coleta, transporte, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final - <b>Resíduo do Grupo B - (Resíduos não identificados)</b>

A solução enquadra-se como serviço comum, uma vez que suas especificações no mercado são usuais ou seja existem diversas empresas especializadas no ramo. O serviço possui natureza continuada, pois se tratam de atividades primordiais que influenciam diretamente à boa execução das funções da Instituição e sua interrupção pode afetar o atingimento dos objetivos institucionais, a saúde pública e ao meio ambiente. Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 2010, é de responsabilidade do gerador o gerenciamento dos resíduos gerados. Portanto, a prestação do serviço é imprescindível e a descontinuidade no todo, ou em parte, acarretará em sérios danos sociais e financeiros à Fiocruz, além do descumprimento ao que preconiza a legislação vigente.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades informadas neste Estudo Técnico serão suficientes para atender os Serviços de Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA), tomando como parâmetro projetos existentes e demandas rotineiras, conforme abaixo.

Adicionalmente, destaca-se que, **além da unificação dos três contratos atualmente vigentes**, houve a identificação de serviços que **não estavam plenamente contemplados** nas contratações anteriores e que, em razão da evolução operacional e normativa, passaram a compor a necessidade atual da instituição. Entre esses serviços complementares incluem-se:

- a compostagem industrial para frações orgânicas passíveis de beneficiamento, contribuindo para a redução de envio de resíduos a aterros;
- o fornecimento ampliado de insumos e embalagens técnicas, assegurando padronização e conformidade com os requisitos de segurança sanitária;
- o transporte externo de resíduos do Grupo B, garantindo rastreabilidade e adequação aos procedimentos de manipulação de resíduos químicos; e
- o manejo e retirada de gases inflamáveis, tóxicos e não tóxicos, que exige logística especializada e atendimento a normas de segurança específicas.

A incorporação desses serviços visa otimizar a gestão integrada dos resíduos, promover maior controle operacional e ampliar a aderência às exigências regulatórias vigentes.

RESÍDUOS GRUPO A, D e E		
Descrição	Valores	
	Quantidade Anual	Unidade de Medida
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor <b>240 litros CINZA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	51.500	Coletor Coletado
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor metálica de <b>1,2m³ CINZA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	15.300	Coletor Coletado
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor de <b>5m³ CINZA - SEM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	222	Coletor Coletado
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor de <b>5m³ CINZA - COM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	95	Coletor Coletado
Coleta, Transporte e Destinação Final em Coletor de <b>30m³ CINZA</b> - para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	106	Coletor Coletado
Coleta, Transporte, Tratamento por AUTOCLAVAGEM e Destinação Final Coletor <b>240 litros BRANCO</b> para Resíduo do Grupo A e E	57.000	Coletor Coletado
<b>Estimativa mensal do custo Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Grupo D (ATERRO CLASSE II) e Grupo A e E (AUTOCLAVAGEM)</b>		

RESÍDUOS GRUPO A e B - INCINERAÇÃO		
Descrição	Valores	
	Quantidade Anual	Unidade de Medida
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A1</b> (Risco 4)	600	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A2</b> - Carcaças (outros resíduos provenientes de animais)	8.000	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A3</b> - Peças anatômicas (membros) do ser humano	1.000	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A4</b> - Filtros de ar e gases aspirados de áreas contaminadas	10.500	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo A - Subgrupo A5</b> - Órgãos, tecidos e fluidos orgânicos de alta infectividade para prions	50	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte, Tratamento por INCINERAÇÃO e Disposição Final de Resíduos <b>Grupo B - Químicos</b>	100.000	Kg de Resíduo
<b>Estimativa mensal do custo Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Grupo A e B - INCINERAÇÃO</b>		

Resíduos Outros Tratamentos		
Descrição	Valores	
	Quantidade Anual	Unidade de Medida
Coleta, Transporte e Destinação Final para <b>COMPOSTAGEM INDUSTRIAL</b> - Resíduo do Grupo D Reciclável " <b>ORGÂNICO</b> " (em BOMBONA 50L AZUL/PRETA)	80.000	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte e Destinação Final para <b>COMPOSTAGEM INDUSTRIAL</b> - Resíduo do Grupo D Reciclável " <b>PODA E CAPINA</b> " (em coletor de 30m³)	170	Coletor Coletado
Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos para Aterro Classe I - <b>Resíduo do Grupo B - (Amianto, resíduos mercuriais e sólidos contaminados)</b>	9.300	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte e Tratamento por Coprocessamento - <b>Resíduo do Grupo B - (Tintas e outros solventes, cartuchos e toners, medicamentos vencidos e/ou de uso, sólidos contaminados, ácidos e bases fortes)</b>	8.500	Kg de Resíduo
Coleta, Transporte e Destinação Final de <b>Resíduo do Grupo B - Lâmpadas Fluorescentes e Similares</b>	8.000	Unidade
Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos para Estação de Tratamento de Resíduos Industriais (ETDI) - <b>Resíduo do Grupo B - Ácidos e bases fortes</b>	1.000	Kg de Resíduo
Coleta, transporte, tratamento (gases e cilindros) e disposição final - <b>Resíduo do Grupo B - Gases inflamáveis; gases não inflamáveis, não tóxicos e gases tóxicos</b>	250	Kg de Resíduo
Coleta, transporte, caracterização, classificação, beneficiamento, tratamento e disposição final - <b>Resíduo do Grupo B - (Resíduos não identificados)</b>	250	Kg de Resíduo
<b>Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final de Resíduos - OUTROS TRATAMENTOS</b>		

Coletores e Embalagens		
Descrição	Valores	
	Quantidade Anual	Unidade de Medida
Barricas de Papelão - Capacidade 50L	4.590	Unidade
Saco reforçado para resíduo tóxico, cor laranja e capacidade de 100L	1.500	Unidade
Saco de Ráfia - 60cm(largura) x 90cm(altura)	1.200	Unidade
Bombonas de 20 litros com tampa removível	420	Unidade
Bombonas de 50 litros com tampa removível	1.324	Unidade
Bombonas de Polietileno - Tampa Fixa - Capacidade 10 Litros	840	Unidade
Bombonas de Polietileno - Tampa Fixa - Capacidade 20 Litros	2.700	Unidade
Bombonas de Polietileno - Tampa Fixa - Capacidade 50 Litros	1.200	Unidade
Pallet de Contenção 2 tambores	6	Unidade
Pallet de Contenção 4 tambores	8	Unidade
Filme Stretch (rolo)	3	Unidade
Lona plástica, cor preta, largura: 4m e comprimento: 100m e 200 micras (rolo)	3	Unidade
ALUGUEL de Coletor 240 litros CINZA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	187	Unidade
ALUGUEL de Caçamba metálica de 1,2m³ CINZA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	71	Unidade
ALUGUEL de Caçamba de 5m³ CINZA - COM TAMPA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	2	Unidade
ALUGUEL de Caçamba de 30m³ CINZA - para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	2	Unidade
ALUGUEL de Coletor 240 litros BRANCO para Resíduo do Grupo A e E	320	Unidade
ALUGUEL de Coletor 500 litros BRANCO para Resíduo do Grupo A4 - Filtro Hepa	5	Unidade
<b>Valor mensal do custo de Embalagens</b>		

O serviço de coleta será executado proporcionalmente à geração de resíduos nos campi da Fiocruz abrangidos pela contratação. Cabe ressaltar que não é possível prever com exatidão a quantidade de resíduos a ser descartada, devido à sazonalidade da Instituição. Essa variação na geração de resíduos decorre de diversos fatores internos e externos, como feriados prolongados, períodos de férias, pequenas reformas, mutirões de limpeza, campanhas de vacinação, inauguração de novas Unidades ou departamentos, entre outros. Dessa forma, o pagamento será realizado apenas pelo

serviço efetivamente prestado, mediante apresentação de ordem de serviço devidamente preenchida pela CONTRATADA e assinada pela CONTRATANTE.

O número de coletores fixos externos foi dimensionado de acordo com as necessidades da Fiocruz na ocasião da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e poderão sofrer alteração no decorrer do contrato, tanto para mais quanto para menos, dependendo das necessidades futuras da contratante e nos percentuais previstos no art. 125, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

<b>MANGUINHOS</b> Av. Brasil, 4365 – Manguinhos	
<b>Tipo de Resíduo</b>	<b>Quantidade Coletores Fixos</b>
Coletor <b>240 litros</b> CINZA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	103
Coletor <b>240 litros</b> BRANCO para Resíduo do Grupo A e E	233
Coletor metálico CINZA de <b>1,2m³</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	69
Coletor de <b>500 litros</b> Branco para Filtro Hepa	5
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³ - SEM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	1
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³ - COM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável <sup>1</sup>	1
Coletor estacionário CINZA de <b>30m³</b> - para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	1

<b>IFF</b> Av. Rui Barbosa, 716 – Flamengo	
<b>Tipo de Resíduo</b>	<b>Quantidade Coletores Fixos</b>
Coletor <b>240 litros</b> CINZA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	30
Coletor <b>240 litros</b> BRANCO para Resíduo do Grupo A e E	30
Coletor metálico CINZA de <b>1,2m³</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor de <b>500 litros</b> Branco para Filtro Hepa	
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³ - SEM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³ - COM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor estacionário CINZA de <b>30m³</b> - para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	

<b>HÉLIO FRAGA</b> Estrada de Curicica, 2000 – Jacarepaguá	
<b>Tipo de Resíduo</b>	<b>Quantidade Coletores Fixos</b>
Coletor <b>240 litros</b> CINZA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor <b>240 litros</b> BRANCO para Resíduo do Grupo A e E	04
Coletor metálico CINZA de <b>1,2m³</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	02
Coletor de <b>500 litros</b> Branco para Filtro Hepa	
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³ - SEM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³ - COM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor estacionário CINZA de <b>30m³</b> - para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	01

<p style="text-align: center;"><b>INERU</b> Estrada da Covanca, 66 – Tanque</p>	
Tipo de Resíduo	Quantidade Coletores Fixos
Coletor <b>240 litros</b> CINZA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	01
Coletor <b>240 litros</b> BRANCO para Resíduo do Grupo A e E	01
Coletor metálico CINZA de <b>1,2m³</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor de <b>500 litros</b> Branco para Filtro Hepa	
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³</b> - <b>SEM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³</b> - <b>COM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor estacionário CINZA de <b>30m³</b> - para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	

<p style="text-align: center;"><b>MATA ATLÂNTICA</b> Estr. Rodrigues Caldas, 3400 – Curicica</p>	
Tipo de Resíduo	Quantidade Coletores Fixos
Coletor <b>240 litros</b> CINZA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	03
Coletor <b>240 litros</b> BRANCO para Resíduo do Grupo A e E	02
Coletor metálico CINZA de <b>1,2m³</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor de <b>500 litros</b> Branco para Filtro Hepa	
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³</b> - <b>SEM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³</b> - <b>COM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor estacionário CINZA de <b>30m³</b> - para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	

O Ministério da Saúde (MS) e a Fiocruz iniciaram as tratativas para a integração entre o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) e o Hospital Federal da Lagoa (HFL). A iniciativa integra a estratégia do Governo Federal para reestruturação dos hospitais federais no Rio de Janeiro, com o objetivo de fortalecer e otimizar os serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A inclusão do Hospital Federal da Lagoa (HFL) no escopo do presente Estudo Técnico Preliminar fundamenta-se na necessidade de promover gestão integrada e padronizada dos resíduos de serviços de saúde, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305 /2010), com a Resolução RDC ANVISA nº 222/2018, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos em serviços de saúde, bem como com a Resolução CONAMA nº 358/2005, que estabelece diretrizes de tratamento e disposição final desses resíduos.

A articulação institucional entre o HFL e a Fiocruz visa fomentar o fortalecimento das práticas de gestão ambiental, com otimização de processos, compartilhamento de expertise técnica e alinhamento a padrões federais de eficiência, em alinhamento ao Plano Diretor de Logística Sustentável da Administração Pública Federal, instituído pela Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 e atualizado pelo modelo de referência da Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023, que orienta a incorporação de critérios de sustentabilidade, eficiência e inovação nas contratações públicas federais.

<p style="text-align: center;"><b>Hospital Federal da Lagoa</b> Rua Jardim Botânico, 501 - Lagoa</p>	
Tipo de Resíduo	Quantidade Coletores Fixos
Coletor <b>240 litros</b> CINZA para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	50
Coletor <b>240 litros</b> BRANCO para Resíduo do Grupo A e E	50
Coletor metálico CINZA de <b>1,2m³</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor de <b>500 litros</b> Branco para Filtro Hepa	
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³</b> - <b>SEM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	
Coletor estacionário CINZA de <b>5m³</b> - <b>COM TAMPA</b> para Resíduo do Grupo D - Não reciclável	

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 10.218.158,20

Para a estimativa do valor da contratação, foram adotados como referência principal os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, sendo priorizada a utilização de composições de custos unitários do item correspondente nos sistemas oficiais do governo, como o Paineira de Preços ou o Banco de Preços em Saúde. Foram igualmente consideradas contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de até um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive por meio de sistema de registro de preços, observados os índices de atualização aplicáveis.

Para complementar a pesquisa de preços, foram realizadas consultas diretas junto a empresas especializadas na prestação dos serviços, em conformidade com o art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Todos os parâmetros obtidos foram analisados de forma combinada para apuração da média de preços da Administração, desconsiderando-se valores inexequíveis ou excessivamente elevados.

A seguir, apresentam-se as empresas do ramo que foram consultadas:

Empresa	E-mail
Saniplan Engenharia	comercial@saniplanengenharia.com.br
Servi Oeste	comercialrj03@servioeste.com.br
Rodocon	rodocon@rodocon.com.br
Orizon VR (Magé)	agendamento.mage@orizonvr.com.br
Reciclabag	atendimento@reciclabag.com.br
Dimarca Ambiental	comercial@dimarcaambiental.com
Bag Brasil	atendimento@bagbrasil.com.br
Artplan	artplan.vendas@artplan.net
G Plásticos	luciano.moraes@gplasticos.com.br
Alfa Ambiental	alfa.ambiental2011@gmail.com
Recintec	comercial@recintec.com.br
Braslimp	administrativo@braslimp.com.br
Indcom Ambiental	rodney@indcomambiental.com.br
Medmach Soluções	medmach2016@gmail.com
Residuo All	jailton@residuoall.com.br
Sol Radiante	cial.solradiante@bol.com.br
Delurb Ambiental	licitacao@delurbambiental.com.br
Unybrasil Ambiental	contato@unybrasilambiental.com.br
Grupo Ambipar	thiago.silva@grupoambipar.com.br
Grupo Ambitec	andrea.teixeira@grupoambitec.com.br
Consil Contabilidade	consilcontabilidade@gamil.com
Ambserv	diego@ambserv.com.br
Landtec Engenharia	landtec@landtecengenharia.com.br
Clean Química	clean@cleanquimica.com
Multilixo	multilixo@multilixo.com.br
Indcom Ambiental	tayane@indcomambiental.com.br
Solvi	laraujo@solvi.com
Serioeste	comercial@serioeste.com.br



Os serviços objeto da presente contratação correspondem à unificação de três contratos atualmente vigentes, cujos valores são:

- Contrato N.º 004/2021-COGIC / Rodocon - R\$ 7.066.284,88 (sete milhões, sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos);
- Contrato N.º 008/2021-COGIC / Renove - R\$ 612.420,00 (seiscentos e doze mil, quatrocentos e vinte reais); e
- Contrato N.º 027/2023-COGIC - Saniplan – R\$ 404.643,28 (quatrocentos e quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos).

O **valor total atual** da soma dos três contratos é de R\$ 8.083.348,16 (oito milhões, oitenta e três mil, trezentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos). A unificação tem por objetivo simplificar a gestão contratual, reduzir sobreposição de serviços e garantir maior eficiência operacional.

A estimativa inicial de valor para a nova contratação foi elaborada com base nos parâmetros definidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021. Nessa primeira etapa, os custos indiretos (10%) e o lucro (5%) foram calculados utilizando os percentuais orientativos indicados pelos órgãos de controle. Em relação aos tributos, PIS (1,65%), COFINS (7,60%) e ISS (5%), foram considerados os percentuais máximos aplicáveis no regime de Lucro Presumido. Essa metodologia preliminar, adotada de forma direta sobre os valores obtidos na pesquisa, **sem ponderação pelo desvio padrão**, resultou em um valor estimado de R\$ 20.506.692,47.

Posteriormente, procedeu-se à avaliação crítica dos preços levantados, **utilizando a aplicação do desvio padrão** com o objetivo de conferir maior equilíbrio ao conjunto de dados e identificar eventuais valores discrepantes ou inexequíveis. Nessa etapa, mantiveram-se os mesmos parâmetros para custos indiretos (10%) e lucro (5%), enquanto os tributos, PIS (1,50%) e COFINS (5,50%), foram reduzidos, conforme a média praticada no mercado e nos contratos da Coordenação de Serviços Operacionais (CSO/Cogic).

Cabe destacar, por fim, que, com a inclusão do Hospital da Lagoa sob a gestão da Fiocruz, conforme disposto na Portaria nº 8.035/2025, houve ampliação dos serviços a serem prestados. **Dessa forma, a estimativa final para a nova contratação totaliza R\$ 10.218.158,20, valor obtido após a aplicação do desvio padrão**, garantindo maior aderência aos preços de mercado, economicidade e segurança jurídica ao processo.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Preliminarmente, cumpre ressaltar que, embora a legislação determine a análise quanto à divisibilidade do objeto em itens, tal procedimento não deve comprometer a execução satisfatória nem a integridade do conjunto contratado.

A Fiocruz, considerando a complexidade de suas operações e a diversidade geográfica de suas Unidades, adotou o critério de julgamento global por entender que esta forma é a mais econômica e vantajosa para a Administração, possibilitando um gerenciamento mais eficiente, uniforme e seguro da execução contratual.

Oportuno destacar que, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU), a decisão quanto ao parcelamento deve observar dois aspectos fundamentais: o técnico, que se refere à efetiva divisibilidade do objeto, e o econômico, que diz respeito às vantagens financeiras que tal medida pode gerar à Administração. Nesse sentido, o TCU entende que o fracionamento do objeto somente é cabível quando resultar em melhor aproveitamento dos recursos públicos, sem comprometer a qualidade, a padronização ou a eficiência da execução (Acórdão nº 1.793/2011-Plenário).

No presente caso, a fragmentação do objeto em diversos itens poderia gerar múltiplas contratações, aumentando custos administrativos e riscos de inconsistência na execução, controle e integração das atividades. Além disso, eventual multiplicidade de contratadas implicaria despesas indiretas não previstas em itens específicos das planilhas, mas que, inevitavelmente, seriam incorporadas ao preço final.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação não comporta parcelamento, sob pena de comprometer a eficiência e a integridade do conjunto, tratando-se de um serviço único, composto por tarefas interdependentes e regidas por legislações específicas.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está prevista no Plano Anual da Cogic e registrada no Plano Geral de Contratações - PGC/2025, sob os números:

Subunidade: Coordenação de Serviços Operacionais

Projeto: 0032.2000.565 .00031 - Proc: 274/2025-89 - Serviço de manejo de resíduos de serviço de saúde do Grupo A, B, D e E, com fornecimento de coletores, embalagens e análise laboratorial. Coleta externa, transporte externo, tratamento e disposição final ambientalmente adequada.

Iniciativa/Programa Temático: 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Ação Orçamentária: 2000 Administração da Unidade de Custeio.

Finalidade: 565 Gestão Administrativa.

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Fonte de Recurso: 1002000000 - LOA Corrente Natureza de Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica

Sub-item: 339039-75 - Serv. de Incineração, Destruição e Demolição

Classe: 942

PDM: 24708

DFD: 02/2026

Contratação: 511/2026

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. **Conformidade com Normas e Regulamentações:** A contratação de empresas especializadas garante que todas as operações de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos estejam em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes. Isso evita penalidades e assegura a proteção do meio ambiente e da saúde pública.
2. **Redução de Riscos à Saúde:** A gestão adequada dos resíduos de serviços de saúde minimiza os riscos biológicos e químicos, prevenindo a disseminação de doenças e infecções. Isso é crucial para proteger os trabalhadores envolvidos na coleta e tratamento dos resíduos, bem como a população em geral.
3. **Eficiência Operacional:** Empresas especializadas possuem a expertise e os recursos necessários para realizar a coleta e o transporte de resíduos de forma eficiente. Isso inclui a otimização das rotas de coleta, a utilização de veículos adequados e a implementação de práticas de gestão sustentável.
4. **Sustentabilidade Ambiental:** A correta disposição final dos resíduos contribui para a preservação do meio ambiente, evitando a contaminação do solo, da água e do ar. Além disso, práticas como a reciclagem e a compostagem promovem a economia circular e ajudam a reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários.
5. **Transparência e Controle:** A implementação de sistemas de rastreamento e monitoramento permite um controle rigoroso sobre todas as etapas do processo de gestão de resíduos. Isso garante a transparência das operações e facilita a fiscalização e auditoria dos serviços prestados.
6. **Melhoria na Qualidade de Vida:** A gestão eficiente dos resíduos contribui para a manutenção das condições de higiene e limpeza das instalações da Fiocruz, proporcionando um ambiente de trabalho agradável e seguro. Cidades limpas e bem cuidadas também atraem turistas, negócios e investimentos, promovendo o bem-estar da população.
7. **Economia de Recursos:** A contratação de empresas especializadas pode resultar em economia de recursos financeiros e operacionais, devido à eficiência e à expertise dessas empresas na gestão de resíduos. Isso inclui a redução de custos com manutenção, transporte e tratamento dos resíduos.

## 13. Providências a serem Adotadas

As adequações ao ambiente físico não interferem no início das atividades desta contratação e podem ser executadas ainda que simultaneamente à execução do contrato.

Existe a necessidade de reestruturação e construções dos abrigos de resíduos externos nos Campi para atendimento às legislações existentes, que já vem sendo estudadas pela Instituição para adequação.

Por se tratar de um serviço contínuo e essencial para Fundação, o cronograma para início das atividades pela contratada será a data de assinatura do contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A gestão de resíduos de serviços de saúde (RSS) é uma atividade essencial para garantir promoção da saúde pública e a preservação do meio ambiente. No entanto, a contratação de serviços terceirizados de coleta externa, transporte externo, tratamento e disposição final desses resíduos pode acarretar impactos ambientais relevantes, que precisam ser cuidadosamente avaliados. Este estudo técnico preliminar tem como objetivo analisar os principais riscos ambientais associados às etapas externas da gestão de resíduos de serviço de saúde, destacando a importância de práticas sustentáveis e conformidade com as normas regulamentadoras. A seguir, são destacados os principais impactos ambientais potenciais:

- **Contaminação do Solo e da Água:** O manejo inadequado dos resíduos de serviços de saúde pode resultar na infiltração de substâncias perigosas no solo, contaminando águas subterrâneas e corpos hídricos superficiais, com riscos diretos à saúde humana e aos ecossistemas;
- **Emissões Atmosféricas:** O transporte e principalmente, o tratamento de resíduos, especialmente a incineração, podem liberar poluentes atmosféricos, como dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>), dióxidos de enxofre (SO<sub>2</sub>) e material particulado. Essas emissões agravam a poluição do ar e podem ter efeitos adversos na saúde humana e clima;
- **Riscos Biológicos:** Resíduos contendo agentes infecciosos e patogênicos representam um risco significativo à saúde. A exposição inadequada a esses resíduos pode resultar na proliferação de doenças e infecções, afetando a saúde dos trabalhadores envolvidos na coleta e tratamento, bem como da população direta e indiretamente envolvida;
- **Geração de Resíduos Secundários:** Processos, como a incineração geram subprodutos, como cinzas e escórias, que também necessitam de destinação segura e adequada para evitar novos impactos ambientais;
- **Consumo de Recursos Naturais:** A logística e o tratamento dos RSS demandam recursos naturais, como combustíveis fósseis, água e energia, contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa e a degradação ambiental;
- **Impacto na Fauna e Flora:** A disposição inadequada de resíduos pode afetar diretamente a biodiversidade. Animais silvestres ou domésticos podem ingerir ou se ferir com resíduos descartados indevidamente ou ficarem presos em materiais descartados, enquanto plantas podem ser afetadas por solos ou águas contaminadas;
- **Proliferação de Doenças:** O descarte inadequado pode atrair vetores como ratos, moscas, baratas e animais peçonhentos, que podem proliferar doenças e infecções, afetando a saúde dos trabalhadores envolvidos na coleta e tratamento, bem como da população direta e indiretamente envolvida;
- **Odor e Poluição Visual:** A má gestão dos resíduos pode gerar odores desagradáveis e degradação paisagística, comprometendo a qualidade de vida das comunidades próximas aos locais de manejo e disposição.

Diante desses riscos, a identificação e análise dos possíveis impactos ambientais associados à gestão de resíduos de serviços de saúde tornam-se fundamentais para a elaboração de estratégias eficazes de mitigação. A contratação de empresas especializadas que adotem tecnologias limpas, boas práticas de gestão e estejam em conformidade com as normas regulamentadoras é indispensável para minimizar os danos ao meio ambiente e garantir a segurança e a saúde coletiva.

Adicionalmente, a implementação de um sistema de monitoramento contínuo e a adoção de tecnologias avançadas para o tratamento e disposição final dos resíduos são medidas essenciais para garantir uma gestão ambientalmente responsável e sustentável.

Por meio dessas ações, a Fiocruz pode fortalecer seu compromisso institucional com a saúde pública, contribuindo ativamente para a proteção ambiental e a construção de um futuro mais seguro e sustentável.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é a melhor e mais eficiente forma de atender ao interesse público, respeitando as diretrizes da nova Lei de Licitações.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RENATA LOBO DE PAULA BARROS ZANIN**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 08/01/2026 às 09:47:44.*

**FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 08/01/2026 às 09:35:36.*

**PAULA DE ASSUMPCAO VIEIRA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 08/01/2026 às 09:36:42.*

**JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ**

Coordenador Substituto da Cogic/CSO



*Assinou eletronicamente em 08/01/2026 às 11:30:49.*

PONTOS DE COLETA EXTERNOS		GRUPO D				GRUPO A e E	
Unidade	Local	1.2m³	240L	5m³	30m³	240L	500L
Bio	CTV (abrigo)	10		1		17	
Bio	Fundos CTV	1				4	
Bio	Pavilhão Henrique Aragão	1				7	
Bio	Pavilhão Rockefeller	6				12	1
Bio	CHP	6		1		12	
Bio	LAFIQ					2	
Bio	Novo Almoxarifado e Prédio Administrativo (Napa)		14				
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública	5				3	
INCQS	INCQS		5			5	
IOC	Pavilhão Hanseníase / Souza Araújo	2				2	
IOC	Pavilhão Arthur Neiva	2				2	
IOC	Pavilhão Cardoso Fontes					3	
IOC	Pavilhão Gomes de Farias	1				2	
IOC	Pavilhão Lauro Travassos/Correios	1				2	
IOC	Pav. Osório de Almeida/ Farmacodinâmica	2				4	
IOC	Pav. Carlos Chagas					4	
IOC	Rocha Lima					4	
IOC	Leônidas Deane					4	
IOC	Hélio e Peggy	2				6	
FAR	Produtos Naturais					1	
FAR	COGEPLAN/ Farmanguinhos	2				1	
COGEAD	Pavilhão Figueiredo de Vasconcelos (Quinino)	2					
COGEPE	Creche Berta Lutz	1					
Presidência	Pavilhão Mourisco (Presidência)	2					
INI	Abrigo de Resíduos do INI	6				18	1
INI	Novo Centro Hospitalar		40			30	1
Presidência	Plataforma de Testagem		5			6	
COGIC	Central de Saneamento						1
COGIC	Reserva		15			20	
COGIC	SETRAN / Museu da Vida COC	3					
COGIC	Horto, Canal Saúde e Uadema	1					
COGIC	Residência Oficial/ Casa Amarela	1	1				
COGIC	Pátio	4					
CDTS	Abrigo CDTS		14			14	
ICICT	Biblioteca de Manguinhos	1					
COGIC	Centro de Recepção (Trenzino)		3				
COC	Canteiro / Saída 02	1					
COGEPE / ASFOC / IOC	NUST / Restaurante / ASFOC / Pav. Carlos Chagas	3				1	
EPSJV	Escola Politécnica	3				1	
ICTB	Abrigo		3			33	1
ICTB	Primatologia		3			12	
ICTB	Projeto Saúde Unica					1	
Condominial	Beira Rio				1		
TOTAL		69	103	2	1	233	5

PONTOS DE COLETA EXTERNOS		GRUPO D				GRUPO A e E	
Unidade	Local	1.2m³	240L	5m³	30m³	240L	500L
IFF	Av. Rui Barbosa, 716 - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ		30			30	
TOTAL		0	30	0	0	30	0

PONTOS DE COLETA EXTERNOS		GRUPO D				GRUPO A e E	
Unidade	Local	1.2m³	240L	5m³	30m³	240L	500L
HELIO FRAGA	Estrada de Curicica, nº 2.000 – Jacarepaguá	2			1	4	
TOTAL		2	0	0	1	4	0

PONTOS DE COLETA EXTERNOS		GRUPO D				GRUPO A e E	
Unidade	Local	1.2m³	240L	5m³	30m³	240L	500L
MATA ATLÂNTICA	Estrada Rodrigues Caldas, nº 3.400 – Curicica		3			2	
TOTAL		0	3	0	0	2	0

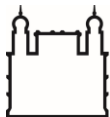


PONTOS DE COLETA EXTERNOS		GRUPO D				GRUPO A e E	
Unidade	Local	1.2m³	240L	5m³	30m³	240L	500L
INERU			1			1	
TOTAL		0	1	0	0	1	0

PONTOS DE COLETA EXTERNOS		GRUPO D				GRUPO A e E	
Unidade	Local	1.2m³	240L	5m³	30m³	240L	500L
HOSPITAL DA LAGOA			50			50	
TOTAL		0	50	0	0	50	0

TOTAL

GRUPO D				GRUPO A e E	
1.2m³	240L	5m³	30m³	240L	500L
71	187	2	2	320	5



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

**Fundação Oswaldo Cruz**

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

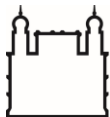
## ANEXO II - POSTOS DE COLETA SUBGRUPO A2, A3 e A4

POSTO	UNIDADE	LOCAL
01	IOC	Hélio e Peggy Pereira (IOC)
02	FAR	Farmanguinhos
03	ICTB	CPEA
04	ICTB	SHDA/ICTB
05	ICTB	Sede ICTB
06	INCQS	INCQS
07	IOC	Pav. Lauro Travassos
08	IOC	Pav. Cardoso Fontes
09	IOC	Pav. Arthur Neiva
10	IOC	Pav. Carlos Chagas
11	IOC	Pav. Leônidas Deane
12	INI	CONTAINER ZOONOSES (INI)
13	IOC	Ozório Almeida (Farmacodinâmica)
14	ENSP	CESTEH
15	ICICT	Biblioteca
16	IOC	Rocha Lima
17	PRESIDÊNCIA	Central Analítica (Plataforma de Testagem)
18	IFF	Instituto Fernandes Figueira
19	HOSPITAL DA LAGOA	HOSPITAL DA LAGOA

**Fiocruz | Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic)**

Av. Brasil, nº 4.365 - Manguinhos | Rio de Janeiro, RJ | CEP: 21.040-360 | Brasil

Telefone: (55) 21 2209-2020 | <http://www.cogic.fiocruz.br>



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

**Fundação Oswaldo Cruz**

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

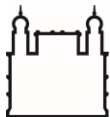
## ANEXO II - POSTOS DE COLETA GRUPO B

POSTO	UNIDADE	LOCAL	CAMPUS
01	COGIC	Central de Saneamento	Manguinhos
02	CDTS	CDTS	Manguinhos
03	INCQS	INCQS	Manguinhos
04	PR	Plataforma de Testagem	Manguinhos
05	INI	Gaspar Viana	Manguinhos
06	INI-CH	Centro Hospitalar	Manguinhos
07	IFF	Abrigo	IFF - Flamengo
08	IFF	Farmácia	IFF - Flamengo
09	IFF	Patologia	IFF - Flamengo
10	ENSP	Laboratório de Vetores	INERU
11	ENSP	Laboratório de Parasitologia Ambiental	INERU
12	IOC	Laboratório	INERU
13	ENSP	Abrigo	CRP Hélio Fraga
14	ENSP	Farmácia	CRP Hélio Fraga
15	COGIC	Laboratório	Campus Mata Atlântica
16	COGIC	Almoxarifado	Campus Mata Atlântica
17	Hospital Federal da Lagoa	Abrigo de resíduos	Jardim Botânico

**Fiocruz | Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic)**

Av. Brasil, nº 4.365 - Manguinhos | Rio de Janeiro, RJ | CEP: 21.040-360 | Brasil

Telefone: (55) 21 2209-2020 | <http://www.cogic.fiocruz.br>



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

## ANEXO III - LISTA DE VERIFICAÇÃO TRATAMENTO POR INCINERAÇÃO

<b>Empresa Subcontratada pelo Tratamento dos Resíduos:</b> <u>RF. Maia Tecnologia Ambiental Eieli ME</u>		<b>Data:</b>	
<b>Representante da Empresa:</b>		<b>Horário:</b>	
<b>ITENS</b>	<b>DOCUMENTAÇÃO</b>	<b>C</b>	<b>NC</b>
<b>1</b>	Apresentar Licença de Operação para o tratamento térmico de Resíduos de Serviço de Saúde, inclusive os resíduos do (Grupo A2, A3, A4 e A5 – RDC 222/ 2018).		
<b>2</b>	Apresentar documento do forno comprovando a capacidade mínima de 100 Kg/ h.		
<b>3</b>	Apresentar documento comprovando que o forno atinge a temperatura mínima de queima de 800 °C.		
<b>ITENS</b>	<b>CONDIÇÕES GERAIS DAS INSTALAÇÕES</b>	<b>C</b>	<b>NC</b>
<b>4</b>	Possui abrigo ou salas com cobertura para armazenamento temporário dos resíduos?		
<b>5</b>	O Abrigo ou salas de resíduos apresentam sinalização de identificação do tipo de resíduo que armazena?		
<b>6</b>	O abrigo ou salas de resíduos possuem piso e paredes laváveis, com revestimento de fácil limpeza?		
<b>7</b>	O abrigo ou salas de resíduos possuem ponto de água e ponto de luz?		
<b>8</b>	O abrigo ou salas de resíduos possuem ralo direcionado para um sistema de tratamento de efluentes?		
<b>9</b>	Os resíduos são segregados no abrigo ou salas de resíduos em compartimentos diferentes, por tipo de resíduo (grupo A, B, C, D e E segundo RDC 222/2018)?		
<b>10</b>	O abrigo ou salas de resíduos possuem telas ou controle contra proliferação de insetos e roedores?		
<b>11</b>	As cinzas geradas pelo tratamento dos resíduos são acondicionadas em recipientes com tampa e armazenado temporariamente em local coberto?		
<b>12</b>	Existe vestiário com chuveiro para a troca de roupa dos funcionários?		
<b>13</b>	O vestiário contém armários para guardar roupas e pertences dos funcionários e outro para guardar EPI?		
<b>14</b>	A empresa disponibiliza os EPI necessários para atividade: uniformes, luvas térmicas resistentes ao calor, protetor facial, avental, botas, máscara?		
<b>ITENS</b>	<b>CONDIÇÕES GERAIS DO FORNO</b>		
<b>15</b>	Dimensões da abertura (boca) do forno <b>Altura:</b> _____ cm <b>Largura:</b> _____ cm		
<b>16</b>	Dimensões externas do forno: <b>Altura:</b> _____ cm <b>Largura:</b> _____ cm <b>Comprimento:</b> _____ cm		
<b>17</b>	O forno passou no teste realizado com uma bombona de 50 L?    Sim ( )    Não ( )	<b>C</b>	<b>NC</b>
<b>Legendas:</b> <b>C= Conforme</b> <b>NC= Não Conforme</b>			
<b>Observações:</b>			
	<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>	
Equipe Técnica COGIC			
Equipe Técnica COGIC			
Responsável da empresa contratada Rodocon			
Acompanhante da empresa Subcontratada			

Fiocruz | Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic)

Av. Brasil, nº 4.365 - Manguinhos | Rio de Janeiro, RJ | CEP: 21.040-360 | Brasil

Telefone: (55) 21 2209-2020 | <http://www.cogic.fiocruz.br>

LOGO DA  
EMPRESA

**CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS**

**Cliente: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (MANGUINHOS)**

**Endereço:** Avenida Brasil, 4.365 - Manguinhos

**CNPJ:** 33.781.055/0003-05

A **EMPRESA XXXXXXXX**, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, LICENÇA LO XXXXXXXX - certifica que o referido cliente encaminha seus RESÍDUOS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (RSS) para o processo de tratamento por autoclavagem realizado nesta empresa, conforme preconiza RDC 222/2018 e CONAMA 358/05. Após tratamento os resíduos são encaminhados a CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS NOVA IGUACU S.A. O serviço foi realizado obedecendo à Legislação Ambiental aplicável, estando devidamente licenciado.

**MANIFESTOS:**

**Quantidade de Resíduos:** X X X X COLETORES DE 240 LITROS / KG

**Período de Recebimento:** 1 a 31 de XXXXXXXX de 2025

**EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX**

Rio de Janeiro, XX de XXXXXX 2025.

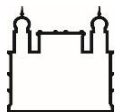
Q  
U  
Í  
M  
I  
C  
O

ORDEM DE SERVIÇO		
Empresa: XXXXX	Cidade: Rio de Janeiro	
Endereço: XXXXX	Fax: XXXXX	
Nome: Fundação Oswaldo Cruz ( Campus xxxxxx ) Endereço: Av. Brasil, 4365      Cidade: Rio de Janeiro      Data: xx/xx/2025 Ponto de Coleta: _____ Bairro: Manguinhos      Responsável: Fiscal Designado por portaria Telefone: 2209-9177/9178		
Tipo de Coleta: <b>Resíduo Grupo B</b>		
Classificação	Acondicionamento	Peso (Kg)
Classificação 1 - RESÍDUO LÍQUIDO TÓXICO, INFLAMÁVEL, ORGÂNICO N.E. (líquido orgânico não halogenado)	50L Tampa fixa	
	20L Tampa fixa	
	10L Tampa fixa	
Classificação 2 - RESÍDUO EMBALAGENS VAZIAS, NÃO LIMPAS	Barrica de papelão	
	Saco de rafia	
Classificação 3 - RESÍDUO MEDICAMENTO TÓXICO, SÓLIDO, N.E.	Barrica de papelão	
	50 L Tampa removível	
....Classificação 25 -RESÍDUO LÍQUIDO TÓXICO, INORGÂNICO, N.E (líquido inorgânico halogenado)	50L Tampa fixa	
	20L Tampa fixa	
	10L Tampa fixa	
Manifesto nº: _____		
Hora da Coleta: _____ às _____ Em _____ de _____ de 2025.      Cliente      Motorista/Coletor		



LOCAL	Posto	Pontos de Coleta	Unidade	GRUPO A2	Total
				Kg	Kg
M a n g u i n h o s	1	Hélio e Peggy Pereira (IOC)	IOC		
	2	Farmanguinhos	FAR		
	3	CPEA	ICTB		
	4	SHDA/ICTB	ICTB		
	5	Sede ICTB	ICTB		
	6	INCQS	INCQS		
	7	Pav. Lauro Travassos	IOC		
	8	Pav. Cardoso Fontes	IOC		
	9	Pav. Arthur Neiva	IOC		
	10	Pav. Carlos Chagas	IOC		
	11	Pav. Leônidas Deane	IOC		
	12	CONTAINER ZOONOSSES (INI)	INI		
	13	Ozório Almeida (Farmacodinâmica)	IOC		
	14	CESTEH	ENSP		
	15	Biblioteca	ICICT		
	16	Rocha Lima	IOC		
	17	Central Analítica (Plataforma de Testagem)	PRESIDÊNCIA		
Total Manguinhos					

Posto	Pontos de Coleta	Unidade	GRUPO A4	Total
			Kg	Kg
1	Hélio e Peggy Pereira (IOC)	IOC		
2	Farmanguinhos	FAR		
3	CPEA	ICTB		
4	SHDA/ICTB	ICTB		
5	Sede ICTB	ICTB		
6	INCQS	INCQS		
7	Pav. Lauro Travassos	IOC		
8	Pav. Cardoso Fontes	IOC		
9	Pav. Arthur Neiva	IOC		
10	Pav. Carlos Chagas	IOC		
11	Pav. Leônidas Deane	IOC		
12	CONTAINER ZOONOSSES (INI)	INI		
13	Ozório Almeida (Farmacodinâmica)	IOC		
14	CESTEH	ENSP		
15	Biblioteca	ICICT		
16	Rocha Lima	IOC		
17	Central Analítica (Plataforma de Testagem)	PRESIDÊNCIA		



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

**FORMULÁRIO DE FISCALIZAÇÃO DIÁRIA  
AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS**

Data:

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS**

**Campus:**

**Coleta:**

	ÓTIMO	BOM	RUIM	Não se Aplica
Empregado uniformizado e identificado				
Execução do serviço determinado pela Fiscalização				
Equipe composta por motorista e 2 ajudantes				
Cumprimento do horário estabelecido				
Equipamentos de Proteção Individual – EPIs				
Estado de Conservação e higienização dos Veículos				
Fornecimento da balança calibrada				
Fornecimento de equipamentos auxiliares (pá, vassoura e sacos plásticos)				
Identificação do veículo - Placas e painel de segurança				
Kit de emergência p/ transporte de resíduos perigosos				
Veículos licenciados pelos órgãos competentes				
Atendimento aos chamados de emergência				
Estado de Conservação dos Coletores da CONTRATADA				
Os veículos devem ser apresentados Vazios e Higienizados				
Fornecimento de coletores e embalagens				
Quantidade				

Hora início: \_\_\_\_\_

Hora fim: \_\_\_\_\_

Demais observações que se fizerem necessárias:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Responsável pela Fiscalização: \_\_\_\_\_

## Instrumento de Medição de Resultados – IMR (Consolidação Mensal)

Classificação dos Itens	Peso (Equivalência)	Quantidade	Subtotal (Y)
ÓTIMO	100		0
BOM	75		0
RUIM	50		0
Total de Itens Vistoriados (X)		0	0

Nota Final (N) =  $\Sigma(Y) / X$

**#DIV/0!**

Nota Final (N)	Percentual de Pagamento	Ação
> = 90	100%	Pagamento integral
77-89	89%	Pagamento com glosa proporcional
64-76	76%	Pagamento com glosa proporcional
51-63	63%	Pagamento com glosa proporcional
< = 50	50%	Glosa severa e advertência formal

Percentual de Liberação da Fatura:

**#DIV/0!**

## ANEXO 7 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

### Parte I - Formulário de Fiscalização Diária

O Instrumento de Medição de Resultados foi elaborado baseado em critérios objetivos com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, abrangência/cobertura e segurança.

Caberá à CONTRATANTE designar responsável pelo acompanhamento das atividades a serem executadas, emitindo relatório mensal de prestação e avaliação dos serviços que será obtido pela média dos relatórios diários feitos pela fiscalização, observando, entre outros, os seguintes critérios:

- ✓ O formulário de avaliação dos serviços será preenchido de 29 a Sábado, exceto feriados.
- ✓ O critério de pontuação dos quesitos a serem avaliados se faz por meio de pontuação em conceitos de **Ótimo**, **Bom** e **Ruim** em cada um dos itens vistoriados, conforme abaixo:

**ÓTIMO** - Refere-se à conformidade total dos critérios, como:

- Empregado devidamente uniformizado e identificado;
- Veículos em perfeito estado de conservação (pneus, carroceria e etc);
- Equipe composta por motorista e 2 ajudantes;
- Cumprimento do horário estabelecido para coleta dos resíduos;
- Equipamentos de Proteção Individual - EPIs;
- Fornecimento de todos os equipamentos auxiliares (pá, vassoura e sacos plásticos);
- Identificação do veículo infectante;
- Identificação do veículo para transporte de resíduos do Grupo B - Placas e painéis de segurança correspondentes;
- Kit de emergência p/ transporte de resíduos perigosos;
- Veículos apresentados nos campi vazios e higienizados;
- Estado de Conservação dos coletores (240L, 500L, 1.2m<sup>3</sup>, 5m<sup>3</sup>, 30m<sup>3</sup>);
- Entrega de embalagens novas, íntegras e homologadas para o transporte terrestre de produtos perigosos no prazo estabelecido no TR,
- Execução do serviço determinado pela Fiscalização;
- Atendimento aos chamados de emergência;
- Veículos licenciados pelos órgãos competentes e pertencer à frota da CONTRATADA;
- Fornecimento da balança calibrada;
- Documentos e licenças dentro do prazo de validade.

**BOM** - Refere-se à conformidade parcial dos critérios, como:

- Ocorrência isolada na conservação e higienização dos veículos;
- Ocorrência isolada no descumprimento do horário estabelecido;
- Ausência isolada de equipamentos auxiliares (pá, vassoura e sacos plásticos);
- Ausência isolada na conservação dos coletores (240L, 500L, 1.2m<sup>3</sup>, 5m<sup>3</sup>, 30m<sup>3</sup>);
- Problemas isolados na execução dos serviços prestados;

**RUIM** - Refere-se à desconformidade total dos critérios, como:

- Empregado não uniformizado agravado da falta de identificação;
- Veículo em péssimo estado de conservação (pneu, carroceria, vazamento) agravado da falta de higienização;
- Ausência de algum membro da equipe responsável pela coleta dos resíduos;
- Não cumprimento do horário estabelecido, de modo que a mesma não possa ser acompanhada em sua totalidade pela fiscalização;
- Funcionário com EPIs incompletos, principalmente na coleta dos resíduos biológicos e químicos
- Materiais ou equipamentos (pá, vassoura e sacos plásticos) incompletos;
- Ausência na conservação dos coletores (240L, 500L, 1.2m<sup>3</sup>, 5m<sup>3</sup>, 30m<sup>3</sup>);
- Identificação dos veículos de coleta como preconiza as normas vigentes;
- Falta do Kit de emergência para transporte de resíduos perigosos;
- Inexecução dos serviços determinados pela fiscalização;
- Não atendimento aos chamados de emergência;
- Envio de Veículos não licenciados pelos órgãos competentes;
- Não fornecimento da balança calibrada no dia da execução da coleta A2, A3, A4 , A5 e B
- Não apresentação do Certificado MOPP válido;
- Execução de serviço sem técnica adequada;
- Não entrega das embalagens no prazo determinado do TR.

Parte II - Consolidação Mensal (IMR)

Classificação dos Itens	Peso (Equivalência)	Quantidade	Subtotal (Y)
ÓTIMO	100	_____	_____
BOM	75	_____	_____
RUIM	50	_____	_____
<b>Total de Itens Vistoriados (X)</b>	_____	_____	$\Sigma (Y)$

**Fórmula:**

$$\text{Nota Final (N)} = \Sigma (Y) / X$$

Tabela de Resultado e Pagamento

Nota Final (N)	Percentual de Pagamento	Ação
$N \geq 90$	100%	Pagamento integral
$77 \leq N \leq 89$	89%	Pagamento com glosa proporcional
$64 \leq N \leq 76$	76%	Pagamento com glosa proporcional
$51 \leq N \leq 63$	63%	Pagamento com glosa proporcional
$N \leq 50$	50%	Glosa severa e advertência formal

**Conclusão do Relatório Mensal**

- **Mês Avaliado:** \_\_\_\_\_
- **Nota Final (N):** \_\_\_\_\_
- **Percentual de Liberação da Fatura:** \_\_\_\_\_%
- **Glosas aplicadas:** ( ) Sim ( ) Não
- **Justificativas em caso de glosa:**

---

---

**Assinatura do Responsável pela Fiscalização**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo/Função:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Data:**    /    /2025





## ANEXO 8 – RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

**Processo:****Contrato:****Ref: XX/2026**

**Descrição dos Serviços:** Contratação de empresa especializada no serviço de manejo de resíduos de serviço de saúde do Grupo A, B, D e E, com fornecimento de coletores, embalagens e análise laboratorial, conforme RDC nº 222/2018 - ANVISA, compreendendo as etapas: coleta externa, transporte externo, tratamento e disposição final ambientalmente adequada.

Este documento descreve as atividades executadas no referido mês, **para o recebimento provisório** a fim de registrar a conformidade do serviço e pendências detectadas, caso existam.

O valor da quantidade de coleta final enviado pela empresa CONTRATADA confere com o da Administração, conforme medição abaixo:

## 1. Planilha da Administração:

Quadro Resumo dos Serviços	Custo Mensal		Custo Anual	
Resíduos Grupo A, D e E (Autoclavagem e Aterro Classe II)	R\$	-	R\$	-
Resíduos Grupo A e B - Incineração	R\$	-	R\$	-
Resíduos - Outros Tratamentos	R\$	-	R\$	-
Embalagens	R\$	-	R\$	-
Análise Laboratorial	R\$	-	R\$	-
SUBTOTAL	R\$	-	R\$	-
Estimado 10% do custo global da proposta para a execução de serviços extras e aquisição de itens não listados, conforme disposto no Item xxxx do Termo de Referência	R\$	-	R\$	-
Custo Total	R\$	-	R\$	-

**MANIFESTO DE RESÍDUOS / CERTIFICADOS**

Segue listagem contendo a baixa de todos os Manifestos de Resíduos e seus respectivos Certificados de Destinação Final (CDF) emitidos no sistema Online do INEA, no **mês XX/2026**.



#### OBSERVAÇÃO:

- Os destinadores devem emitir o respectivo CDF aos geradores para todos os resíduos destinados, em até 90 (noventa dias), contados a partir do recebimento do resíduo.
- Conforme Termo de Referência, **a comprovação da execução dos serviços e liberação para faturamento está condicionada à emissão do Certificado de Destinação Final dos resíduos.**

➤ CERTIFICADO DE DESTINAÇÃO FINAL – CDF, documento comprobatório Id SEI nº ( )

### **RELATÓRIO CONTRATUAL**

O quantitativo de coletores, bombonas e peso (Kg) foi dimensionado de acordo com as necessidades da Fiocruz na ocasião da elaboração deste Termo de Referência, conforme Planilha de Custos – **Anexo ?**.

O serviço de coleta é executado proporcionalmente à geração de resíduos. Dessa forma, somente o serviço que for efetivamente prestado é pago mediante apresentação de Ordem de Serviço, conforme **Anexo V**, devidamente preenchida e assinada.

O formato mais adequado a ser utilizado na Instituição é o **critério de medição abaixo**:

1. Pagamento por coletores de resíduos que venham a ser coletados
2. Bombonas novas entregues (primeiro uso)
3. Kg coletado
4. Unidade de Lâmpada Coletada
5. Análise laboratorial (Por amostra)

A tabela abaixo demonstra a quantidade contratada, a quantidade utilizada no mês de referência e o SALDO atualizado de coletores da 1ª vigência Contratual.

### **TABELA**



## RESULTADO DAS AVALIAÇÕES DIÁRIAS CONSOLIDADAS

### MÊS / 2026

A avaliação por Instrumento de Medição de Resultado (IMR) realizadas pela fiscalização do contrato, poderá descontar mensalmente da empresa contratada as alíquotas descritas no Anexo VII (TABELA 1 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS) do valor total da fatura pelo não alcance das metas pré-estabelecidas na execução do serviço.

Tabela 1 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS	
Liberação total da fatura	$N \geq 90$
Liberação de 89% da fatura	$77 \leq N \leq 89$
Liberação de 76% da fatura	$64 \leq N \leq 76$
Liberação de 63% da fatura	$51 \leq N \leq 63$
Liberação de 50% da fatura	$N \leq 50$

O Instrumento de Medição de Resultados foi elaborado baseado em critérios objetivos com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, tais como: qualidade, desempenho, disponibilidade, abrangência/cobertura e segurança.

O critério de pontuação dos quesitos a serem avaliados se faz por meio de pontuação em conceitos de **Ótimo**, **Bom** e **Ruim** em cada um dos itens vistoriados.

**RESULTADO DAS AVALIAÇÕES DIÁRIAS CONSOLIDADAS****Instrumento de Medição de Resultados – IMR (Consolidação Mensal)**

Classificação dos Itens	Peso (Equivalência)	Quantidade	Subtotal (Y)
ÓTIMO	100		0
BOM	75		0
RUIM	50		0
Total de Itens Vistoriados (X)		0	0

Nota Final (N) =  $\sum(Y) / X$ **Página 1** #DIV/0!

Nota Final (N)	Percentual de Pagamento	Ação
>= 90	100%	Pagamento integral
77-89	89%	Pagamento com glosa proporcional
64-76	76%	Pagamento com glosa proporcional
51-63	63%	Pagamento com glosa proporcional
<= 50	50%	Glosa severa e advertência formal

Percentual de Liberação da Fatura:

#DIV/0!

A qualidade, quantidade e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, acima de 90, e para efeito de pagamento conforme o resultado do IMR, NÃO deve ser redimensionado.

**PERCENTUAL de Liberação da Fatura: 100% (Liberação Total), conforme tabela acima e documento comprobatório Id SEI nº ( ).**

**Relatório de Fiscalização (Ocorrências na execução do Contrato):**

Não houve ocorrência no período.

**Registros da Medição:**

- Em XXXX a Equipe de fiscalização técnica consolidou o Resultado do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) referente aos serviços prestados no mês **XX / 2026**. O valor do faturamento NÃO será redimensionado.
- Em XXXX a Equipe de fiscalização técnica recebeu e-mail da Contratada com a Prévia referente aos serviços prestados no mês **XX / 2026**.
- Em XXXX a Equipe de fiscalização técnica respondeu ao e-mail da empresa informando que a prévia enviada confere com a da Administração e que o valor da medição de mês **XX / 2026** foi fechado em **R\$ XXXX (XXXXX)** e que em paralelo também seriam verificados documentos como: Manifesto de Resíduos (MTR), Certificados de Tratamento dos



Resíduos Biológicos e Certificados do INEA. Aguardando empresa enviar a aba resumo da medição em arquivo PDF e em papel timbrado da empresa.

- Em XXXX foi finalizada a emissão dos CDF's de todos os Manifesto de Resíduos gerados pela Fiocruz no sistema online de manifesto de transporte de resíduos – SISTEMA MTR.
- Em XXXX a Equipe de fiscalização técnica recebeu e-mail da Contratada com a medição, documento em PDF assinado, SEI nº ( ).
- Em XXXX recebemos da contratada todos os certificados de tratamento dos resíduos biológicos.
- Em XXXX foi enviado e-mail ao Administrativo SEI nº ( ) informando que o Relatório Definitivo podia ser enviado à CONTRATADA, pois a medição fora concluída e encontrava-se apta para emissão da nota fiscal no exato valor dimensionado no Termo Circunstanciado.

## **GERENCIAMENTO DE DESPESAS**

### **EVIDÊNCIA LANÇAMENTO**

Encerra-se este relatório fornecendo as informações necessárias para cumprimento das obrigações assumidas no contrato de prestação dos serviços, com base nos critérios previstos no Termo de Referência. Os serviços foram executados de maneira satisfatória.

### **Nome do Fiscal do Contrato**

Departamento de Gestão Ambiental COGIC | Fiocruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

## ANEXO IX – RELATÓRIO DEFINITIVO

**Processo:**

**Processo Relacionado Pagamento:**

**Contrato:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada no serviço de manejo de resíduos de serviço de saúde do Grupo A, B, D e E, com fornecimento de coletores, embalagens e análise laboratorial, conforme RDC nº 222/2018 - ANVISA, compreendendo as etapas: coleta externa, transporte externo, tratamento e disposição final ambientalmente adequada.

**Contratado:**

**Vigência Contratual:** 01/02/2026 a 01/02/2027

**CNPJ:**

**Competência:**

**Unidade Contratante:** Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic)

**Coordenação de Serviços:** Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental

Por este instrumento, para fins de cumprimento do disposto no art. 49 e art. 50 da Instrução Normativa nº 05 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, de 26/05/2017, considerando o que consta nos autos do processo nº \_\_\_\_\_, referente ao objeto descrito acima, prestados no mês \_\_\_\_/2026 nos termos do Contrato nº \_\_\_\_\_, celebrado com a empresa \_\_\_\_\_. Após a análise da documentação apresentada pela Contratada, recebemos provisoriamente os serviços no mês de competência Julho/2025. (ID SEI nº \_\_\_\_).

Cabe ressaltar que não foram verificadas irregularidades que porventura impeçam liquidação e pagamento de despesa.

Desta forma, atesto, aos (informar dia e mês), o recebimento definitivo dos serviços prestados no mês \_\_\_\_/2026, cujo valor foi dimensionado em R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Autorizamos a contratada a providenciar o faturamento dos serviços mediante emissão da nota fiscal no exato valor dimensionado neste termo.

**Atenciosamente,**

**Nome do Fiscal do Contrato**

Departamento de Gestão Ambiental COGIC | Fiocruz

ROTINA DE COLETA (HORÁRIOS E DIAS DE COLETA)										
LOCAL	TIPO DE RESÍDUO		SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO	FERIADO
MANGUINHOS	240 L	Grupo D (Não Reciclável)	Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 08:00h e término 12:00h	Início 08:00h e término 12:00h	Início 08:00h e término 12:00h
	240 L	Grupo A (Subgrup. A1, A4) e E	Início 09:30h e término 11:30h	Início 09:30h e término 11:30h	Início 09:30h e término 11:30h	Início 09:30h e término 11:30h	Início 09:30h e término 11:30h			
			Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 08:00h e término 12:00h	Início 08:00h e término 12:00h	Início 08:00h e término 12:00h
	1,2 m²	Grupo D (Não Reciclável)	Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 16:00h e término 19:00h	Início 08:00h e término 12:00h	Início 08:00h e término 12:00h	Início 08:00h e término 12:00h
	5 m³	Grupo D - Não Reciclável (madeira, entulho e vidro)				Início 8:00h e término 11:00h				
	5 m³	Grupo D - Não Reciclável (Lodo)				Início 8:00h e término 11:00h				
	30 m³	Grupo D (Não Reciclável)	Início 8:00h e término 11:00h	Início 8:00h e término 11:00h	Início 8:00h e término 11:00h	Início 8:00h e término 11:00h	Início 8:00h e término 11:00h			
	Kg	Grupo A - Subgrupo A4 - Filtro HEPA			Início 8:00h e término 11:00h					
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A1 (COVID)			Início 8:00h e término 11:00h					
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A2			Início 8:00h e término 11:00h					
	BOMBONA 50L	Grupo D - Orgânico	QUINZENAL - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A5	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
IFF	240 L	Grupo D (Não Reciclável)	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 09:00h e término 13:00h	Início 09:00h e término 13:00h	Início 09:00h e término 13:00h
	240 L	Grupo A (Subgrup. A1, A4) e E	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 09:00h e término 13:00h	Início 09:00h e término 13:00h	Início 09:00h e término 13:00h
	1,2 m²	Grupo D (Não Reciclável)								
	5 m³	Grupo D - Não Reciclável (madeira, entulho e vidro)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	30 m³	Grupo D (Não Reciclável)								
	Kg	Grupo A - Subgrupo A4 - Filtro HEPA			Início 10:00h e término 15:00h					
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A1 (COVID)			Início 10:00h e término 15:00h					
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A3			Início 10:00h e término 15:00h					
	BOMBONA 50L	Grupo D - Orgânico	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A5	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
CRPHF	240 L	Grupo A (Subgrup. A1, A4) e E	Início 10:00h e término 15:00h	Início 10:00h e término 15:00h	Início 10:00h e término 15:00h	Início 10:00h e término 15:00h	Início 10:00h e término 15:00h			
	1,2 m²	Grupo D (Não Reciclável)	Início 10:00h e término 15:00h		Início 10:00h e término 15:00h		Início 10:00h e término 15:00h			
	5 m³	Grupo D - Não Reciclável (madeira, entulho e vidro)	Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	30 m³	Grupo D (Não Reciclável)	Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	Kg	Grupo A - Subgrupo A4 - Filtro HEPA	Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A1 (COVID)	Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A2	Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	BOMBONA 50L	Grupo D - Orgânico	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A5	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
INERU	240 L	Grupo D (Não Reciclável)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	240 L	Grupo A (Subgrup. A1, A4) e E	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	1,2 m²	Grupo D (Não Reciclável)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	5 m³	Grupo D - Não Reciclável (madeira, entulho e vidro)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	5 m³	Grupo D - Não Reciclável (Lodo)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	30 m³	Grupo D (Não Reciclável)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	Kg	Grupo A - Subgrupo A4 - Filtro HEPA	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A1 (COVID)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A2	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	BOMBONA 50L	Grupo D - Orgânico	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A5	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização							
	240 L	Grupo D (Não Reciclável)	Início 10:00h e término 15:00h		Início 10:00h e término 15:00h		Início 10:00h e término 15:00h			



MATA ATLÂNTICA	240 L	Grupo A (Subgrupo A1, A4) e E	Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	1,2 m²	Grupo D (Não Reciclável)										
	5 m³	Grupo D - Não Reciclável (madeira, entulho e vidro)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	5 m³	Grupo D - Não Reciclável (Lodo)										
	30 m²	Grupo D (Não Reciclável)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	Kg	Grupo A - Subgrupo A4 - Filtro HEPA	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A1 (COVID)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A2	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	BOMBONA 50L	Grupo D - Orgânico	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
Hospital Federal de Lagoa	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A5	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	240 L	Grupo D (Não Reciclável)	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 09:00h e término 13:00h	Início 09:00h e término 13:00h	Início 09:00h e término 13:00h	Início 09:00h e término 13:00h	
	240 L	Grupo A (Subgrupo A1, A4) e E	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 13:30h e término 16:00h	Início 09:00h e término 13:00h	Início 09:00h e término 13:00h	Início 09:00h e término 13:00h	Início 09:00h e término 13:00h	
	5 m³	Grupo D - Não Reciclável (madeira, entulho e vidro)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	30 m²	Grupo D (Não Reciclável)										
	Kg	Grupo A - Subgrupo A4 - Filtro HEPA			Início 10:00h e término 15:00h							
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A1 (COVID)			Início 10:00h e término 15:00h							
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A2			Início 10:00h e término 15:00h							
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A3			Início 10:00h e término 15:00h							
BOMBONA 50L	Grupo D - Orgânico	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização										
BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A5	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização										
Centro Tecnológico de Diagnóstico (CTD)	240 L	Grupo D (Não Reciclável)	Início 10:00h e término 15:00h		Início 10:00h e término 15:00h		Início 10:00h e término 15:00h					
	240 L	Grupo A (Subgrupo A1, A4) e E	Início 10:00h e término 15:00h		Início 10:00h e término 15:00h		Início 10:00h e término 15:00h					
	5 m³	Grupo D - Não Reciclável (madeira, entulho e vidro)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	30 m²	Grupo D (Não Reciclável)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	Kg	Grupo A - Subgrupo A4 - Filtro HEPA	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A1 (COVID)	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A2	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A3	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
	BOMBONA 50L	Grupo D - Orgânico	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização									
BOMBONA 50L	Grupo A - Subgrupo A5	SOB DEMANDA - Dia e horário a confirmar com a fiscalização										












MATA ATLÂNTICA	Descarte/registro, isolamento de gases e suas embalagens vazias/lixo, classificação, beneficiamento e	Gases inflamáveis; gases não inflamáveis, não tóxicos e gases tóxicos	Semestral- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
		Resíduos não identificados	Quadrimestral- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Incineração	Resíduo do Grupo B - Químicos		Manhã / Coleta Bimestral		
	Aterro Classe I	Resíduo do Grupo B - Amianto		Manhã / Coleta Trimestral		
	Coprocessamento	Ácidos e bases fortes		Manhã / Coleta Bimestral		
	Coprocessamento	Tintas e outros solventes		Manhã / Coleta Trimestral		
	Coprocessamento	Cartuchos e toners		Manhã / Coleta Trimestral		
	Coprocessamento	Medicamentos vencidos e/ou desuso		Manhã / Coleta Trimestral		
	Coprocessamento	Sólidos Contaminados		Manhã / Coleta Trimestral		
	Aterro Classe I	Sólidos Contaminados		Manhã / Coleta Trimestral		
NBRU	Descarte/registro, isolamento de gases e suas embalagens vazias/lixo, classificação, beneficiamento e	Lâmpadas Fluorescentes e Similares		Manhã / Coleta Trimestral		Manhã / Coleta Trimestral
	Aterro Classe I	Resíduos mercuriais		Manhã / Coleta Trimestral		
	Coprocessamento	Ácidos e bases fortes		Manhã / Coleta Bimestral		
	ETDI	Ácidos e bases fortes		Manhã / Coleta Trimestral		
	Descarte/registro, isolamento de gases e suas embalagens vazias/lixo, classificação, beneficiamento e	Gases inflamáveis; gases não inflamáveis, não tóxicos e gases tóxicos	Semestral- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
		Resíduos não identificados	Quadrimestral- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Incineração	Resíduo do Grupo B - Químicos		Manhã / Coleta Trimestral		
	Aterro Classe I	Resíduo do Grupo B - Amianto		Manhã / Coleta Bimestral		
	Coprocessamento	Ácidos e bases fortes		Manhã / Coleta Bimestral		
	Coprocessamento	Tintas e outros solventes		Manhã / Coleta Bimestral		
Hospital Federal de Legião	Coprocessamento	Cartuchos e toners		Manhã / Coleta Bimestral		
	Coprocessamento	Medicamentos vencidos e/ou desuso		Manhã / Coleta Bimestral		
	Coprocessamento	Sólidos Contaminados		Manhã / Coleta Bimestral		
	Aterro Classe I	Sólidos Contaminados		Manhã / Coleta Bimestral		
	Descarte/registro, isolamento de gases e suas embalagens vazias/lixo, classificação, beneficiamento e	Lâmpadas Fluorescentes e Similares		Manhã / Coleta Trimestral		Manhã / Coleta Trimestral
	Aterro Classe I	Resíduos mercuriais		Manhã / Coleta Bimestral		
	Coprocessamento	Ácidos e bases fortes		Manhã / Coleta Bimestral		
	ETDI	Ácidos e bases fortes		Manhã / Coleta Bimestral		
	Descarte/registro, isolamento de gases e suas embalagens vazias/lixo, classificação, beneficiamento e	Gases inflamáveis; gases não inflamáveis, não tóxicos e gases tóxicos	Semestral- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
		Resíduos não identificados	Quadrimestral- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
Centro Tecnológico de Diagnóstico (CTD)	Incineração	Resíduo do Grupo B - Químicos		Manhã / Coleta Quadrimestral		
	Aterro Classe I	Resíduo do Grupo B - Amianto	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Ácidos e bases fortes	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Tintas e outros solventes	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Cartuchos e toners	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Medicamentos vencidos e/ou desuso	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Sólidos Contaminados	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Aterro Classe I	Lâmpadas Fluorescentes e Similares	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Resíduos mercuriais	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Ácidos e bases fortes	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
Centro Tecnológico de Diagnóstico (CTD)	Descarte/registro, isolamento de gases e suas embalagens vazias/lixo, classificação, beneficiamento e	Gases inflamáveis; gases não inflamáveis, não tóxicos e gases tóxicos	Semestral- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
		Resíduos não identificados	Quadrimestral- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Incineração	Resíduo do Grupo B - Químicos		Manhã / Coleta Quadrimestral		
	Aterro Classe I	Resíduo do Grupo B - Amianto	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Ácidos e bases fortes	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Tintas e outros solventes	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Cartuchos e toners	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Medicamentos vencidos e/ou desuso	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Coprocessamento	Sólidos Contaminados	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			
	Aterro Classe I	Lâmpadas Fluorescentes e Similares	SOB DEMANDA- Dia e horário a confirmar com a fiscalização			


## ANEXO 11 - ESPECIFICAÇÃO DOS COLETORES E EMBALAGENS



Embalagem	Dimensões	Cor	Imagem meramente ilustrativa
<b>Bombona de 10 L, tampa fixa e alça moldada no topo da embalagem –</b> Homologada para o transporte terrestre de produtos perigosos. <b>(Produto novo. Não sendo permitido embalagem reutilizada, recondicionada ou refabricada)</b>	Dimensões Básicas do Produto (Mínimas): Altura: 274 ± 6 mm; Lateral: 240 mm; Frontal: 225 mm; Altura do bocal: 19 mm; Diâmetro interno do bocal: Ø 51,0 mm; Diâmetro externo do bocal: Ø 63,4 mm; Matéria-Prima Básica: Polietileno de alta densidade e alto peso molecular; Tampa auto lacrante.	Natural/Translúcida	
<b>Bombona de 20 L, tampa fixa e alça moldada no topo da embalagem -</b> Homologada para o transporte terrestre de produtos perigosos. <b>(Produto novo. Não sendo permitido embalagem reutilizada, recondicionada ou refabricada)</b>	Dimensões Básicas do Produto (Mínimas): Altura: 378 ± 6 mm; Lateral: 317 mm; Frontal: 227 mm; Altura do bocal: 19 mm; Diâmetro interno do bocal: Ø 51,0 mm Diâmetro externo do bocal: Ø 62,9 mm Matéria-Prima Básica: Polietileno de alta densidade e alto peso molecular; Tampa auto lacrante.	Natural/Translúcida	
<b>Bombona de 50 L, tampa fixa e alça moldada no topo da embalagem -</b> Homologada para o transporte terrestre de produtos perigosos.	Dimensões Básicas do Produto (Mínimas): Altura: 560 ± 6 mm; Lateral: 390 mm; Frontal: 320 mm; Altura do bocal maior: 19,5 mm; Altura do bocal menor: 16,0 mm; Diâmetro interno do bocal maior: Ø 45,2 mm;	Natural/Translúcida	

<p><b>(Produto novo. Não sendo permitido embalagem reutilizada, recondicionada ou refabricada)</b></p>	<p>Diâmetro interno do bocal menor: Ø 34,2 mm; Diâmetro externo do bocal maior: Ø 59 mm; Diâmetro externo do bocal menor Ø 44 mm; Matéria-Prima Básica: Polietileno de alta densidade e alto peso molecular; Tampa auto lacrante.</p>		
<p><b>Bombona de 20 L, tampa removível retangular -</b> Homologada para o transporte terrestre de produtos perigosos. <b>(Produto novo. Não sendo permitido embalagem reutilizada, recondicionada ou refabricada)</b></p>	<p>Dimensões Básicas do Produto (Mínimas): Altura sem tampa: 288 ± 6 mm; Altura com tampa: 298 ± 6 mm; Lateral: 315 mm; Frontal: 310 mm; Altura do bocal: 16 mm; Diâmetro interno do bocal: Ø 240 mm; Alças: 2 Fechamento: tampa removível e anel. Matéria-Prima Básica: Polietileno de alta densidade e alto peso molecular.</p>	Azul	
<p><b>Bombona de 50 L, tampa removível retangular -</b> Homologada para o transporte terrestre de produtos perigosos. <b>(Produto novo. Não sendo permitido embalagem reutilizada, recondicionada ou refabricada)</b></p>	<p>Dimensões Básicas do Produto (Mínimas): Altura sem tampa: 587 ± 6 mm; Altura com tampa: 597 ± 6 mm; Lateral: 315 mm; Frontal: 310 mm; Altura do bocal: 16 mm; Diâmetro interno do bocal: Ø 240 mm; Alças: 2 Fechamento: tampa removível e anel. Matéria-Prima Básica: Polietileno de alta densidade e alto peso molecular.</p>	Azul	




<b>Barrica de papelão</b> - Homologada para o transporte terrestre de produtos perigosos. <b>(Produto novo. Não sendo permitido embalagem reutilizada, recondicionada ou refabricada)</b>	Material: Fibra de papelão, inclusive a tampa. Incluso: Saco plástico Liso Virgem PEBD e fornecido pelo fabricante. Recravada na parte inferior com chapa de aço galvanizado; Capacidade: 52L Dimensões aproximadas: 320mmx650mm	Marrom	
<b>Saco reforçado para resíduo tóxico</b> (Produto novo)	Fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD) Largura: 75cm Altura: 105cm 5,5 micras Capacidade: 100L Capacidade da carga: 30Kg Simbologia de resíduo tóxico, conforme ABNT NBR 7500, impressa na própria embalagem.	Laranja	
<b>Saco de rafia</b> (Produto novo)	Largura: 60 cm Altura: 90 cm Capacidade da carga: 50Kg Material: rafia	Branco	
<b>Lona plástica</b> (Produto novo)	Largura: 4m Comprimento: 100m 200 micras Material: Polietileno de baixa densidade (PEBD)	Preta	

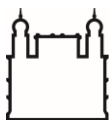
<b>Film Strech</b> (Produto novo)	Material: PEBDL (Polietileno de baixa densidade linear) Tipo filme Stretch, Largura: 500mm; Espessura: 0,025 micra, diâmetro tubo 3 pol. Aplicação paletização. Transmitância transparente.	Transparente	
<b>Paleta de contenção para 2 tambores</b> (Produto novo)	Fabricado em polietileno rotomoldado com aditivo UV para utilização de 2 tambores  Dimensões: 1.200 mm x 750 mm x 250 mm  Capacidade de contenção: 120L;	Composto de caixa amarela e paleta preto	
<b>Paleta de contenção para 4 tambores</b> (Produto novo)	Fabricado em polietileno rotomoldado com aditivo UV para utilização de 4 tambores)  Dimensões: 1300mm x 1300 mm x 340mm  Capacidade de contenção: 220L	Composto de caixa amarela e paleta preto	
<b>Coletor 240 litros na cor branca</b> (Produto novo)	Coletor de resíduos - 2 rodas do modelo americano 240L, fabricado pelo método de injeção de polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911-2) e resistente aos raios ultravioletas (proteção UV) para evitar degradação prematura, com capacidade máxima de carga de até 96 kg, tampa articulada ao corpo, demonstrando atendimento à norma ABNT 15911-2/4 através de certificado emitido pelo OCP - Organismo de Certificação de Produtos e protocolo de todos os ensaios contidos na ABNT ou na medida acreditada pelo INMETRO. Deverá possuir 2 rodas revestidas com borracha maciça de 300 mm, com núcleo de polipropileno e sem freios. Com serigrafia “Resíduos Infectantes e Perfurocortantes” e símbolo de risco	Branco	

	<p>associado; Possuir identificação da contratada.</p> <p>Dimensões:</p> <p>Altura 1110 mm Largura 580 mm Profundidade 780 mm. Capacidade: 240L Capacidade da carga: 96Kg</p>		
<p><b>Coletor 240 litros na cor cinza</b> (Produto novo)</p>	<p>Coletor de resíduos - 2 rodas do modelo americano 240L, fabricado pelo método de injeção de polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911-2) e resistente aos raios ultravioletas (proteção UV) para evitar degradação prematura, com capacidade máxima de carga de até 96 kg, tampa articulada ao corpo, demonstrando atendimento à norma ABNT 15911-2/4 através de certificado emitido pelo OCP - Organismo de Certificação de Produtos e protocolo de todos os ensaios contidos na ABNT ou na medida acreditada pelo INMETRO. Deverá possuir 2 rodas revestidas com borracha maciça de 300 mm, com núcleo de polipropileno e sem freios. Com serigrafia “Resíduos Não Recicláveis” e símbolo de risco associado; Possuir identificação da contratada.</p> <p>Dimensões:</p> <p>Altura 1110 mm Largura 580 mm Profundidade 780 mm. Capacidade: 240L Capacidade da carga: 96Kg</p>	Cinza	

<p><b>Coletor 500 litros na cor branca</b> (Produto novo)</p>	<p>Coletor móvel de quatro rodas, sem pedal, com serigrafia “Resíduo Infectante”, símbolo de risco associado e identificação da contratada; rodas de 150 mm emborrachadas; fabricado em polipropileno com proteção UV, assegurando resistência ao sol, chuva e variações climáticas, garantindo durabilidade e manutenção da qualidade operacional. Possuir válvula de dreno no fundo. Possuir quatro rodas/rodízios giratórios de borracha maciça e com ângulo de giro de 360°, sendo duas delas com freios estacionários. Embasados com certificado emitido por uma OCP- Organismos de Certificado de Produto e laudo da totalidade dos ensaios constante na ABNT NBR 15911-4.</p> <p>Dimensões:</p> <p>Altura 1180 mm Largura 710 mm Comprimento 1415 mm. Capacidade: 500L</p>	<p>Branco</p>	
<p><b>Coletor 1200 litros na cor cinza</b> (Produto novo)</p>	<p>Fabricado em chapa de aço reforçada, com tampa bipartida com dobradiças reforçadas, equipado com 4 rodízios giratórios de ferro revestido de borracha, com munhões reforçados para basculamento traseiro em caminhões compactadores, pintado com tinta epóxi resistente à corrosão e intempéries, <b>na cor cinza</b>, e fabricado conforme Norma ABNT NBR 13.334, identificado por meio de pintura com Stencil com “Resíduos Não Recicláveis”, a respectiva simbologia e identificação da contratada.</p> <p>As dobradiças reforçadas são fundamentais para assegurar a durabilidade do equipamento, especialmente em ambientes submetidos a uso intenso e condições adversas, prevenindo danos ou desprendimento das tampas. Dessa forma, garante-se a contenção adequada dos resíduos, a segurança no armazenamento e a redução da necessidade de substituições frequentes.</p>	<p>Cinza</p>	



<b>Coletor 5 m<sup>3</sup> na cor cinza com tampa</b> (Produto novo)	Coletor na cor cinza, confeccionado em chapa metálica e impermeável de forma a não permitir vazamentos, para acondicionamento de resíduos do Grupo D - Não Reciclável (resíduos de vidro e lodo). Deve possuir duas tampas corrediças, uma em cada extremidade, atendendo aos requisitos de construção da ABNT NBR 14728:2005; Possuir identificação da contratada.	Cinza	
<b>Coletor 5 m<sup>3</sup> na cor cinza sem tampa</b> (Produto novo)	Coletor na cor cinza, sem tampa, confeccionado em chapa metálica e impermeável de forma a não permitir vazamentos, para acondicionamento de resíduos do Grupo D - Não Reciclável, atendendo aos requisitos de construção da ABNT NBR 14728:2005; Possuir identificação da contratada.	Cinza	
<b>Coletor 30 m<sup>3</sup> na cor cinza</b> (Produto novo)	Coletor confeccionado em chapa de aço impermeável de forma a não permitir vazamentos, para acondicionamento de Resíduo do Grupo D - Não Reciclável;  Dotado de dispositivo que permita sua remoção pelo sistema Roll On - Roll Off.  Possuir identificação da contratada.	Cinza	



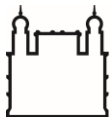
## ANEXO 12 - ESPECIFICAÇÃO DE VEÍCULOS COLETORES

### ☐ **VEÍCULO COLETOR-COMPACTADOR DE RESÍDUO GRUPO D - NÃO RECICLÁVEL**

O veículo coletor deverá atender as seguintes especificações, sem prejuízo de adequações futuras, caso haja necessidade de mudanças no processo operacional de coleta da contratante:

- ☐ Veículo com caixa coletora compactadora rígida, estanque e indeformável, fabricada totalmente em aço soldado, com superfícies internas lisas e de cantos arredondados;
- ✓ ser dotado de equipamento hidráulico para carregamento e compactação, obedecendo aos padrões da Comlurb, para veículos de coleta e transporte de resíduos sólidos;
- ✓ possuir dispositivo de basculamento ou “LIFTER” - dispositivo montado nos veículos de coleta com o objetivo de bascular automaticamente os resíduos acondicionados em coletores;
- ✓ Capacidade mínima de 15 m<sup>3</sup> (quinze metros cúbicos);
- ✓ obedecer aos requisitos de segurança para coletores-compactadores de carregamento traseiro e lateral, conforme ABNT NBR 14599:2014 Versão Corrigida:2015;
- ✓ Possuir calha coletora de chorume, impermeabilizada e com volume adequado à quantidade de resíduo coletado;
- ✓ O veículo deverá vir montado em chassi de peso bruto total compatível com o peso próprio do veículo, somado ao peso da caixa coletora cheia (peso específico mínimo do resíduo compactado igual a 500 kg/m<sup>3</sup> - quinhentos quilogramas por metro cúbico). O sobre chassi deverá ser fabricado em aço soldado;
- ✓ ostentar a inscrição “Resíduo Extraordinário” conforme credenciamento da Comlurb PORTARIA “N” Nº 002 de 29 de janeiro de 2019;
- ✓ conter os seguintes materiais e equipamentos:
  - Sacos plásticos de reserva (mínimo de 30 unidades de 100 litros);
  - Pá de cabo longo;
  - Vassoura;
  - Equipamento de proteção individual suficiente para atender, no mínimo, à sua equipe;
  - Dois pares de cones de sinalização;
  - Extintor de incêndio.

**OBS: No caso de mudanças nos pontos de coleta da contratante que resultem em necessidade de adequação nos veículos da contratada, tal caso será objeto de análise e discussão entre as partes para repactuação do contrato firmado.**



□ **VEÍCULO COLETOR-TRANSPORTADOR DE RESÍDUOS GRUPO A e GRUPO E**

O veículo coletor deverá atender as seguintes características:

- ✓ O veículo deve ser devidamente licenciado pelos órgãos competentes;
- ✓ O veículo coletor deverá obedecer às seguintes normas e legislações: Decreto nº 96.044 de 18 de maio de 1988; Resolução ANTT 5232/2016; NBR-7500; NBR-7503 e NBR-9735;
- ✓ ter superfícies externas lisas e cantos arredondados de forma a facilitar a higienização;
- ✓ não permitir vazamento de líquido e ser provido de ventilação adequada;
- ✓ sempre que a forma de carregamento for manual, a altura de carga deve ser inferior a 1,20m;
- ✓ quando possuir sistema de carga e descarga, este deve operar de forma a não permitir o rompimento dos recipientes;
- ✓ contar com os seguintes equipamentos auxiliares: pá, rodo, vassoura, saco plástico (ver NBR 9190) de reserva, solução desinfetante;
- ✓ equipamento de proteção individual dos funcionários;
- ✓ possuir em local visível o nome da municipalidade, o nome da empresa coletora (endereço e telefone), a especificação dos resíduos transportáveis (com o número ou código estabelecido na ABNT NBR 10004:2004) e número do veículo coletor;
- ✓ ser de cor branca;
- ✓ ostentar a simbologia para o transporte rodoviário (ver NBR 7500:2017);
- ✓ possuir o selo do CIPP - Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos;
- ✓ serem operados por equipe treinada através do curso MOPP - Certificado de Condutores de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos;
- ✓ ser devidamente licenciado pelos órgãos competentes e pertencer a frota da contratada;
- ✓ Obedecer à Norma ABNT NBR 12810:2016;

obedecer aos requisitos de construção nbre inspeção para coletor-transportador rodoviário de resíduos de saúde, conforme ABNT NBR 14652:2019;

- ✓ Os veículos deverão portar um conjunto mínimo de equipamentos que serão usados para atender às situações de emergência, acidente ou avaria, contendo materiais para sinalizar e isolar a área de ocorrência, bem como proteger o funcionário, sendo alguns equipamentos de material antiflâmulo, conforme 9735:2017;
- ✓ possuir capacidade mínima de 18m<sup>3</sup> (dezoito metros cúbicos).



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

**Fundação Oswaldo Cruz**

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

☐ **VEÍCULO COLETOR DO TIPO ROLL-ON ROLL-OFF DE RESÍDUO GRUPO D - NÃO RECICLÁVEL**

- ☐ Veículo do tipo “Roll On – Roll Off” dotado de sistema hidráulico para recolhimento e basculante de caixas compactadoras estacionárias;
- ✓ deve ser confeccionado em aço de alta resistência e com acionamento pneumático hidráulico, instalado diretamente no chassi do caminhão;
- ✓ deve ser usado para coletar a caçamba de 30m³.

☐ **VEÍCULO COLETOR DO TIPO POLIGUINDASTE TRIPLO DE RESÍDUO GRUPO D - NÃO RECICLÁVEL**

- ✓ O veículo deve ser devidamente licenciado pelos órgãos competentes;
- ✓ deve ser fabricado com chapa de aço super reforçada;
- ✓ deve possuir ajudante para auxiliar na execução do serviço;
- ✓ deve ser usado para coletar as caçambas de 5m³;

☐ **VEÍCULO COLETOR-TRANSPORTADOR DE RESÍDUOS GRUPO D - ORGÂNICO**

- ✓ O veículo deve ser devidamente licenciado pelos órgãos competentes;
- ✓ Caminhão tipo baú;
- ✓ Possuir plataforma elevatória de carga;
- ✓ Possuir capacidade mínima de 15m³ (quinze metros cúbicos).

☐ **VEÍCULO COLETOR-TRANSPORTADOR DE RESÍDUOS GRUPO B (exceto gases)**

**CAMINHÃO DE MÉDIO PORTE, CARROCERIA + BAÚ COM PLATAFORMA HIDRÁULICA:**

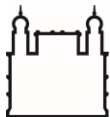
- ✓ O veículo deve ser devidamente licenciado pelos órgãos competentes e atender às condicionantes listadas em sua licença;
- ✓ Equipamento de proteção individual para os funcionários;
- ✓ Ser operado por motorista com certificado MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) válido;
- ✓ Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC);
- ✓ Apresentar o Certificado de Regularidade para o transporte de resíduos perigosos/ CTF-

**Fiocruz | Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic)**

Av. Brasil, nº 4.365 - Manguinhos | Rio de Janeiro, RJ | CEP: 21.040-360 | Brasil

Telefone: (55) 21 2209-2020 | <http://www.cogic.fiocruz.br>

IBAMA;



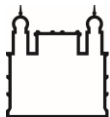
- ✓ Apresentar o Plano de Ação de Emergência - PAE atualizado;
- ✓ Capacidade de carga útil máxima com equipamento acima de 5.100 kg;
- ✓ Sem Portas laterais e janelas no compartimento de cargas;
- ✓ Portas traseiras com abertura de 270°;
- ✓ A sinalização dos veículos de transporte deve ser feita por meio de rótulos de risco (principal, e quando exigido, subsidiário), painéis de segurança e demais símbolos, quando aplicável, conforme as características dos resíduos transportados e os critérios de sinalização descritos pela ABNT NBR 7500:2025;
- ✓ Tacógrafo;
- ✓ Para o transporte de lâmpadas fluorescentes e similares tubulares, a Contratada deve dispor de embalagens apropriadas, como caixas de transporte ou outros materiais, de tal forma a garantir a integridade da carga até o receptor final.

Adicionais:

- ✓ Plataforma hidráulica no baú com capacidade mínima de 1500 kg;
- ✓ Aplicação de luminária no compartimento de carga;
- ✓ O veículo deve portar o conjunto de equipamentos para emergências, acidente ou avaria durante o transporte terrestre deve atender a ANBT NBR 9735:2025 contendo os seguintes itens:
- ✓ 1 capacete de segurança, 1 par de botas de borracha, 1 par de luvas de PVC, 1 máscara semi facial com filtro VO, 4 placas "perigo afaste-se", 1 pá ou enxada antifaísicante, 1 lanterna anti explosão, 8 mantas de contenção, 4 cordões de contenção, vermiculita (5 Kg), 4 cones zebrados preto e amarelo 50cm, quatro cones de segurança laranja e branco 75cm, um extintor de incêndio (CO2 5-B:C) com a carga de 6 Kg ou extintor de pó (2A:20-B:C ou 20-B:C) com a carga de 4 Kg; um par de calços; jogo de ferramentas (um alicate universal; uma chave de fenda ou Philips, uma chave apropriada para a desconexão de cabo de bateria) e um rolo de fita zebrada, vassoura, rodo, pá e saco plástico;
- ✓ Cintas de nylon para prender a carga, caso necessário;
- ✓ Macaco, chave de roda e triângulo.

□ **VEÍCULO COLETOR-TRANSPORTADOR DE RESÍDUOS GRUPO B - GASES**

- ✓ O veículo deve ser devidamente licenciado pelos órgãos competentes e atender às condicionantes de sua licença;
- ✓ Portar equipamento de proteção individual dos funcionários;
- ✓ Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC);



- ✓ Apresentar o Certificado de Regularidade para o transporte de resíduos perigosos/ CTF-IBAMA;
- ✓ Apresentar o Plano de Ação de Emergência - PAE atualizado;
- ✓ Serem operados por equipe treinada através do curso MOPP – Certificado de Condutores de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos;
- ✓ O veículo deve ser devidamente licenciado pelos órgãos competentes;
- ✓ Os recipientes de aerossóis transportados para fins de reciclagem ou descarte, de acordo com a Provisão Especial 327, não podem ser transportados em contêineres de carga fechados, devendo ser movimentados somente em veículos e equipamentos de transporte bem ventilados;
- ✓ O equipamento elétrico dos veículos rodoviários que transportam gases inflamáveis deve ser protegido de forma a evitar centelha;
- Veículos e equipamentos de transporte contendo volumes com gases comprimidos, liquefeitos ou quimicamente instáveis, devem ter dispositivos de ventilação adequados;
- ✓ Gases tóxicos não podem ser carregados ou descarregados em locais públicos, em aglomerados populacionais, sem autorização especial das autoridades competentes, exceto se tais operações forem justificadas por motivos graves relacionados com segurança. Nesses casos, as autoridades devem ser imediatamente informadas;
- ✓ Durante o transporte de produtos tóxicos da Subclasse 2.3, as paradas por necessidade de serviço devem, tanto quanto possível, ser efetuadas longe de locais habitados ou com grande fluxo de pessoas. Se for estritamente necessário fazer parada prolongada nas imediações de tais locais, as autoridades devem ser notificadas;
- ✓ Os motores, bem como os canos de escapamento, dos veículos rodoviários que transportem gases da Classe 2, em tanques ou em baterias de recipientes, deverão ser colocados ou protegidos de forma a evitar qualquer risco para a carga, em decorrência de aquecimento;
- ✓ Quando do transporte de gases que ofereçam perigo de intoxicação, o pessoal do veículo rodoviário deve dispor de máscaras de tipo apropriado aos gases transportados;
- ✓ É proibido entrar em carroceria coberta ou fechada carregada com gases inflamáveis, portando aparelhos de iluminação a chama. Além disso, não se pode utilizar aparelhos e equipamentos que possam causar ignição dos produtos;
- ✓ Durante as operações de carga, descarga ou transbordo, os volumes não podem ser expostos ao calor, nem atirados ou submetidos a choques;
- ✓ Os recipientes devem ser estivados nos veículos de maneira que não possam deslocar-se, cair ou tombar;
- ✓ Se, por qualquer motivo, tiverem de ser efetuadas operações de manuseio em locais públicos, volumes com produtos de naturezas diferentes devem ser separados segundo os respectivos símbolos de risco. Durante as operações, os volumes devem ser manuseados com o máximo cuidado e, se possível, sem que sejam virados.
- ✓ Os gases quimicamente instáveis só podem ser transportados se tomadas medidas necessárias para impedir a sua desestabilização durante o transporte;
- ✓ É proibido entrar em carroceria coberta ou fechada, carregado com gases inflamáveis, portando aparelhos de iluminação a chama. Além disso, não se pode utilizar aparelhos e equipamentos que possam causar ignição dos produtos;
- ✓ Obedecer aos preceitos da norma ABNT NBR 14619:2025:
  - a) os produtos perigosos incompatíveis deverão ser separados uns dos outros a fim de, efetivamente, reduzir-se ao mínimo o risco de vazamentos ou derramamentos ou qualquer outro acidente;
  - b) quando produtos perigosos forem transportados juntos, deverão ser aplicadas as normas de segregação mais severas prescritas para os produtos em questão;
  - c) com relação aos volumes nos quais se exige um rótulo de risco subsidiário, deverão ser aplicadas as normas de segregação apropriadas para o risco subsidiário se forem

mais restritas do que as prescritas para o risco primário.